

Proprietários de veículos baianos têm até 10 de fevereiro para pagar IPVA com desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação redacao@correio24horas.com.br

Os proprietários de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), em 2021, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de **IPVA** da Sefaz, Aline Lessa, lembra que o desconto de 10% vale até o dia 10, mas que depois disso, ainda é possível obter desconto no tributo. 'Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo', alerta a gestora.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado. No entanto, se o proprietário perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Os proprietários de veículos registrados na Bahia podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800 071 0071.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Isenção

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação, IPVA

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado constituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, nosso trabalho tem sido maior do que nunca. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. Assine o jornal.

Desconto de 10% no IPVA é válido para pagamentos até 10 de fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Imposto é segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado | Foto: Camila Souza | GOVBA

Proprietários de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), em 2021, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

Segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado, o valor obtido do imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado. A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos.

É possível parcelar o pagamento. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do imposto ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Ficam isentos do pagamento, veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

O pagamento deve ser feito em agências, caixas eletrônicos ou aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional

de Veículos Automotores (Renavam). Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800 071 0071.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação,IPVA

Proprietários de veículos baianos têm até 10 de fevereiro para pagar IPVA com 10% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em 2021, donos de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de **IPVA** da Sefaz, Aline Lessa, lembra que, todo fim de ano, a secretaria disponibiliza uma portaria com as datas de vencimento do imposto, inclusive com os devidos descontos. 'Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo', alerta a gestora.

O mototaxista Nobson Gomes confessa que sempre deixou para pagar o imposto na última hora. Desta vez, decidiu mudar de ideia ao saber do pagamento facilitado com desconto de 10%. 'Todos os anos, eu pago na última data prevista para a minha placa, que é de final 7, mas este ano eu vou pagar antecipado para aproveitar o desconto, afinal, é sempre bom sobrar uma graninha', conta.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Os proprietários de veículos registrados na Bahia podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz (www.sefaz.ba.gov.br), no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800

071 0071.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

Proprietários de veículos baianos têm até início de fevereiro para pagar IPVA com 10% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fonte: Da redação

Donos de veículos registrados na Bahia têm até o dia 10 de fevereiro para garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**). Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem

que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Os proprietários de veículos registrados no estado podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz, no canal Inspeção Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800 071 0071.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

ISENÇÃO E IMUNIDADE

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação,IPVA

Proprietários de veículos baianos têm até 10 de fevereiro para pagar IPVA com 10% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Destaque **Segurança**

29 de janeiro de 2021 Luana

Em 2021, donos de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de **IPVA** da Sefaz, Aline Lessa, lembra que, todo fim de ano, a secretaria disponibiliza uma portaria com as datas de vencimento do imposto, inclusive com

os devidos descontos. 'Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo', alerta a gestora.

O mototaxista Nobson Gomes confessa que sempre deixou para pagar o imposto na última hora. Desta vez, decidiu mudar de ideia ao saber do pagamento facilitado com desconto de 10%. 'Todos os anos, eu pago na última data prevista para a minha placa, que é de final 7, mas este ano eu vou pagar antecipado para aproveitar o desconto, afinal, é sempre bom sobrar uma graninha', conta.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Os proprietários de veículos registrados na Bahia

podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz (www.sefaz.ba.gov.br), no canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800 071 0071.

entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Fotos: Camila Souza/GOVBA

??

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - **Governo da Bahia**

www.comunicacao.ba.gov.br

Isenção e imunidade

Endereço e mapa: <http://goo.gl/UY4sw>

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Twitter | Facebook | Youtube | Flickr | Instagram

Telefone: (71) 3115-9425

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

??

[Mensagem cortada] Exibir toda a mensagem 4 anexos

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SSP - Secretaria da Segurança Pública - Segurança | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, IPVA

IPVA com 10% de desconto pode ser pago até 10 de fevereiro; veja



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Donos de veículos

Em 2021, donos de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de **IPVA** da Sefaz, Aline Lessa, lembra que, todo fim de ano, a secretaria disponibiliza uma portaria com as datas de vencimento do imposto, inclusive com os devidos descontos. 'Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo', alerta a gestora.

O mototaxista Nobson Gomes confessa que sempre deixou para pagar o imposto na última hora. Desta vez, decidiu mudar de ideia ao saber do pagamento facilitado com desconto de 10%. 'Todos os anos, eu pago na última data prevista para a minha placa, que é de final 7, mas este ano eu vou pagar antecipado para aproveitar o desconto, afinal, é sempre bom sobrar uma graninha', conta.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do **IPVA**.

Os proprietários de veículos registrados na Bahia podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da Sefaz (www.sefaz.ba.gov.br), no canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA** ou pelo número 0800

071 0071.

Ouçã 'O Assunto' ??

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o **IPVA** constitui a segunda maior fonte de **arrecadação** tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação,IPVA

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Assista aos vídeos do BATV ??

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/01/2021	



Proprietários de veículos têm até 10 de fevereiro para pagar IPVA com 10% de desconto

29 janeiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Em 2021, donos de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de IPVA da Sefaz, Aline Lessa, lembra que, todo fim de ano, a secretaria disponibiliza uma portaria com as datas de vencimento do imposto, inclusive com os devidos descontos. “Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo”, alerta a gestora.

O mototaxista Nobson Gomes confessa que sempre deixou para pagar o imposto na última hora. Desta vez, decidiu mudar de ideia ao saber do pagamento facilitado com desconto de 10%. “Todos os anos, eu pago na última data prevista para a minha placa, que é de final 7, mas este ano eu vou pagar antecipado para aproveitar o desconto, afinal, é sempre bom sobrar uma graninha”, conta.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos registrados na Bahia podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos aplicativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no [site da Sefaz](#), no canal Inspeção Eletrônica – IPVA ou pelo número 0800 071 0071.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda maior fonte de arrecadação tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Isenção e imunidade

Estão isentos do pagamento do IPVA os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O IPVA também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Repórter: Renata Preza

Veículo: Metro1	
Data: 29/01/2021	

Metro1**Cidade**

Prazo para pagar IPVA com desconto termina no próximo dia 10

Limite é para aproveitar desconto de 10%



Foto : Camila Souza/GOVBA

Por **Gabriel Amorim** no dia 29 de Janeiro de 2021 - 21:00

Os baianos com veículos têm até o próximo dia 10 para pagar o Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com desconto de 10%. Quem perder o prazo, ainda pode garantir uma redução de 5% se pagar integralmente o imposto até o vencimento da primeira parcela

Segundo a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

Quem preferir, ao invés de aproveitar o desconto, pode parcelar o débito em três vezes. Contudo, é preciso garantir o pagamento das parcelas antes do vencimento. O condutor que perder o prazo de pagamento da primeira cota perde também o direito ao parcelamento.

O pagamento pode ser feito em agências ou em caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar por smartphones, nos aplicativos desses bancos.

De acordo com a Sefaz, a frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda maior fonte de arrecadação tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 30 e 31/01/2021	Página: 06

Tribuna

OPORTUNIDADE

Proprietários de veículos ainda podem pagar IPVA com desconto

Em 2021, donos de veículos registrados na Bahia que quiserem garantir um desconto de 10% no Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) devem pagar o tributo à vista até o dia 10 de fevereiro. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), este ano, os contribuintes vão pagar, em média, cerca de 3,2% a menos do que em 2020. A redução mais significativa é de 5% para os automóveis.

A gerente de IPVA da Sefaz, Aline Lessa, lembra

que, todo fim de ano, a secretaria disponibiliza uma portaria com as datas de vencimento do imposto, inclusive com os devidos descontos. "Se o contribuinte perder o prazo de 10 de fevereiro, ainda é possível fazer jus ao desconto de 5%, apenas pagando a taxa integral até o vencimento da primeira parcela, conforme o vencimento do final da placa do veículo", alerta a gestora.

O mototaxista Nobson Gomes confessa que sempre deixou para pagar o im-

posto na última hora. Desta vez, decidiu mudar de ideia ao saber do pagamento facilitado com desconto de 10%. "Todos os anos, eu pago na última data prevista para a minha placa, que é de final 7, mas este ano eu vou pagar antecipado para aproveitar o desconto, afinal, é sempre bom sobrar uma gracinha", conta.

Além dos 10% e 5% de desconto, o cidadão pode contar com a facilidade do pagamento parcelado, sem que o tributo pese de uma só vez no bolso. Basta que

as taxas sejam pagas dentro do prazo de vencimento de cada parcela. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela, e os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021.

Já o seguro obrigatório deve ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do imposto, em caso de parcelamento do IPVA.

Os proprietários de veículos registrados na Bahia podem fazer o pagamento em agências ou em caixas eletrônicas do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, informando o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Também é possível pagar a taxa diretamente por smartphones, nos apli-

cativos desses bancos. Informações adicionais podem ser obtidas no site da S e f a z (www.sefaz.ba.gov.br), no canal Inspeção Eletrônica – IPVA ou pelo número 0800 071 0071.

A frota tributável da Bahia é de cerca de dois milhões de veículos, e o IPVA constitui a segunda maior fonte de arrecadação tributária do Estado. O valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Preços dos combustíveis na Bahia devem subir após reajuste de ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Esse seria o terceiro aumento dos combustíveis só em 2021 na Bahia | Foto: Agência Brasil

Os baianos podem sofrer ainda mais com um novo aumento nos preços dos combustíveis em fevereiro após o reajuste do **ICMS**. Somente em janeiro deste ano, a Petrobras já aumentou os valores duas vezes, totalizando um reajuste de 13,4%.

O Ato, divulgado pelo **Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)** no dia 25 de janeiro, determinou alteração no preço de pauta dos combustíveis a partir de segunda-feira, 01. O preço de pauta dos combustíveis serve de base de cálculo para a cobrança do **ICMS** e o preço de pauta da gasolina sofreu aumento de R\$0,29, o do etanol de R\$0,27 e do **GNV** de R\$0,61.

aumento no custo de aquisição dos produtos pela revenda', alertou o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, acrescentando que 'os aumentos são inaceitáveis neste momento de pandemia, de queda nas vendas de combustíveis, de perda de receita e de renda das pessoas'.

Um dos maiores responsáveis pelo alto custo dos combustíveis é a grande carga tributária que incide sobre o produto, como explica Tannus.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS, CONFAZ | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - GNV | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz

'Estes reajustes na carga tributária vão representar um



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco)

domingo, 31 de janeiro de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

AUMENTO ICMS VAI ELEVAR PREÇOS COMBUSTÍVEIS NA BA DIZ SINDCOMBUSTÍVEIS

Veja o que diz o presidente do Sindcombustíveis

Najara Souza , Salvador | 29/01/2021 às 18:08



Vá preparando o bolso

Foto: A TARDE

A Petrobras aumentou o preço dos combustíveis duas vezes neste primeiro mês do ano, um reajuste de 13,4% e, em fevereiro, os baianos poderão sentir novo aumento da gasolina, do etanol e Gás Natural Veicular (GNV). O Ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (Cotepe) nº 02/2021, divulgado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), no dia 25 de janeiro, determinou alteração no preço de pauta desses combustíveis a partir de segunda-feira (01/02).

O preço de pauta dos combustíveis serve de base de cálculo para a cobrança do ICMS e o preço de pauta da gasolina sofreu aumento de R\$0,29, o do etanol de R\$0,27 e do GNV de R\$0,61. "Estes reajustes na carga tributária vão representar um aumento no custo de aquisição dos produtos pela revenda", alertou o presidente do Sindcombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, acrescentando que "os aumentos são

inaceitáveis neste momento de pandemia, de queda nas vendas de combustíveis, de perda de receita e de renda das pessoas".

O setor de combustíveis é responsável por 24% da arrecadação de ICMS do Estado da Bahia e os percentuais da alíquota do tributo são de 28% para a gasolina, 19% sobre o etanol e 18% para o óleo diesel. Walter Tannus informou ainda que os tributos estaduais e federais são responsáveis por, aproximadamente, 50% do preço final dos combustíveis. "Além de pagarmos por uma carga elevada de impostos, temos custos com transporte, mistura do biocombustível, estrutura física, segurança e mão de obra, dentre outras despesas. O custo é muito elevado para a classe produtiva e sobrecarrega toda a sociedade baiana, que acaba pagando a conta", reclama Walter Tannus.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=130403)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/31/prefeito-e-presidente-da-camara-de-camacari-visitam-a-sede-da-amvox,130424,0.html>)

PREFEITO E PRESIDENTE DA CÂMARA DE CAMAÇARI VISITAM A SEDE DA AMVOX

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/01/31/prefeito-e-presidente-da-camara-de-camacari-visitam-a-sede-da-amvox,130424,0.html>)

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 30 e 31/01/2021	Página: 06
Cita ICMS do Estado	

Tribuna

Sindicato critica novo reajuste dos combustíveis

“É o segundo aumento do preço este ano”, reclama o presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Alguns postos de combustíveis já estão com preços do diesel e gasolina ajustados em Salvador, depois do anúncio da Petrobras de novo aumento dos produtos na última terça-feira, 26, em suas refinarias. Na semana passada, a estatal já havia aumentado o combustível em 7,6%. Desde a última quarta-feira, 27, a gasolina está 5% mais cara para um preço médio de R\$ 2,08 por litro e o diesel subiu 4,4%, para R\$ 2,12 o litro. O Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências (Sindicombustíveis) na Bahia critica a

política de reajustes aplicada pela empresa, impactando a economia do país.

“É o segundo aumento do preço da gasolina do ano, que está apenas começando. Um acréscimo de 13,4% num período muito curto”, reclama o presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas.

Segundo a nota da Petrobras, “os preços praticados têm como referência os preços de paridade de importação e, dessa maneira, acompanham as variações do valor do produto no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo”. Esta política de preço, segundo Tannus, “tem sido praticada desde o ano de 2016 e vem impondo ao mercado um desequilíbrio econômico e perdas fi-

nanceiras insustentáveis, além de um custo elevado no orçamento doméstico das famílias brasileiras”.

Ainda de acordo com Tannus, “é preciso rever essa vinculação interna do preço do petróleo ao mercado internacional e à taxa de câmbio”. Além disso, ele se queixa da alta carga tributária que impacta em cerca de 50% o preço dos combustíveis. “São impostos federais e estaduais e outros custos, como aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, estrutura dos postos e mão de obra. Custos que estamos arcando, empregos que estamos mantendo, mesmo nesse tempo de pandemia e com queda nas vendas”, destaca Walter.

O presidente do Sindi-

combustíveis Bahia também diz que o momento é de crise aguda, com acentuada queda na renda das pessoas e reflexo, principalmente, no segmento varejista. “Não é sensato essa prática de preços internacionais. Está na hora da Petrobras olhar para o passado e lembrar que a ‘grande petrolífera’ que ela se tornou foi à custa do sacrifício de muitos brasileiros. É preciso uma reparação econômica ao sacrifício dessas pessoas, estabelecendo uma política de preço dos derivados de petróleo condizente com a situação atual do país”, finaliza Tannus.

A reportagem da **Tribuna da Bahia** percorreu algumas ruas de Salvador e encontrou os combustíveis com preços variados. A gasolina comum por

R\$ 4,677 o litro e a do tipo A, por R\$ 4,747. O diesel custa R\$ 3,790, o litro. Em um posto BR na Avenida Contorno, os preços estavam por R\$ 3,980 o diesel e a gasolina Grid por R\$ 4,999.

O Sindicombustíveis também alerta que é normal alguns postos que têm estoque continuarem vendendo pelo mesmo valor. O reajuste do preço também varia de acordo com a revendedora.

NOVO REAJUSTE

Em fevereiro, os baianos poderão sentir um novo aumento da gasolina, do etanol e Gás Natural Veicular (GNV). O Ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (Cotepe) nº 02/2021, divulgado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), no dia 25 de janeiro, determinou alteração no preço de pauta desses combustíveis a partir de segunda-feira (01). O preço de pauta dos combustíveis serve de base de cálculo para a cobrança do ICMS e o preço de pauta da gasolina sofreu aumento de R\$0,29, o do etanol de R\$0,27 e do GNV de R\$0,61.

O setor de combustíveis é responsável por 24% da arrecadação de ICMS do Estado da Bahia e os percentuais da alíquota do tributo são de 28% para a gasolina, 19% sobre o etanol e 18% para o óleo diesel. Walter Tannus informou ainda que os tributos estaduais e federais são responsáveis por, aproximadamente, 50% do preço final dos combustíveis.

Compras até 31 de janeiro concorrem no próximo sorteio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de janeiro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**. Com resultado marcado para divulgação no dia 18/2, o sorteio de fevereiro vai considerar as notas fiscais associadas ao CPF emitidas ao longo deste mês. Será distribuído R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Quem ainda não está cadastrado pode participar se inscrevendo no site.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

O resultado dos sorteios é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 584 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e, até março deste ano, serão repassados mais R\$ 3 milhões.

Ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada, a administradora Sueli Oliveira, 47, de Salvador, disse que foi uma 'grata surpresa' quando recebeu a notícia, pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), de que havia sido sorteada. Ela já arrecadava notas fiscais em papel para doação a instituições do Sua Nota é um Show, e quando houve a mudança para o formato digital, fez o cadastro na Nota Premiada para poder continuar apoiando as instituições. 'A partir daí, fui comprando e incluindo sempre o CPF na nota, muito mais com a intenção de apoiar as instituições do que pelo prêmio', conta.

Ela disse esperar que as pessoas se conscientizem mais sobre a importância da campanha pelo lado social, mas também saibam que ganhar no sorteio da Nota Premiada é mais fácil do que parece, tendo em vista o total de participantes. 'Com o prêmio, já comprei um carro, quitei dívidas minhas e de meu pai e fiquei com um dinheiro de reserva, como economia para uma emergência', destaca a ganhadora.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Com ‘efeito-auxílio’, Estados veem alta de até 20% no ICMS

Poupança do benefício e isolamento social ajudam cofres estaduais neste início de ano

Por **Marta Watanabe e Cibelle Bouças** — De São Paulo

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



George Santoro, de Alagoas: poupança do auxílio emergencial ainda ajudará a sustentar arrecadação de fevereiro —



Poupança de auxílio emergencial e baixas taxas relativas de isolamento social, mesmo com o recrudescimento de casos de covid-19, devem ajudar a sustentar o crescimento da arrecadação nos dois primeiros meses de 2021. Dados parciais mostram que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em janeiro e fevereiro deve superar em termos nominais os valores arrecadados em igual mês do ano passado em boa parte dos entes. Estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Alagoas e Mato Grosso estimam crescimento de 10% a 20% com a receita de ICMS em janeiro contra igual mês do ano passado.

A arrecadação de janeiro reflete ainda vendas realizadas em dezembro, quando foi paga a última parcela do auxílio emergencial, mas há sinalização de que em fevereiro a arrecadação deve também superar a de igual mês do ano passado.

O valor bruto de notas fiscais emitidas de 1º a 28 de janeiro em 12 Estados - Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Sergipe - aumentou 13,1% nominais ante igual período de 2020. Os dados estão reunidos no Receita Dados, portal de transparência ligado ao governo gaúcho. Os valores de notas fiscais emitidos em janeiro são considerados indicativos da tendência da arrecadação do ICMS em fevereiro.

Após fechar 2020 com arrecadação de ICMS em queda real de 2,9% em relação a 2019 - alta nominal de cerca de 1,5% -, o Rio Grande do Sul projeta para janeiro alta nominal de 10% contra igual mês do ano passado, segundo o secretário de Fazenda Marco Aurelio Cardoso. Ele lembra que a partir de março e abril os resultados deverão ser analisados de forma ponderada, já que terão base baixa de comparação em razão dos efeitos da pandemia. Segundo ele, as projeções gaúchas para desempenho das receitas deste ano deverão ser refeitas, em parte em razão da reforma tributária aprovado no Estado ao fim de 2020. Ele ressalta, porém, que as incertezas relacionadas à vacinação contra a covid-19 afetam estimativas sobre o ritmo de retomada da economia.

Os efeitos do recrudescimento da doença, diz Cardoso, ainda não estão claros. No ano passado, lembra, apesar de o desempenho não ter sido tão afetado quando se

ano passado, lembra, apesar de o desempenho não ter sido tão afetado quanto se esperava inicialmente pela disseminação da covid-19, a receita de ICMS ficou R\$ 1,3

Em Goiás, a secretária de Fazenda, Cristiane Schmidt, diz que nos primeiros 20 dias de janeiro a arrecadação de ICMS cresceu 19% em relação a igual período de 2020. Como o recolhimento do primeiro mês do ano se refere à atividade de dezembro, a preocupação, diz, é com o efeito nos próximos meses do fim do auxílio emergencial, que beneficiou mais de 40% da população goiana. Para ela, uma reestruturação da rede social de proteção pode ser discutida, mas a prioridade do momento é levar a vacina para todos e garantir maior espaço fiscal com reformas estruturais.

Em Mato Grosso, a expectativa também é de alta na arrecadação de janeiro. Segundo Rogério Gallo, secretário de Fazenda do Estado, a arrecadação até o dia 20 avançou 12% em relação a igual período do ano passado e as notas fiscais emitidas no mês, que darão base para a arrecadação de fevereiro, mostram que a atividade nos segmentos de supermercados e de construção civil continua forte.

No Pará, a projeção com os dados disponíveis até sexta-feira aponta expansão de 10% nominais na arrecadação de ICMS contra igual período de 2020. A emissão de notas em janeiro até o período também permite projetar 10% de alta em fevereiro, diz o secretário da Fazenda, René de Oliveira e Sousa Júnior. Para ele, o crescimento, que se refere à atividade de dezembro e janeiro, respectivamente, reflete ainda o impacto do auxílio emergencial. Parte do benefício, avalia, foi poupada e propiciou consumo também em janeiro.

Sousa Júnior lembra ainda que o governo paraense pagou benefício de R\$ 100 aos cadastrados no Bolsa Família. O valor foi distribuído de uma só vez, com parte da população beneficiada em dezembro e outra em janeiro. O programa estadual, diz ele, assim como o vale-alimentação de R\$ 80 pagos mensalmente a 550 mil alunos da rede pública, também ajudaram a sustentar o consumo no período.

A taxa de isolamento da população do Pará, relativamente baixa considerando a evolução da covid-19, também tem afetado a arrecadação positivamente, diz, mas traz preocupação em relação à evolução da pandemia. Se não houver nenhuma mudança no cenário, Sousa Júnior acredita que a arrecadação pode ter desempenho mais comprometido a partir de março.

desempenho mais comprometido a partir de março.



George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, também acredita que a bancarização promovida pelo pagamento do auxílio emergencial contribuiu para a poupança de pelo menos parte dos valores recebidos e que estão sendo gastos neste início de ano. Com base na arrecadação até a semana passada, o Estado projeta crescimento de 20% nominais na arrecadação de ICMS em janeiro e de 10% em fevereiro, sempre na comparação com igual mês de 2020. A volta do turista para o litoral alagoano, diz, também contribuiu para reativação da economia. A expectativa é que janeiro tenha fechado com 87% da capacidade hoteleira do Estado ocupada.

O Espírito Santo fechou 2020 com alta nominal de 4,8% no recolhimento de ICMS em relação a 2019. Com a reabertura da economia e a atração de investimentos, diz o secretário de Fazenda, Rogelio Pegoretti, o Estado teve de setembro a dezembro do ano passado alta de 11% a 15% na arrecadação do imposto, sempre na comparação mensal interanual, considerando as receitas ordinárias.

Em janeiro, diz Pegoretti, até o dia 20, houve estabilidade no valor arrecadado, mas ele avalia que é cedo para falar em desaceleração da arrecadação. Apesar disso, ele afirma que o cenário atual exige prudência, já que há instabilidade política e grande incerteza sobre a vacinação.

Em Minas Gerais, o auxílio emergencial foi importante para amenizar a queda de arrecadação de ICMS em 2020, que ficou em R\$ 60,97 bilhões, ante R\$ 62,46 bilhões da previsão orçamentária. Em 2019, a arrecadação atingiu R\$ 60,05 bilhões. “É preocupante este momento que estamos tendo o primeiro mês sem o auxílio emergencial, porque ele realmente propiciou aumento do consumo. Algumas regiões mais carentes do Estado tiveram na pandemia uma arrecadação maior do que no período pré-pandemia, o que mostra que o auxílio teve impacto muito grande no consumo”, afirmou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

economia@grupotarde.com.br



FINANÇAS Entre janeiro e fevereiro, débitos como IPVA, IPTU e matrícula pesam no orçamento

Mais de 20% 'esquecem' de planejar pagamento de contas do início do ano

LUÍSA CARVALHO*

Com o ano novo chegam também as despesas sazonais. Nos meses de janeiro e fevereiro, IPVA, IPTU, matrícula e material escolar se juntam às despesas correntes e às faturas de cartão mais altas depois dos gastos nas festividades de Natal, Réveillon e nas férias. Mesmo sendo débitos tradicionais, há quem não se prepare para pagá-los. De acordo com levantamento realizado, em 2020, pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC), 22% das pessoas não faz qualquer tipo de planejamento para pagar esses gastos anuais.

Gustavo Pessoti, economista vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon/BA), afirma que a falta de organização financeira e de compreensão sobre o próprio orçamento fazem com que muitos sejam "pegos de surpresa" pelas contas de início de ano. Outro fator que também influencia no espanto com essas despesas é a falta de conhecimento prévio do volume total a ser pago. Os ajustes são combinados e anunciados com antecedência, mas, muitas vezes, as pessoas só se informam so-

“(Falta de organização) faz com que muitos sejam pegos de surpresa”

GUSTAVO PESSOTI, do Corecon/BA



Sidnei Florencio / Divulgação / 16.8.2018

bre o valor exato a ser pago quando recebem o boleto.

Para lidar mais tranquilamente com as despesas sazonais, é preciso compreender que elas são essenciais e estão presentes, de forma invariável, em todo início de ano. Mapear o próprio orçamento, se antecipando a esses gastos, deve ser uma atividade constante.

A melhor maneira de quitar os impostos, que rece-

“Se deixar de pagar o cartão de crédito, vai entrar numa bola de neve”

LUCAS SPÍNOLA, consultor



Leopoldo Marinho / Divulgação / 18.12.2019

bem descontos quando pagam em cota única, é uma dívida constante. Sua resposta não é definitiva, depende do contexto e da situação financeira de quem paga. Pessoti destaca que todo desconto é bem-vindo, mas num momento em que o reajuste salarial vem sendo baixo e os preços têm aumentado significativamente, parcelar é o mais recomendado. Pessoti afirma

que gastar muito dinheiro em uma única despesa pode trazer um prejuízo grande num espaço de tempo curto.

Na atual circunstância, pagar a matrícula escolar à vista pode também não valer a pena. “Nesse momento, em que você tem um orçamento curto, em função da pandemia e uma instabilidade generalizada nos empregos, fazer desembolsos totais, principalmente por serviços que você não tem certeza de como se dará a efetivação, de forma nenhuma é vantajoso para o consumidor”, explica Gustavo Pessoti.

Por outro lado, o economista e consultor financeiro Lucas Spínola afirma que pagar tanto IPTU e IPVA quanto a matrícula da escola de maneira antecipada pode ser interessante caso haja caixa. “É preciso analisar. Um parâmetro é a taxa básica da economia (fechada em 2% ao ano em dezembro). Se for um valor significativamente maior que a Selic, hoje, eu entendo que vale a pena fazer antecipação”, explica.

Juros rotativos

Spínola não recomenda que se deixe de pagar alguma dívida já contraída, principalmente em cartão de crédito, com a intenção de eliminar as despesas sazonais.

“Se deixar de pagar o cartão de crédito, vai entrar numa bola de neve de juros absurda”, alerta.

No período de virada de ano, com férias e festividades, não é raro que muitas pessoas extrapolem os gastos e se compliquem com a chegada de outras dívidas. Nesse caso, Spínola indica: “Para quem tem uma dívida muito ruim, como é o caso do rotativo do cartão de crédito, talvez seja mais interessante pegar empréstimo para quitá-la porque a taxa de juros (do empréstimo) é bem inferior à do juros rotativo”.

O líder de estoque Phablo Viana pretende pagar IPTU e IPVA em 2021 à vista. Ele afirma que sempre paga dessa forma não apenas pelo desconto, mas, também, para “se livrar logo” dessas dívidas e evitar que, no decorrer do ano, elas se tornem uma “bola de neve” ao se juntar com outros gastos. Viana prefere optar pelos pagamentos adiantados, mas se arrepende de ter feito a matrícula de seu filho Mateus Lorenzo, de 3 anos, no ensino infantil, dessa forma no ano passado por conta do regime de aulas remotas, que não achou produtivo para a criança.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

SEGURO E TRIBUTOS

DPVAT O seguro obrigatório, usado para a indenização de vítimas de acidente de trânsito, não será cobrado neste ano. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) afirma ter recursos suficientes para atender os beneficiários em 2021. A isenção é momentânea e o seguro não será extinto.

IPVA Taxa recolhida de proprietários de veículos automotores pelos estados. Pode ser pago em cota única com 10% de desconto até 10 de fevereiro. É possível o pagamento com desconto de 5%, também em cota única, feito no dia do vencimento da primeira cota do parcelamento padrão. O valor pode ser parcelado ainda em três vezes, sem dedução, com vencimentos que variam de acordo com o final da placa

IPTU Pago todo ano por proprietários e inquilinos de imóveis. Na Bahia, quem opta por pagar à vista, em cota única, tem desconto de 7%. O pagamento em parcelas, sem redução, pode ser realizado em até 11 cotas

Edital que beneficia servidores públicos (3)



Waldir Santos

Advogado da União, palestrante, professor e autor de livros sobre métodos de estudos para concursos

waldir@waldir santos.com.br
Instagram e twitter: @waldirconcursos
Facebook.com/waldirconcursos

Concluindo o tema, vamos tratar hoje dos fundamentos utilizados no recente julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal em torno do assunto, na Arguição de Descumprimento de Precei-

to Fundamental nº 5.358.

Apesar de o julgamento só ter sido encerrado no final do mês de novembro de 2020, havia uma liminar em vigor desde 2015 determinando a suspensão da vigência da Lei nº 5.810/1994, que dava vantagem indevida a servidores estaduais em concursos públicos.

O fundamento do voto do relator foi exatamente o fato de que qualquer critério legal que estabeleça distinção entre os candidatos só tem validade quando acompanhado da devida justificativa. É fácil compreender que nesse

caso não havia razão para tratar de forma diferente quem era servidor do estado do Pará em relação, por exemplo, a quem era servidor de um município ou da União, ou até mesmo a quem tinha experiência comprovada em exercício de atividade semelhante na iniciativa privada. Dessa forma, o Ministro entendeu que a norma é inadequada porque viola a igualdade e a impessoalidade, e ao mesmo tempo não atende ao interesse público, criando um favorecimento desproporcional aos servidores estaduais.

Entendemos perfeitamente que a estipulação desse critério é justa quando se refere à atividade específica do cargo, independentemente de onde a pessoa tenha exercido a profissão, já que quem tem mais experiência poderá prestar

Não havia razão para tratar de forma diferente

um serviço melhor para a administração pública. Assim, comparando-se um candidato sem nenhuma experiência com outro com comprovada vivência na mesma área, não há nenhum problema em favorecer o primeiro através do critério de desempate.

É importante registrar que a lei 6.677/1994, do estado da Bahia, tinha uma previsão semelhante a essa, e também teve tal dispositivo julgado inconstitucional pelo STF na ADI 5776, em que funcionou como relator o Ministro Alexandre de Moraes.

Como ocorre na maior parte das questões jurídicas que envolvem interesses antagônicos, sempre teremos, entre as pessoas alcançadas pela norma, posicionamentos da mesma forma opostos. Resta evidente que alguém potencialmente beneficiado por norma nesse sentido a defenderá com ênfase, até que, por ironia do destino, depare com situação prática similar em que uma vaga em cargo público lhe seja negada. Certamente o seu empenho argumentativo dará meia-volta e se ampliará em intensidade.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Teremos um Nobel da Paz? Alysson Paolinelli está na disputa

O oeste da Bahia, todo nosso cerrado, era considerado improdutivo no passado. Até uma expressão jocosa havia: “terra no cerrado? Nem dada nem herdada”. E tudo isso mudou a partir da tecnologia, onde Alysson Paolinelli é um símbolo vivo dessa obra legítima brasileira. Outros brasileiros foram fundamentais da mesma forma, e com pesar registramos aqui o falecimento de Herbert Bartz, na semana passada, um dos pioneiros do plantio direto no Brasil, fez a revolução da agricultura tropical, o que nos co-

loca com forte posição no sistema de baixo carbono.

Alysson foi ministro da Agricultura e símbolo da transformação da agropecuária no Brasil, o que permitiu a evolução do agronegócio. Foi indicado para o Nobel da Paz. E, em nome da paz, que venha o Alysson Paolinelli nos ajudar também como “pacificador” dos espíritos nacionais.

A nomeação foi protocolada no conselho norueguês do Nobel (the norwegian Nobel Committee), pelo diretor da Esalq, professor Durval Dourado Neto. Alysson foi

um acelerador da Embrapa nos anos 70, criou bolsas de estudos para brasileiros no exterior. Em 2006 ganhou o prêmio World Food Prize, um equivalente a um Nobel da alimentação.

Alysson foi símbolo da transformação agropecuária no Brasil

Este agrônomo formado na Universidade Federal de Lavras ao longo dos últimos 50 anos, desde a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais em 1971 até 2021, significa um símbolo da pro-

Além e acima de tudo, significará mensagem de paz

dução de alimentos no Brasil e em todo cinturão tropical do planeta.

Mas Alysson da Paz não sossega. Jamais estaciona. E continua nos inspirando para a gestão precisa de cada microbioma. E fala agora da água, da irrigação, para darmos outro salto, outro tanto na produção de alimentos, fibra, energias. E como sempre, acima disso tudo, gerar dignidade humana e criar riqueza onde somente havia, antes, a pobreza.

Um outro agrônomo em 1970 ganhou o Nobel da Paz, Norman Borlaug. Levou ali-

mentos para o mundo. A revolução verde.

O Nobel da Paz em 2021, 50 anos após Norman Borlaug, para outro agrônomo que fez de sua vida a luta pelo alimento é justo e merecido.

E que assim possa ser. Os brasileiros nunca precisaram tanto de um só brasileiro como agora. Pois além e acima de tudo, significará uma mensagem de paz, em meio a raiva, ódios, desavenças e desunião no país com estes versus aqueles. Alysson, o guerreiro da paz. Que nos traga o Nobel e “a paz”. Afinal, o agronegócio vive da paz.

Aiba / Divulgação

AGRICULTURA Expectativa de bater mais um recorde de produção e bons preços animam sojicultores do Estado

Produtores baianos de soja esperam um crescimento de 11,7% na safra 2020/2021



A previsão é de uma colheita de 6,7 milhões de ton. na safra 2020/2021

MIRIAM HERMES

A expectativa de bater mais um recorde de produção de soja, aliada aos bons preços, entusiasma produtores baianos, que preveem uma colheita de 6,7 milhões de toneladas na safra 2020/2021, com média de 66 sacas de 60 kg por hectare (sc/ha) e crescimento na produção de 11,7% sobre a safra 2019/2020.

Os dados foram confirmados na semana passada durante a primeira reunião do ano para levantamento da safra que está em andamento pelo Conselho Técnico da Aiba, formado por representantes de diversas entidades e órgãos públicos. A boa fase da soja nas lavouras é resultado do clima favorável e dos cuidados agrônômicos.

A saca passou de R\$ 126 na semana passada para a leguminosa cultivada na região. O valor agrada os sojicultores que plantaram 1,7 milhão hectares em áreas que fazem parte do bioma cerrado na faixa do extremo oeste da Bahia. No ano passado neste período a saca estava sendo comercializada em torno de R\$ 74.

Com mercado garantido, até a semana passada 65% do grão em produção nas lavouras já estavam comercializados no Mercado Futuro com preços regidos pela Bolsa de Valores de Chicago, “principalmente para a China e outros países asiáticos”, conforme o assessor de Agronegócios da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke.

Em paralelo ao otimismo, no entanto, existem alertas fitossanitários disparados pela Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), para que as equipes permaneçam atentas em campo para identificar e combater os eventuais focos de doenças como a Ferrugem Asiática.

Endêmica, a ferrugem foi constatada nesta safra no início de 2021, em um foco no município de Luís Eduardo Magalhães, de acordo com o diretor de Defesa Vegetal da Adab, Celso Duarte Filho, acrescentando, no entanto, que a doença está controlada no estado com uma série de medidas.

Mas ele alertou para a necessidade de manter uma vi-

Em paralelo ao otimismo, existem alertas da Adab para eventuais focos de doenças

gília constante, “para que, caso apareçam novos focos, sejam debelados logo no início, impedindo que se espalhem para outras propriedades”, recomendou.

A doença é causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, cujos esporos se dispersam com o vento e atacam as folhas que perdem vitalidade e comprometem o desenvolvimento das plantas. Consequentemente os grãos não crescem, afetando a produtividade e a qualidade do produto.

A ferrugem é uma velha conhecida dos produtores, que amargaram grandes prejuízos em todos os lugares do mundo onde o grão é cultivado. No Brasil foi iden-

tificada a partir da safra 2001/2002 em lavouras paranaenses. Desde que instalada em uma região agrícola, a doença demanda aumento de custos de produção, pela utilização frequente de fungicidas.

Na Bahia foi confirmada em 2003, quando atingiu cerca de 40% das lavouras com o grão, representando perdas drásticas na produção, principalmente nos primeiros anos da instalação da doença, quando o combate ainda não possuía a eficiência alcançada atualmente com uma série de medidas conjugadas.

Ano de chuva

O ano bom de chuva para as lavouras, também significa condições favoráveis para a proliferação dos fungos que se desenvolvem na umidade, exigindo maior atenção por parte dos responsáveis pelas fazendas.

Além da vigilância, que é uma das principais armas contra as doenças e pragas nas lavouras, a adoção de calendário para plantio e obrigatoriedade do Vazio Sanitário, são medidas que envolvem pesquisadores, asso-

ciações de produtores e órgãos públicos.

Na Bahia, a Adab vem emitindo portarias visando ações de controle conjugado há cerca de 18 anos. Dentre eles o Vazio Sanitário, um período em que é proibida a presença de qualquer planta viva de soja na região, porque o fungo é biotrófico, parasita que sobrevive em tecidos vivos.

Para reforçar a vigilância, destacou Duarte Filho, “a partir de 2021 teremos em ação um projeto com envolvimento da Embrapa, Aiba e Adab, para monitoramento via satélite das fazendas durante o Vazio Sanitário, com imagens em tempo real”, afirmou, acrescentando que já são utilizados drones neste trabalho, mas que as novas tecnologias terão ainda mais eficiência.

Conforme o diretor da Adab, uma nova doença da soja, a Podridão Radicular Fitóftora (PRF) provocada pelo fungo *Phytophthora sojae*, foi identificada recentemente em lavouras de soja na Bahia. É provocada por um fungo que ataca a planta a partir das raízes e hastes, comprometendo o desen-

volvimento das plantas e a produção.

Também é combatida com fungicidas, mas tem a seu favor, diferente do causador da ferrugem, o desenvolvimento de variedades de soja resistentes ao patógeno, já em fase de experimentação pela Embrapa e a Fundação Bahia.

Conforme o coordenador do Programa Fitossanitário da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Armando Sá, existe alto comprometimento dos produtores e suas equipes para o combate efetivo às doenças e pragas, que, se não forem controladas, também comprometem a produtividade.

Ele salientou o aumento na região de propriedades com rotação de culturas, alternando com soja, algodão e outras que favorecem a formação de palha e matéria orgânica para o solo. Também pontuou a importância da rede de comunicação entre produtores e pesquisadores para a conscientização acerca dos cuidados fitossanitários que garantem as produções alcançadas nos últimos anos.

Raul Spinassé / Ag. A TARDE

LUÍSA CARVALHO*

O e-commerce (comércio eletrônico), em 2020, registrou crescimento de 47% de acordo com pesquisa realizada pela Ebit | Nielsen no segundo semestre do ano. A modalidade tem se popularizado, mas ainda há desafios para os empresários, principalmente, de pequeno e médio porte. A organização de uma logística eficaz, por vezes, gera dores de cabeça aos lojistas. Para facilitar esse processo, empresas e plataformas que oferecem o intermédio entre comerciantes e Correios ou transportadoras privadas podem ser soluções.

Existem fatores que tornam o transporte e a entrega de produtos difíceis. As dimensões territoriais do Brasil é um deles. O diretor logístico da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm) Fábio Fialho destaca que os desafios são ainda maiores para o transporte intermunicipal. Ele afirma que, nos envios para longas distâncias, os comerciantes ficam divididos entre as transportadoras privadas, que nem sempre atingem a totalidade do país, e os Correios, que cobrem o território nacional, mas nem sempre proporcionam entrega rápida.

Outro ponto que Fábio destaca como um desafio para os comerciantes é a logística reversa. A coleta ou a devolução do produto pós-venda para descarte ou conserto requerem planejamento e são fundamentais para a fidelização do cliente. No entanto, os lojistas nem sempre se integram devidamente a respeito desses procedimentos. Os Correios têm um sistema de logística reversa e de coleta e, para o diretor logístico da Abcomm, precisam ser o “plano de fundo” dos lojistas já que facilitam esse processo por conta de sua grande abrangência. Transportadoras também têm buscado oferecer esse serviço.

Para as entregas dentro da capital as possibilidades são mais amplas. Além dos meios tradicionais de transportes, aplicativos de delivery, como Loggi, Uber Flash e Rappi, têm sido facilitadores da troca entre lojistas e clientes, sobretudo quando se trata de quantidade menor de produtos e maior urgência de entrega. O serviço mais rápido também é ofertado por transportadoras privadas que trabalham na modalidade do “same day delivery” (entrega no mesmo dia).

Antes de definir a logística “da porta para fora”, o analista do Sebrae Tauana Sousa aconselha que os lojistas de e-commerce “deem um passo para trás” e estabeleçam com precisão as estratégias de suas empresas. “Antes disso, é fundamental que você tenha seus processos internos definidos e implantados”, diz. Só depois de determinados o estoque, as formas de venda, os valores de cobrança, as maneiras de realizar a logística reversa, o público-alvo e o diferencial da empresa – se preço, rapidez, qualidade ou os três – é que se deve partir para a definição de parceiros de intermediação e distribuição.

Conexão mais fácil

Com o intuito de facilitar a conexão entre criadores de marcas autorais baianas e compradores que priorizam o consumo consciente em todo o Brasil, a advogada soteropolitana Geisa Bacellar transformou a loja física Elementuá (@elementua) em um marketplace. Os marketplaces, negócios online em que diversas marcas podem se inscrever e vender seus produtos, são uma boa estratégia de simplificação para lojistas de e-commerce porque o serviço de entrega é definido, monitorado e/ou

NEGÓCIOS Empresas e plataformas oferecem soluções para comerciantes se conectarem mais facilmente com os seus clientes

Logística é ponto-chave no e-commerce em tempo de pandemia



Vinicius diz que Pra Já Envios faz a ligação entre lojistas e consumidores

Haroldo Bacellar/ Divulgação



Geisa transformou a Elementuá em um marketplace



Éder diz que Melhor Envio tem preço competitivo

INVISTA EM PLANEJAMENTO

CONHEÇA O SEU PRODUTO Antes de optar pelo serviço dos Correios, transportadoras ou algum intermediário, é preciso saber se a carga precisa de cuidados adicionais, por ser frágil e/ou ter maior valor agregado, ou pode suportar mais choques durante o transporte

ORGANIZE O PÓS-VENDA Apesar de o pós-venda ser, por vezes, pouco planejado, ele é fundamental para a fidelização do cliente. A troca, a devolução e até o reembolso são tão importantes quanto a venda do produto

PREÇO X SATISFAÇÃO: A prestação de serviço das transportadoras e parceiros não deve ser escolhida tendo em vista apenas o menor custo, mas também a satisfação do consumidor com a entrega. Isso deve estar em equilíbrio. Entenda se seu cliente prefere maior rapidez ou menor custo de entrega

47%

foi o crescimento registrado pelo e-commerce (comércio eletrônico) brasileiro, em 2020, acordo com pesquisa realizada pela Ebit | Nielsen

garantido pela plataforma. Na vitrine eletrônica, os consumidores podem adquirir itens de empresas diferentes pagando tudo junto no mesmo carrinho de compra. O empresário da marca que faz parte da Elementuá é responsável por despachar o produto, mas não paga o frete. Hoje, a plataforma reúne também empresas de fora do estado.

A plataforma de soluções de fretes catarinense Melhor Envio, eleita a melhor empresa de logística no e-commerce pela Abcomm em 2020, tem o intuito de auxiliar pequenos e médios comerciantes online a terem condições mais competitivas e a conseguirem otimizar a gestão de logística de seus negócios. Através da plataforma, empreendedores podem cotar os fretes simultaneamente com os Correios e diversas transportadoras, enviar o produto e monitorá-lo. O CEO Éder Medeiros destaca que entre um dos diferenciais do uso da plataforma está a possibilidade de empresas menores terem um preço mais competitivo do que se buscassem sozinhas por serviços de entrega.

Possibilitar que lojistas alcancem seus consumidores mais facilmente também é o objetivo da empresa de logística Pra Já Envios. A empresa, que atua em três unidades em Lauro de Freitas, faz a coleta de cargas a domicílio na Bahia inteira e realiza envios nacionais e internacionais. O sócio Vinicius Alves afirma que o propósito do negócio é, também, “descomplicar informações que muitas vezes são de difícil entendimento na linguagem das transportadoras” e auxiliar na escolha do melhor serviço de envio.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

COVID-19 Ministério da Saúde deve oficializar aquisição na terça-feira; vacinação de idosos deve começar segunda-feira

Governo compra mais 45 milhões de doses da Coronavac; Bahia não sabe quantas terá

RODRIGO AGUIAR

Após grande pressão de governadores e prefeitos por mais doses de vacina contra a Covid-19, o Ministério da Saúde deve oficializar na próxima terça-feira (2) o contrato da compra adicional de 54 milhões da Coronavac. Ainda será definida a quantidade que cada estado receberá, mas esse novo lote de vacinas será suficiente para ampliar o público-alvo imunizado no Brasil.

Até o momento, o governo da Bahia já distribuiu 284,3 mil doses de vacina contra a Covid-19, de um total de 550,7 mil doses que chegaram ao estado. Dessas, são 431,2 mil unidades da Coronavac, cuja aplicação é feita em duas doses. Já a aplicação das 119,5 mil doses de Oxford/AstraZeneca seria feita de uma vez, para atingir mais pessoas, decidiu o governo.

A discussão sobre a compra do lote adicional da Coronavac pelo Ministério da Saúde se intensificou nos últimos dias diante da escassez de imunizantes, insuficientes, até então, para atender mesmo aos idosos a partir de 75 anos, público-alvo previsto na primeira fase do plano nacional de vacinação.

"Feliz com a decisão acertada do Ministério de adquirir inteiramente o lote com 54 milhões de doses da Coronavac", escreveu, no Twitter, o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. Ainda não há informações sobre possível calendário ou quantas doses deverão vir.

A compra adicional das 54 milhões de doses da Coronavac pelo ministério foi informada pelo governo de São Paulo, ao qual é ligado o Instituto Butantan, responsável pela produção do imu-



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 5.01.21

Até o momento, o governo da Bahia já distribuiu 284,3 mil doses de vacina, de um total de 550,7 mil doses

“Decisão acertada do Ministério de adquirir inteiramente o lote com 54 milhões de doses”

FÁBIO VILAS-BOAS, secretário

nizante no país. Até então, estava previsto o fornecimento de 46 milhões de doses da vacina até abril. Caso se concretize a assinatura do contrato adicional, o total de doses passaria a 100 milhões a serem distribuídas pelos estados brasileiros.

"Houve uma intensa movimentação em relação à contratação adicional das 54 milhões de doses, também em relação ao próprio Supremo Tribunal Federal, solici-

tando um posicionamento. Recebi uma comunicação da pessoa responsável pelo departamento de logística, avisando que o contrato será assinado na terça-feira da próxima semana. Uma boa notícia que todos nós estávamos aguardando. Espero que isso se concretize", declarou Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan.

Presidente do Consórcio Nordeste, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT),

confirmou o acerto. "Fui informado pelo ministro Pazuello que, na próxima semana, o Ministério da Saúde vai assinar o contrato de compra das 54 milhões de doses da Coronavac. Isso vai completar as 100 milhões de doses para o Plano Nacional de Imunização", declarou Dias.

Cronograma na Bahia

Na Bahia, o governo do Estado anunciou a distribuição, neste final de semana,

de 54 mil doses de vacina e sugeriu um calendário para a imunização de idosos com 90 anos ou mais.

Conforme proposta da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) aos municípios, pessoas a partir de 95 anos seriam vacinadas na segunda-feira; na terça, seria a vez daqueles com 94 anos, e assim sucessivamente, até a imunização dos idosos com 90 anos no próximo sábado (6), encerrando o ciclo. A pasta destacou, porém, que trata-se apenas de uma sugestão, sendo cada município responsável pela estratégia de vacinação.

Vilas-Boas afirmou que terão acesso prioritário na distribuição dos imunizantes as cidades que mais avançaram na vacinação. "Temos um quantitativo reduzido de doses, ainda fruto das três entregas iniciais do Ministério da Saúde, e, neste sentido, vamos priorizar os municípios que imunizaram pelo menos 75% do seu público-alvo", declarou.

Segundo o titular da Sesab, do total de mortos pela Covid-19 na Bahia, 75% tinham mais de 60 anos e 29,1% mais de 80 anos.

"Autorizei o início da vacinação de idosos com 90 anos ou mais a partir da próxima segunda, em todos os municípios da Bahia. Decidimos avançar na imunização dos idosos que estão mais vulneráveis à Covid-19, mas ainda precisamos de muito mais doses e lutaremos por isso", falou o governador Rui Costa.

Em Salvador, a estratégia de vacinação dos idosos a partir de 90 anos será apresentada hoje pelo prefeito Bruno Reis e o secretário municipal de Saúde, Leo Prates, em coletiva no 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, na Avenida Centenário.

COVID-19

Pessoas esperam até 2h para se vacinar nos postos de drive-thru

GISELE SOUZA E REDAÇÃO

Duas horas. Esse foi o tempo médio que as pessoas tiveram que esperar, ontem, na fila para se vacinar contra a Covid-19, pelo sistema drive-thru, no Centro de Convenções de Salvador. Enquanto na Arena Fonte Nova e no Complexo de Saúde Clementino Fraga, o tempo médio foi de uma hora.

Até amanhã, a imunização está sendo destinada aos profissionais que trabalham

em unidades hospitalares de 27 hospitais – públicos ou privados – que façam atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os profissionais podem verificar se estão na lista de habilitados através do site da Secretaria Municipal de Saúde.

Nos pontos de drive-thru, o horário de funcionamento é das 8 às 17h. E, segundo a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), a estimativa é que até o final desta ação sejam vacinadas

cerca de 20 mil pessoas.

Na fila, os profissionais passam por uma triagem, que identifica se pode ocorrer a imunização, pois existem alguns casos em que a vacinação não é permitida, como os de gestantes. Além disso, há outros critérios: meses de crianças de até 6 meses de idade precisam apresentar a autorização do médico, através de um relatório; pessoas que testaram positivo para o novo coronavírus precisam esperar no mínimo 28 dias; e



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Uma grande fila se formou no Centro de Convenções

quem tomou alguma vacina antes do imunizante contra a Covid-19 precisa aguardar 14 dias, entre outros.

A Sesab recomenda que os profissionais da saúde municipal se vacinem no Centro de Convenções. Enquanto que os estaduais optem pela Fonte Nova ou Complexo de Saúde Clementino Fraga. O 5º Centro oferece, inclusive, a vacina de maneira convencional, para as pessoas que não têm como ir ao local com um veículo.

EDUCAÇÃO

Aulas online na rede municipal devem retornar já em fevereiro

BRUNO BRITO*

Enquanto as aulas presenciais não são autorizadas a retornar na capital baiana, as aulas virtuais da rede municipal de ensino deverão recomençar em fevereiro, conforme anunciou o prefeito Bruno Reis, na manhã de ontem. De acordo com o gestor, será necessário adquirir mais canais de TV para realizar as transmissões.

Segundo Bruno Reis, além de aumentar a lista de canais oferecidos para transmis-

são das aulas, a intenção é também aumentar o número de séries alcançadas com as aulas. Se inicialmente as aulas atendiam ao Ensino Fundamental II, e aos alunos da Educação para Jovens e Adultos (EJA), a proposta é oferecer também aulas para o Ensino Fundamental I.

"Ainda sem data, mas queremos voltar em fevereiro. Estamos discutindo com professores e diretores sobre como será essa volta. Estamos ampliando uma es-

trutura que foi oferecida lá atrás", explicou Bruno.

Ainda segundo o gestor, a medida foi pensada, pois ainda não existe uma certeza quanto ao retorno presencial. "Conversei com o secretário municipal de educação, e ele me sinalizou a intenção de validar, nestes primeiros 15 dias de fevereiro, os protocolos que foram definidos e, muito provavelmente, retornar ainda no mês de fevereiro às aulas online", contou.

O prefeito, no entanto, si-



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Prefeito disse estar tudo pronto para iniciar aulas

nalizou que a estrutura da prefeitura para o retorno presencial já está preparada, com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) já adquiridos, distanciamento já determinado nas salas, além da colocação de pias para higienização.

"A expectativa é, entre março e maio, finalizarmos 2020. Em maio iniciar o ano de 2021", projetou.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

Assembleia Legislativa elege nova mesa diretora

VOTAÇÃO A nova mesa diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) será eleita hoje, a partir das 14h30. A votação secreta presencial observará, segundo informou a ALBA, o protocolo sanitário exigido pela pandemia do coronavírus, inclusive com a limitação de presenças no plenário.

Apenas 30 parlamentares e técnicos essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos serão admitidos simultaneamente no local. A sala do cafezinho e o saguão Nestor Duarte serão reservados para os deputados aguardarem o momento de votar.

A votação será dirigida pelo presidente Nelson Leal (PP), que no primeiro momento explicará a sistemática da votação. Em seguida todos os pretendentes a postos na Mesa Diretora deverão lançar suas candidaturas para cada cargo.

Um acordo de lideranças pode resultar na feitura de uma chapa única, mas candidaturas avulsas podem ser colocadas na disputa até o início da votação. Antes de iniciar o processo de votação, o deputado Nelson Leal fará o discurso de despedida da presidência, um pronunciamento em que realizará um breve relato da gestão que se encerra.

ROBSON MENDES/ARQUIVO CORREIO



Deputado Adolfo Menezes (PSD), lançado candidato à presidência com o apoio de todos os partidos representados na ALBA, exceto o Psol

Os 15 parlamentares de 60 anos ou mais terão prioridade na votação nominal. Serão chamados por ordem alfabética para ir à cabine de votação na primeira meia hora do processo. Em seguida os demais serão chamados para votar, também por ordem alfabética.

Apurados votos para os nove cargos da Mesa e as cinco suplências, o deputado Nelson Leal proclamará o resultado e passará o comando dos trabalhos para seu sucessor, que, segundo informou a ALBA em comunicado à imprensa na sua página oficial, deve ser o deputado Adolfo Menezes (PSD), lançado candidato à presidência com o apoio de todos os partidos representados na ALBA, exceto o Psol. A oposição afirmou ao CORREIO que já sinalizou apoio a Adolfo. Ele fará o discurso de posse e convocará uma sessão virtual para a reabertura dos trabalhos no dia seguinte, às 10h.

O governador Rui Costa já confirmou presença virtual na sessão solene em que apresentará a sua mensagem anual ao Legislativo. É a primeira vez na história que o governante deixa de ir pessoalmente a ALBA.

ECONOMIA

União entra em disputa por água de cervejaria

HEINEKEN A antiga disputa por uma fonte de água para a produção de cerveja da que hoje é a maior fábrica da Heineken no Brasil, em Alagoínhas, ganhou um elemento novo e inesperado nas últimas semanas: o governo federal. Com o litígio já julgado, sem possibilidade de recurso legal, e a decisão perto de ser oficializada, entraram no caso a AGU (Advocacia-Geral da União) e o MME (Ministério das Minas e Energia).

O empresário baiano Maurício Britto Marcellino da Silva ganhou na Justiça o direito de explorar o subsolo onde está a água que sustenta a produção da Heineken em Alagoínhas. A decisão transitou em julgado, ou seja, tornou-se definitiva, em 2015, não cabendo mais recurso. Depois de muitas idas e

1.400
é o total de empregos na fábrica baiana. A empresa retira cerca de 16 bilhões de litros de água por ano do local

vindas, a ANM (Agência Nacional de Mineração) confirmou a decisão no fim do ano passado e, na última semana, enviou um ofício ao ministério pedindo que todas as autorizações dadas para a cervejaria fossem cassadas.

Segundo o MME, o ofício da ANM chegou à Secretaria de Geologia e Mineração na última semana. "Dessa forma, ainda deverá seguir o fluxo de análise das áreas técnica e jurídica antes de ser dado o parecer final do MME."

Procurada, a Heineken se manifestou em nota. afirmou que desconhece qualquer ofício, enviado pela ANM para o Ministério de Minas e Energia, requerendo a cassação do seu requerimento de lavra para exploração de água mineral e que tem todas as licenças para a fábrica operar e que "não há nenhuma possibilidade de fechar sua unidade".

O processo agora está na mesa de Alexandre Vidigal de

Oliveira, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do ministério. Há cerca de dois meses, a AGU entrou no caso. Apresentou uma petição no processo da agência afirmando que não concorda com o acordo firmado com a ANM para que a decisão judicial fosse cumprida. Os advogados do empresário não entendem o repentino interesse da AGU pelo caso. "A União é pessoa jurídica distinta da agência de mineração e não é parte do processo", afirma Luiz Henrique Oliveira do Carmo, advogado de Marcellino da Silva.

A disputa pela fonte tem mais de 20 anos, e a história é chela de passagens controversas. A fábrica da Heineken de Alagoínhas é a maior da empresa no Brasil e emprega atualmente 1.400 pessoas, entre funcionários diretos e indiretos. A empresa retira cerca de 16 bilhões de litros de água por ano do local.

TAG e Unigel fecham acordo para transporte de gás

FAFEN A Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e a Proquigel Química S.A. (Proquigel), empresa integrante do Grupo Unigel, assinaram contrato interruptível de serviço de transporte de gás para abastecimento de duas fábricas de fertilizantes operadas pela petroquímica, na Bahia e em Sergipe. O acordo prevê a entrega de 2,3 milhões de metros cúbicos (Mm³) de gás por dia.

O contrato firmado entre as empresas tem prazo de até um ano e será atendido pela atual infraestrutura de transporte de gás da TAG. O gás será fornecido pela Petrobras à Proquigel, proveniente do campo de Manati (BA). O contrato de transporte prevê a entrega nos citygates (pontos de entrega) nos quais a Proquigel possui acordo com as distribuidoras locais. A Proquigel Química arrendou, junto a Petrobras, as fábricas de fertilizantes nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) e de Sergipe (Fafen-SE).

CHESF COMPRA PARQUE EÓLICO NA BAHIA

PINDAÍ O Complexo Eólico Pindaí I, II e III, localizado na Bahia, com 110 MW de capacidade instalada de geração, teve a participação acionária da Sequóia adquirida pela Chesf. A assinatura do contrato de compra e venda aconteceu na semana passada. O próximo passo será iniciar a incorporação do complexo para serem ativos da Chesf, como já são os parques eólicos de Casa Nova e as hidrelétricas, que compõem a geração da companhia. A Chesf tem potência instalada total de 10.350 MW. "Tem um grande valor simbólico para a empresa essa compra, pois a Chesf mostra que está investindo, em especial em energia eólica", afirma o presidente da Chesf, Fábio Alves.

CONTA DE LUZ SEGUE COM TAXA EXTRA

ENERGIA ELÉTRICA A bandeira tarifária das contas de luz permanecerá na cor amarela em fevereiro, informou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com isso, o preço da energia fica em R\$ 1,34 para cada 100 quilowatts consumidos por hora. O valor é o mesmo que havia sido estabelecido para janeiro. Segundo a agência, apesar de fevereiro ser um mês tipicamente mais chuvoso, os reservatórios das hidrelétricas seguem em recuperação lenta, o que demanda maior contenção do consumo.

Prefeitura se prepara para vacinar seus idosos

Vacinação A partir de amanhã, maiores de 90 anos serão vacinados em Salvador

Carmen Vasconcelos
REPORTAGEM
carmen.vasconcelos@redetbahia.com.br

A partir de amanhã, os maiores de 90 anos residentes em Salvador poderão buscar a vacinação contra a covid-19. A imunização será realizada de forma escalonada: no primeiro dia serão vacinados os cidadãos a partir de 95 anos; na quarta-feira, será a vez dos idosos com 94 anos; na quinta-feira, quem tem 93 anos; na sexta-feira, os idosos com 92 anos; no sábado, as pessoas com 91 anos; e, por fim, no domingo, aqueles que têm 90 anos.

Para garantir que o processo seja realizado de modo rápido e exclusivo, serão montados dois postos exclusivos de drive-thru, situados no 5º Centro de Saúde e no Atacadão de Fazenda Coutos, no Subúrbio. No próprio 5º Centro de Saúde e a Unidade de Saúde da Família (USF) Plataforma funcionarão os postos de vacinação para quem não possui carro.

As estratégias de imunização desse público-alvo foram apresentadas no último sábado, pelo prefeito Bruno Reis, durante a entrevista coletiva. A ação contou com as presenças do secretário mu-

nicipal da Saúde (SMS), Leo Prates e da vice-prefeita Ana Paula Matos.

AÇÃO LOCALIZADA

Na ação, o prefeito destacou que a atenção especial ao Subúrbio se deve ao fato da região concentrar o maior número de idosos da capital. "Antes de se dirigir ao local de vacinação, solicitamos aos familiares e cuidadores que entrem no site vacinaexpress.saude.salvador.ba.gov.br e verifiquem se o nome do idoso consta na lista", explicou Reis.

O prefeito fez questão de ressaltar que o idoso que não tiver o nome na lista, deve se dirigir até o 5º Centro para fazer o cadastramento no Sistema Único de Saúde (SUS) e receber a dose da vacina. Para tanto, será necessário levar a carteira de identidade, CPF e comprovante de residência. O site também permitirá agendar a vacinação para aqueles idosos que estão acamados e não podem se dirigir aos locais de imunização. "Por dia serão disponibilizadas 70 vagas para esses idosos que não podem se locomover", explicou Bruno Reis.

O secretário municipal da Saúde (SMS), Leo Prates disse que a definição do público-alvo para essa fase foi definida junto com o governo esta-



Depois dos profissionais de saúde, campanha vacina idosos com mais de 90. Neste fim de semana, houve filas e aglomerações no sábado. Já no domingo, o movimento foi tranquilo

dual. "Essa seria uma prerrogativa do governo federal, no entanto, como o Ministério da Saúde não definiu, o governo do estado tomou a frente para que a vacinação pudesse ocorrer de forma efetiva, segura e rápida", completou. A meta é imunizar 7 mil e 800 idosos cadastrados no SUS. "Até o momento, foram imunizados os idosos em instituições de longa permanência, asilos e

conventos", declarou o prefeito Bruno Reis.

Até ontem, mais de 7,8 mil pessoas receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19, nos pontos de vacinação espalhados por Salvador. A quantidade de soroepidemiológicos bateu a marca de 53,8 mil, segundo a prefeitura. A movimentação nos Drives de vacinação foi tranquila ontem.

LEIA MAIS NO SITE DO CORREIO

VACINA EM SALVADOR

53,8 MIL

pessoas já foram vacinadas em Salvador, segundo a Secretaria Municipal de Saúde

7,8 MIL

pessoas receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19, ontem, nos pontos de vacinação espalhados pela capital

7,8 MIL

idosos acima dos 90 anos estão cadastrados no SUS, aqui em Salvador

Bahia ultrapassa a marca de 190 mil vacinados

A Bahia segue avançando na campanha de vacinação ontem, já foram aplicadas em 192.437 pessoas no estado, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Neste final de semana, a Sesab distribuiu 65 mil vacinas para atender a um público-alvo de aproximadamente 58 mil idosos com mais de 90 anos. Até agora, foram distribuídas para os municípios 285.920 doses. Com isso, o percentual de aplicação em relação às doses disponibilizadas é 63,7%. A maior parte das

vacinas foram para os profissionais de saúde: 156.525. Além disso, 11.030 indígenas aldeados, 14.064 idosos, incluindo os de instituições de longa permanência e 467 pessoas com deficiência receberam a vacina até esta quinta-feira.

Em Salvador, além dos profissionais que trabalhavam na rede estadual, municipal e privada de saúde, passaram a entrar na lista os profissionais vinculados às instituições federais: Hospital Naval de Salvador; Divisão de Saúde da Base Naval

de Aratu; Esquadrão de Saúde da Força Aérea e Hospital Geral do Exército. A mesma estratégia se repetirá hoje.

A movimentação nos Drives de vacinação na capital, ontem, foi tranquila. Se, no dia anterior houve filas e aglomerações, ontem o cenário era outro e acontecia com tranquilidade a vacinação dos profissionais de saúde em Salvador. Em alguns momentos, os pontos de drive-thru estavam vazios ou com mais de uma equipe de vacinação à espera de mi-sero braço para espetar.

Logo nas primeiras horas do dia, o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas fez um apelo, convocando os profissionais em sua conta do twitter. "Vamos arregalar as mangas (literalmente) e bater a meta de chegar amanhã com o maior número possível de municípios com 75% ou mais". O apelo foi postado às 7h05, horário que ele divulgou também uma parcial da imunização: 182.083 (63,7%) de pessoas vacinadas e 285.920 vacinas distribuídas.

No Complexo de Saúde

Clementino Fraga (5º Centro), a fisioterapeuta Priscila Carvalho, 38 anos, não teve dificuldade para ser vacinada. O carro em que ela estava parou em um dos drives, ela exibiu o cartão de vacinação, e instantes depois já tinha recebido a vacina tão esperada. "Trabalho atendendo diariamente a população e essa é uma forma de me proteger e também proteger os pacientes", disse a profissional de saúde, que trabalha no Multicentro de Saúde Carlos Gomes, no bairro do Dois de Julho.

Bahia autoriza vacinação de idosos acima de 90 anos

A PARTIR DE SEGUNDA Os 417 municípios da Bahia estão autorizados a iniciar a vacinação em idosos a partir de 90 anos na segunda-feira (1). A imunização será escalonada da seguinte forma: na segunda, a partir de 95 anos; na terça, 94 anos; na quarta, 93 anos; na quinta, 92 anos; na sexta, 91 anos; e no sábado, 90 anos.

Neste final de semana, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) enviará mais 54 mil doses de vacinas aos municípios que alcançaram 75% ou mais de vacinação do grupo prioritário. A imunização dos idosos se dará ainda com as três entregas iniciais de doses feitas pelo Ministério da Saúde.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Villas-Boas, falou sobre a importância de iniciar a vacinação dos idosos no estado. "Ainda que a Bahia registre a segunda menor taxa de mortalidade do Brasil, é preciso vacinar os nossos idosos. Do total de óbitos na Bahia, 75% tinham mais de 60 anos, sendo que a faixa etária com mais de 80 anos concentrou 29,1% das mortes". Na Bahia, são cerca de 55 mil idosos com 90 anos ou mais.

É preciso lembrar que é fake news a divulgação de um e-mail para o agendamento da vacinação de idosos acima de 90 anos ou idosos acamados. Cada município terá a sua estratégia. Em Salvador, a Prefeitura apresentará nesse sábado (30) a estratégia de vacinação desse grupo específico - 465 idosos.

Também na capital, os locais de imunização para os profissionais de saúde dos hospitais públicos e conveniados ao SUS foram ampliados. Além da Arena Fonte Nova e do Centro de Convenções do Município, o 5º Centro, nos Barris, também está atendendo por drive-thru. A Arena Fonte Nova e o Complexo de Saúde Clementino Fraga (5º Centro) disponibilizarão a vacina, preferencialmente, para os trabalhadores que atuam nos hospitais vinculados ao governo de estado.

Já o drive montado no Centro de Convenções atenderá, preferencialmente, os profissionais que trabalham nas unidades hospitalares ligadas ao município.

Para quem não tem ou não pode ir de carro, a Prefeitura disponibilizou outros cinco postos no modelo convencional: a USF Clementino Fraga (5º Centro), nos Barris; o Centro de Saúde Virgílio de Carvalho, em Dendezeiros; a USF Vale do Matatu, na Avenida Bonocô; a USF San Martin III; e a USF Itapuã.

O atendimento está sendo feito das 8h às 17h, de segunda-feira a sábado. Em todo o estado, 154.720 pessoas foram vacinadas contra o coronavírus.

154,7

mil pessoas já foram vacinadas em todo estado até as 14h de sexta-feira (29)

36,3

mil é o total de imunizados somente na capital

29,9

mil desses 36 mil são de profissionais de saúde de Salvador



24H ECONOMIA

Preços da indústria têm alta de 19,40% em 2020

IBGE O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 0,41% em dezembro, informou na última sexta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de novembro foi revisada de uma alta de 1,39% para uma elevação de 1,38%. Com isso, o IPP fechou 2020 com alta de 19,40%, na maior alta da série histórica do indicador, iniciada em 2014. O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve recuo de 1,28% em dezembro, após a queda de 2,05% registrada em novembro. Já a indústria de transformação registrou aumento de 0,51% em dezembro, ante elevação de 1,59% no IPP de novembro, segundo o IBGE.

Dezessete das 24 atividades investigadas no Índice de Preços ao Produtor (IPP) registram inflação em dezembro

Dezessete das 24 atividades investigadas no IPP registram inflação em dezembro. A alta no mês foi puxada pelo refino de petróleo e produtos de álcool (5,41%), com impacto positivo de 0,43 ponto porcentual no índice agregado. Outra alta em destaque foi registrada no setor de borracha e plástico (2,75%), com impacto positivo de 0,10 pp no mês. Os preços da metalurgia subiram 1,65%, com impacto positivo de 0,11 pp.

Os maiores impactos negativos, que ajudaram a arrefecer a alta do IPP em dezembro, foram os preços dos alimentos, com queda de 1,17%, a primeira variação negativa desde junho, quando recuou 0,73%. Com isso, essa atividade teve impacto negativo de 0,31 pp no índice agregado de dezembro.

Mas o alívio nos preços do setor de alimentos em dezembro foi insuficiente para evitar que a alimentação fosse a grande vilã da inflação do atacado em 2020.

Em 2020, os preços do setor de alimentos variaram em 30,23%, respondendo por 7,11 pontos porcentuais (p.p.) da taxa anual. Com o alívio de dezembro, a taxa fechada de 2020 do setor de alimentos ficou abaixo do acumulado até novembro, que foi de 31,78%. Mesmo com o alívio, segundo o IBGE, é a maior alta anual do setor da série histórica do IBGE, superando os 21,24% de 2010.

Segundo o IBGE, em 2020, os setores com maiores altas de preços no IPP foram "fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais" (63,82%), "moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais" (40,17%) e "fabricação e refino de açúcar" (30,81%).

Os bens de capital ficaram 1,15% mais baratos, os bens intermediários registraram avanço de 0,50% e os preços dos bens de consumo subiram 0,58% em dezembro, depois de uma alta de 1,49% em novembro.

Divida pública bate recorde e termina o ano em 89,3% do PIB

GASTOS Na esteira do aumento dos gastos dos governos para fazer frente à pandemia do novo coronavírus, a dívida pública brasileira acelerou em 2020. Dados divulgados na manhã de sexta-feira pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral fechou dezembro aos R\$ 6,615 tri-

lhões, o que representa o patamar recorde de 89,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O percentual divulgado pelo Banco Central é maior que os 88,7% de novembro. No fim de 2019, a dívida bruta estava em 74,3% do PIB. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a

51,5% do PIB.

Com o aumento de despesas públicas em função da pandemia do novo coronavírus, a expectativa é de que a dívida bruta continue a subir nos próximos meses no Brasil. Este é um dos principais fatores de preocupação dos economistas do mercado financeiro.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotagem	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,5735	R\$ 5,4705
Dólar Turismo	R\$ 5,5706	R\$ 5,4630
Euro Turismo	R\$ 6,6870	R\$ 6,8200

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	76.067,55	-0,21%

POUPANÇA

01/02/2021	0,059%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.040,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,02%	4,52%	4,52%
INPC/IBGE	1,40%	5,40%	5,40%
IPM-M/FGV	0,95%	2,54%	2,54%

DÓLAR

5,53%

Foi a alta mensal do dólar em janeiro, a maior desde o início da pandemia, depois de ter caído em novembro e em dezembro. O real teve o pior desempenho mensal no mercado internacional. Na sexta-feira, um dia de nervosismo no mercado financeiro, tanto no Brasil quanto no exterior, o dólar voltou a aproximar-se de R\$ 5,50. A alta foi de R\$ 0,039 (0,71%).

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



ARAS PODE SIMPLEMENTE IGNORAR O DOCUMENTO EM SUA MESA? NÃO PODE.

Ação deliberada de espalhar vírus

Crime de epidemia. Essa é a acusação feita a Jair Bolsonaro na representação encaminhada à Procuradoria-Geral da República para que ele ofereça denúncia contra o presidente. “Da mesma forma que alguém que agrave uma lesão existente responde por lesão corporal, presidente que intensifica a epidemia existente responde por esse crime. Jair Bolsonaro sempre soube das consequências de suas condutas, mas resolveu correr o risco.”

Esse crime é previsto no artigo 267 do Código Penal. “Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos” e a punição é prisão de 10 a 15 anos, podendo agravar-se a pena se houver morte. Torna-se então crime hediondo. Houve outras ações às quais essa representação se refere e que apontaram vários artigos do Código Penal que ele teria in-

fringido, como o 132, que é pôr em perigo a vida ou a saúde de outrem.

O grupo de procuradores aposentados – alguns exerceram até recentemente postos elevados no Ministério Público – e um desembargador que entrou com a ação apoiou-se em pesquisa. Recentemente publicado, o estudo faz uma linha do tempo dos atos e palavras do presidente da República nesta pandemia, para assim mostrar que houve uma ação deliberada do presidente de contaminar o máximo de pessoas, na suposição de que assim se atingiria a tal “imunidade de rebanho”.

A representação foi apresentada ao Procurador-Geral da República pela, até recentemente, procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat, pelo ex-PGR Claudio Fonteles, por dois ex-pro-

curadores federais dos Direitos do Cidadão, Álvaro Augusto Ribeiro Costa e Wagner Gonçalves, o subprocurador-geral aposentado Paulo de Tarso Braz Lucas e o desembargador aposentado do TRF da 4ª Região Manoel Lauro Volkmer de Castilho.

O começo da cronologia que apresentam é o dia 7 de março. Havia seis infectados no Brasil. O presidente foi a Miami, área de risco para a pandemia. “No dia 15 daquele mês, já de volta ao Brasil, convoca e participa de manifestações políticas com grande aglomeração, sempre sem máscara, tendo contato físico com manifestantes, desrespeitando a recomendação da quarentena após retorno. E, mais grave, pelo menos desde a véspera do evento, ou seja, em 14 de março, já era pública a informação de que parte da comitiva presidencial tinha sido

infectada pelo novo coronavírus. Portanto, Bolsonaro foi para a manifestação ciente de que poderia ser um vetor de propagação de um vírus até então de baixa presença no território nacional.” A longa fila de eventos em que o presidente estimulou a contaminação, à qual a representação se refere, está na pesquisa CEPEDISA/FSP/USP e Conectas Direitos Humanos.

O mundo inteiro está sendo atingido pela mesma tragédia sanitária. Mas o ponto sustentado pelos autores da ação é que aqui houve mais. “No caso do Brasil, ao evento natural somou-se a ação criminosa de um presidente da República, que expôs, desde o início da pandemia até os dias atuais, a população a um risco efetivo de contaminação”, diz o texto da representação.

O procurador-geral Augusto Aras pode simplesmente ignorar o documento em sua mesa? Não pode. Ele pode arquivar, mas ele tem obrigação de tomar providências. Ignorar uma representação como essa é uma impossibilidade institucional, me explica um especialista.

Conversei com outro procurador que permanece no servi-

ço público e perguntei que chances tem essa ação de avançar. Aras, como já disse explicitamente, acha que essa não é a sua função, apesar de ser. O problema é que o próprio Aras pode ser acusado de prevaricação, por deixar de cumprir seu dever. E pode ser acusado pelos seus colegas.

– O artigo 51 da lei complementar 75/1993, lei orgânica do MPU, diz que “a ação civil pública contra o procurador-geral da República, quando no exercício do cargo, caberá ao subprocurador-geral da República que for designado pelo Conselho Superior do Ministério Público” – explicou um procurador.

Aras não tem maioria no CSMP. A ação seria diretamente levada ao Supremo Tribunal Federal. Aras tem esperança de ser indicado para uma vaga no STF. Concorre com outros dois fortes candidatos, o ministro da Justiça, André Mendonça, e o ministro do STJ Humberto Martins.

Bolsonaro se blindou, mas tem tido, como diz a representação, inúmeras “condutas criminosas” durante esta pandemia. E nessa ação foi acusado de crime grave.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Efeito GameStop causa apreensão; CVM faz alerta

BOLSA O mercado continuou reagindo com apreensão ao movimento em que investidores amadores, que fizeram a ação da varejista de jogos americana GameStop disparar e acabaram pressionando e megarinvestidores nos últimos dias. As bolsas de Nova York tiveram forte baixa na sexta-feira, com o estresse diante do medo de ataques especulativos, por parte desses pequenos investidores nos EUA.

Em uma sessão de quedas generalizadas, o índice Dow Jones fechou em queda de 2,03%, a 13.070,69 pontos.

O S&P 500 caiu 1,93%, para 3.174,21 pontos. Já a Nasdaq, que concentra as papéis das maiores empresas de tecnologia do mundo, caiu 2%, aos 13.070,69 pontos.

Na Nasdaq, as big techs Alphabet (dona do Google), Amazon, Apple, Facebook e Microsoft se desvalorizaram. Por outro lado, no centro do ataque contra fundos de hedge (multimercado) de Wall Street, as ações da GameStop tiveram ganhos de 1.600% no mês e da AMC Entertainment, acima de 500%.

A alta nos papéis da GameStop aconteceu com a ação

dos investidores individuais, do chamado dumb money ("dinheiro burro", na expressão em inglês, em referência à falta de experiência deles). A especulação de investidores de varejo que são membros da rede social Reddit fez com

O órgão regulador do mercado de capitais também afirma que tem monitorado os movimentos no mercado e as comunicações nas redes sociais

que os preços das ações das empresas disparassem, o que gerou perdas a vários fundos de hedge que apostavam na queda dos papéis.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou um alerta ao mercado na sexta-feira, afirmando que "a atuação com o objetivo deliberado de influir no regular funcionamento do mercado pode caracterizar ilícitos administrativos e penais".

O órgão regulador do mercado de capitais também afirma que tem monitorado os movimentos no mercado

e as comunicações nas redes sociais, e que, na presença de indícios e conforme exige a lei, cuidará da instauração de um processo administrativo para a apuração das responsabilidades, bem como para a comunicação ao Ministério Público para a devida atuação na esfera penal.

A CVM diz, ainda, que o chamado squeeze - que pode se configurar em situações nas quais um ou mais investidores provocam artificialmente a alta do preço de valores mobiliários - é uma das modalidades de manipulação.

Produção de petróleo e gás natural cresceu 52,71% em dez anos, diz ANP

BALANÇO A produção de petróleo e gás natural brasileira cresceu 52,71% de 2010 a 2020, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em 2020, foram produzidos 3,74 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), incluindo óleo e gás, uma alta de 5,22% em relação a 2019. "A última década contou com constante aumento de produção, com exceção apenas dos anos de 2012 e 2018", afirmou a ANP em nota.

O volume de petróleo extraído no ano passado foi de 2,94 milhões de barris por dia (bpd), e o de gás, de 127,4 milhões de m³ por dia. Em 2020, o pré-sal respondeu por 58,61% da produção nacional, enquanto, em 2010, a participação era de 1,53%. Em contrapartida, no mesmo período, a produção

Extração de petróleo no mar cresceu nos últimos anos na Bacia de Santos por conta do pré-sal



terrestre saiu de 11,60% para 5,95%, e a produção marítima no pós-sal, de 86,87%, para 25,44% do total do país.

Com o crescimento do

pré-sal, avançou também a importância da Bacia de Santos, onde eram extraídos 0,04 milhão de bpd há uma década e, no ano passado, ficou em 1,9 milhão de bpd.

INADIMPLÊNCIA

17,3%

Foi a baixa nos registros de inadimplentes em 2020 na comparação com 2019, segundo dados nacionais da Boa Vista. O resultado anual acentuou a queda observada na análise de longo prazo, medida pela variação acumulada em 12 meses, que passou de 14,7% em novembro para 15,9% em dezembro. Na comparação mensal, alta de 10,1% em dezembro.

GUEDES CANCELA PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM DE DAVOS

EM CIMA DA HORA O ministro da Economia, Paulo Guedes, cancelou a participação que faria no Fórum Econômico Mundial de Davos, que acontece no formato virtual este ano por causa da pandemia. Ele participaria do painel Reparando o Sistema de Comércio Internacional.

A falta de Guedes foi informada no início do debate pelo mediador, o comentarista chefe de economia do Wall Street Journal, Greg Ip. Instantes mais tarde, a assessoria de imprensa do ministro da Economia confirmou o cancelamento da participação do ministro e argumentou que ele desistiu do encontro para "resolver assuntos internos".

Neste ano, de olho em temas como combate à covid-19, vacinação e conservação da Amazônia, a edição online do Fórum não teve participação do presidente Jair Bolsonaro. A maior autoridade brasileira foi o vice-presidente Hamilton Mourão, que comanda o Conselho Nacional da Amazônia Legal. Bolsonaro tem sido alvo de críticas de organismos internacionais pela atuação do governo brasileiro no combate à pandemia do novo coronavírus e também por sua política ambiental.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOSÉ
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOSÉ/AVISO Nº 2020/21, Pregão Eletrônico Nº 12/2021 - RP: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção de equipamentos de ar condicionado split e parafusos, com funcionamento de peças. Abertura: 15/02/2021 às 09h.

PREF. MUN. MATA DE SÃO JOSÉ/AVISO Nº 21/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 RIL: Contratação de empresa especializada para construção de obra de obras de saneamento básico: Sanitário, Organização, Instalação e Digitalização de Documentos Públicos do Município de Mata de São José. Abertura: 16/02/2021 às 09h./Pregão Eletrônico Nº 21/2021 FMSB: Aquisição de produtos para compor o kit de geração alimentícia a serem distribuídos na Terras Santa. Abertura: 16/02/2021 às 09h./Pregão Eletrônico Nº 10/2021 DP: Aquisição de material escolar para todo municipal de ensino e material de escritório. Abertura: 16/02/2021 às 09h.

PREF. MUN. MATA DE SÃO JOSÉ/AVISO Nº 22/2021, Pregão Eletrônico Nº 08/2021 FMS DP: Aquisição de Data Entry para sistema online e fechador. Suprimento eletrônico eletrônico industrializados. Fórmula para seleção Regime Suprimento eletrônico e licitação eletrônico. Abertura: 16/02/2021 às 09h.

O presidente da COOPERA- COOPERATIVA DE TRABALHO DOS AGENTES DE PREVENÇÃO DE PERDAS DA BAHIA vem através do presente convocar seus associados para Assembleia Geral Extraordinária, dia 11 de fevereiro de 2021, na sua sede: Av. ACM, 2573, Edif. Royal Trade Center, sala 1102, CAMPINAS DE BROTAS, CEP 40.276-200, Salvador - Bahia, às 9h com primeiro convocação, com 20 (vinte) dias (lejos) do número de sócios, às 9h em segunda convocação com metade mais 1 (um) dos sócios e terceira e última convocação às 10:00h, com 50 (cinquenta) associados ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, cuja pauta será: Eleição Diretoria e Conselho Fiscal; Aprovação Balanço 2020.

Salvador, 30 de janeiro de 2021.
 Mano Vírgio Nascimento Santos Junior - Presidente

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2021 - ID: 854872 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO. Abertura: 15/02/2021 às 15:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE USO HOSPITALAR (LÚVA DE PROCEDIMENTO) "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.32. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: safarim@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-002, Salvador - BA, 29/01/2021. **Catarine Oliveira Delgado - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE VENDAS DE CONSORCIOS E VENDAS DO ESTADO DA BAHIA - SINDCON-BA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES

O SINDCON-BA, CNPJ 63.226.336/0001-07, com sede na Rua de Farias, nº 39, Edifício Barão de Cotegipe sala 202, Centro, Salvador/BA, por este Presidente, convoca os associados do entidade para os cargos de Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Delegados à Federação e respectivos suplentes, com votação que será realizada no dia 16/02/2021, das 08:00 às 18:00 horas, com uma hora na sede do Sindicato. A inscrição dos chapos deverá ser feita no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do dia seguinte à publicação deste edital, de segunda a sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00 horas, mediante requerimento e documentos protocolados na sede da entidade. Ficando responsável os membros do Conselho Eleitoral por receber documentos e prestar informações. O processo eleitoral será regido pelo disposto no Estatuto e no Regulamento Eleitoral, no qual, juntamente com o presente edital, encontram-se anexados e tom ciência na sede da entidade a disposição dos associados. A publicação dos chapos inscritos será feita no mural da sede da entidade, no prazo de dois dias após o término do período de inscrição, a partir do qual ficará aberto o prazo de três dias para eventual impugnação de candidatos e/ou chapos. No caso de segundo escrutínio ocorrerá no dia 15/03/2021 nova votação. Salvador/BA, 30/01/2021. **João Sebastião do Figueira - Presidente.**

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021, ID: 854695 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 12/02/2021, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamentos: TACRIBURU, TRICECLINA, ONDANSÉTRONA, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luzena.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-6334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 29/01/2021. **Luziana Chaves - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENFERMEIROS DE SALVADOR/BA - HOMECCOP
 CNPJ 14.653.427/0001-06
 NIRE: 29400334763

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Homeccop no uso de suas atribuições legais e estatutárias (Lei nº 5.766/1971 e art. 20 do Estatuto Social), convoca os 766 associados, todos aptos a votar, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na sua sede social, na data 10/02/2021, em primeira convocação às 08 horas com 2/3 dos associados, em segunda convocação às 09 horas, com metade mais um dos associados em 3ª instância e última convocação às 12 horas com no mínimo 50 associados com seguinte ordem do dia: 1. Apresentação dos certões acompanhada do parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2019 compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras e perdas; 2. Destinação das sobras ou perdas do exercício; 3. Eleição do Conselho Fiscal para exercício de 2021; 4. Registro de taxa administrativa.

Salvador, 30 de janeiro de 2021.
 Arlenei Di Santana Nogueira - Diretor-Presidente

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021, ID: 854643 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 12/02/2021, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamentos: SACUBUTRIL, VORTIOKETINA, ALFAELOSULFASE, ETC. para compor o Sistema de Registro de Preços. Família: 65.01. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: safarim@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4347 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 29 de janeiro de 2021. **Catarine Oliveira Delgado - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia

AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021 - NOVO ID: 854843 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO. Abertura: 12/02/2021 às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Equipamentos de uso hospitalar (MAQUINA DE HEMODIALISE) para compor o Sistema de Registro de Preços. Família: 65.15. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luzena.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4340 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-002, Salvador - BA, 29 de janeiro de 2021. **Luzena Nunes Ribeiro - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB



entre /O ASSUNTO

f /correio24horas @correio24horas



Daniel Aloisio*

Texto
daniel.santos@redetbahia.com.br



Arisson Marinho

Foto
arissonmarinho@redetbahia.com.br
Arisson Marinho

Alguém se arrisca a dizer quando teremos vacina para covid-19 disponível nas clínicas particulares? Em janeiro desse ano, o debate ganhou força após se tornar público a negociação de associações para que houvesse a compra de doses para rede privada. Até o presidente Bolsonaro se meteu na polêmica ao defender na última terça-feira a compra do imunizante por empresas para ajudar a economia. Secretários de saúde, no entanto, criticam a proposta. Mas, afinal, quais são requisitos legais para que uma possível compra aconteça? E quando isso será possível? O CORREIO conversou com especialistas e instituições sobre o assunto para entender a corrida pela vacina para a covid-19 na rede privada. De todos os procurados, apenas uma pessoa arriscou fazer um exercício de previsão de quando a vacinação na rede privada poderia começar.

"A gente já começa a ver um debate de que a partir de abril ou maio isso seja possível", apontou o advogado Bruno Cerqueira, especialista em Direito Processual Civil e em Gestão Tributária e professor do curso de Direito da Rede UnifTC. Bruno aponta essa data baseado em quando, provavelmente, a Anvisa deve liberar o registro regular de algum imunizante.

Até o momento, o Brasil tem apenas duas vacinas disponíveis – a Coronavac e a da AstraZeneca/Oxford – ambas aprovadas para uso emergencial. Nessas condições, elas não podem ser vendidas para a rede privada, segundo o advogado. É preciso, portanto, que uma empresa consiga primeiro o registro definitivo para só depois vender o imunizante.

Por enquanto, os fabricantes correm para conseguir esse registro definitivo, enquanto empresas e associações já iniciam as negociações para saírem à frente na vacinação pela rede privada. No entanto, a médica infectologista Ceuci Nunes, diretora-geral do Hospital Instituto Couto Maia (Icom), alerta que o cenário atual de escassez de vacinas requer precedência dos grupos prioritários.

"Num cenário como esse, não faz sentido o governo deixar de comprar para o setor privado comprar. A gente precisa garantir para os grupos essenciais. Caso contrário, não teremos para os outros", explica Ceuci, que defende o início da vacinação na rede privada só após os grupos prioritários serem vacinados pelo SUS.

Por outro lado, se for levada em consideração a quanti-

A novela da vacina na rede particular

Coronavírus Clínicas particulares dizem que ação é complementar. Para secretários, medida acentua desigualdade entre pobres e ricos

dade de pessoas que fazem parte do grupo prioritário – 77 milhões, segundo o cálculo do Ministério da Saúde –, é possível que haja uma demora para vacinar todas essas pessoas pelo SUS. Esse é um dos argumentos usados por aqueles que querem acelerar o início da vacinação na rede privada.

"O problema é que quando começar na rede privada, problemas éticos, morais e econômicos vão emergir. Por exemplo, tem a questão da concorrência: setor público vai conseguir concorrer com o setor privado para ter acesso à vacina e oferecer à população?", questiona Bruno Cerqueira, que prevê uma eminente judicialização do caso.

"Pode haver judicialização da questão em diversos aspectos. Se for estipulado que as clínicas têm que seguir a ordem prioritária, elas mesmo podem tentar na justiça conseguir uma liberdade maior para vacinar todas as pessoas. Por outro lado, se as empresas estiverem livres para aplicar em quem quiser, a sociedade civil pode criar ações para discutir isso. Não é ruim, pois as ações vão dar uma segurança jurídica. O ruim é a de-

Por enquanto, esta discussão [compra da vacina] não foi levantada, mas a indústria se coloca à disposição para apoiar o país na luta contra o vírus
Ricardo Alban
Presidente da Fieb

A gente precisa garantir para os grupos essenciais. Caso contrário, não teremos para os outros
Ceuci Nunes
Diretora-geral do Icom

mora que essa segurança surja", aponta Cerqueira.

EMPRESAS

Dentre as possibilidades de compras de vacinas pela rede privada, a que foi levantada essa semana, inclusive com declarações do presidente Jair Bolsonaro, é a compra de 33 milhões de doses por um grupo de empresários que pretendem imunizar seus funcionários e acelerar a retomada econômica. Metade das doses, no entanto, seriam doadas ao SUS.

A Associação Comercial da Bahia (ACB) acha interessante que empresas privadas importem vacinas para seus funcionários. Segundo o presidente da ACB, Mário Dantas, a medida ajuda na retomada econômica e na imunização acelerada da população. "O que vai fazer com a economia volte é absolutamente a vacinação. Quanto mais tiver vacinação é melhor", diz.

Em nota, Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), disse que a vacinação é de responsabilidade do governo e que só após haver alguma deliberação para os empresários poderem participar da compra de vacinas é que será definido o papel da instituição. Já a Federação do Comércio disse, em nota, que não tem interesse, neste momento, em adquirir doses para seus colaboradores.

SALVADOR

E nesse cenário, como fica a situação das clínicas de vacinação? No início do ano, a Associação Brasileira das Clínicas de Vacina tornou pública as negociações com a farmacêutica Bharat Biotech para fornecer o seu imunizante Covaxin. Em nota, Geraldo Barbosa, presidente da ABCVAC, informou que as clínicas particulares poderão adquirir as doses assim que terminar o processo de registro definitivo da Covaxin. Não foi divulgado um prazo para que isso aconteça.

Na época que essa negociação se tornou pública, Fábio Villas-Boas, secretário da Saúde da Bahia, afirmou que a venda de vacinas pela rede privada pode gerar um genocídio dos mais pobres. Procurado, o secretário municipal de Saúde, Leo Prates, não respondeu até o fechamento desta edição.

Em nota, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde criticou uma possível compra de doses por empresas privadas. "Se a farmacêutica tem 33 milhões de doses disponíveis, por que o governo federal não se dispõe a comprá-las em sua totalidade e, com isso, providenciar a proteção para os que mais precisam?", afirma.

*COM ORIENTAÇÃO DA SUBCHefe DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO



O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, afirma que a atividade de mineração sofreu impactos mínimos durante a pandemia do coronavírus. Segundo ele, o patamar do dólar e o mercado internacional ajudaram o setor. "A mineração teve um período muito bom em 2020, porque entrou naquele hall de empresas de funcionamento prioritário. Ou seja, as atividades da mineração não pararam. E teve uma outra coisa: no mercado internacional, os preços das commodities subiram. O preço do dólar subiu também. Então, não parou, o mercado internacional estava bom e o dólar subiu. Ela teve uma larga atividade", ressalta, em entrevista à Tribuna. A CBPM é a empresa de pesquisa e desenvolvimento do Estado da Bahia, indutora destes processos no setor mineral do estado. Sua atuação é centrada na ampliação e aprimoramento do conhecimento geológico do território baiano, na identificação e pesquisa de seus recursos minerais e no fomento ao seu aproveitamento, atraindo, para este fim, a iniciativa privada. "Nós somos uma biblioteca, um poço de informações", explica Tramm. Fundada em 18 de dezembro de 1972, a companhia é reconhecidamente uma das mais dinâmicas empresas no cenário da pesquisa mineral no Brasil. O acervo de dados e informações geológicas, geradas e difundidas por ela ao longo da sua trajetória, contribuiu para tornar a Bahia um dos estados brasileiros mais bem estudados e conhecidos geologicamente, pondo em destaque a grande diversidade de seus ambientes geológicos, ricos em depósitos minerais. Através de publicações e edições técnicas, a empresa coloca à disposição dos investidores e pesquisadores as mais avançadas interpretações e análises sobre a geologia e a metalogenia do território baiano, levando ao conhecimento das comunidades geológica e mineral, do país e do exterior, as principais informações geradas pelos seus trabalhos. Ainda segundo o presidente da CBPM, as projeções para 2021 são otimistas. "Se nós temos essa posição de crescimento, a tendência do mercado é se manter nestes níveis de preço. Com o dólar neste nível de preço, a mineração terá um desenvolvimento bom. Há uma esperança que a gente se mantenha, não em níveis de grandes crescimentos, mas manter os níveis que ela está vivendo. A mineração cresce na proporção que ela inova. Quanto mais ela inova, mais ela cresce", ressalta.



ANTONIO CARLOS TRAMM afirma que a atividade de mineração sofreu impactos mínimos durante a pandemia do coronavírus

ENTREVISTA **ANTONIO CARLOS TRAMM**

“Mineração teve um período muito bom em 2020”, diz presidente da CBPM

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna - O que é a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral? Que retorno ela traz para o Estado?

Tramm - A CBPM é uma empresa, que tem 47 anos, de pesquisa mineral. O que é pesquisa mineral? É identificar onde tem minério para fazer negócio. Não é uma empresa de mineração. Só faz o processo inicial, que é ver onde tem minério para licitar essas áreas para os interessados que têm condição. O investimento para montar uma empresa de mineração é muito elevado. E o Estado é um péssimo patrão para tocar esse tipo de negócio. Ela só faz a pesquisa e depois faz a licitação da área. Alguém entra, conclui a pesquisa e, se der certo, vai fazer a implantação da área para produzir mineral. Agora, a importância disso tudo é que a CBPM, nesses quase 50 anos, realizou as mais diversas pesquisas sobre o nosso subsolo. Nós somos uma biblioteca, um poço de informações. Inclusive, temos levantamentos que vendemos para terceiros. A gente vai fazendo. Por exemplo: você tem uma grande empresa aqui no Brasil que é a Níquel. Ela é uma empresa em que a área foi pesquisada por nós, licitada, veio um grupo que explorou, mudou de grupo e ela continua sendo uma das maiores empresas do Brasil. Você tem uma outra empresa, como Vanádio, lá de Maracás, que também foi oriunda do trabalho aqui da CBPM. Essa empresa, que é multinacional, está desenvolvendo uma empresa nova em Boston (EUA) que vai pegar esse Vanádio para transformar a produção em bateria para carros elétricos. O ideal é que fosse aqui, mas não tivemos essa sorte.

Tribuna - Qual é a vantagem da atividade de mineração para o Estado em comparação com o agronegócio?

Tramm - A mineração é uma atividade grande, se

você comparar com o agronegócio. Mas o agronegócio ocupa uma grande extensão de terra. A mineração não ocupa mais do que 5% ou 10%. O agronegócio gera um fator de faturamento imenso, mas esse dinheiro não fica no local. E das empresas que mandam dinheiro para fora. A semente é comprada de empresas internacionais. O adubo, ou fertilizante, é de empresa internacional. O dinheiro vai embora. O município não fica com o dinheiro.

Tribuna - Qual é o balanço que o senhor faz de 2020 diante dos impactos da pandemia?

Tramm - A mineração teve um período muito bom em 2020, porque entrou naquele hall de empresas de funcionamento prioritário. Ou seja, as atividades da mineração não pararam. E teve uma outra coisa: no mercado internacional, os preços das commodities subiram. O preço do dólar subiu também. Então, não parou, o mercado internacional estava bom e o dólar subiu. Ela teve uma larga atividade. Agora, por outro lado, você não ouviu falar em mortes na área da mineração. Você não tem nenhuma notícia que o pessoal que estava trabalhando morreu, porque as empresas de mineração tomaram providências sérias quanto às medidas sanitárias não é só lavar a mão e usar máscara. [E também] distanciamento e o controle das pessoas. Então, a mineração teve que ser reescalada desde o transporte do operário e do funcionário; aumentar o efetivo de transporte para permitir um maior isolamento; os restaurantes tiveram que ser aumentados também e ampliados os seus horários para que as pessoas não tivessem um aglomeração. Fico muito alegre que não houve morte no mercado mineral. Isso não quer dizer que não teve doente. Teve doente, mas sem expressão. E não foi só aqui. Se você vai para a mineração em Minas [Gerais] ou no Pará, as empresas mantiveram os seus números porque as medidas sanitárias foram bem fiscalizadas e exercidas por essas empresas. Então, ao mesmo tempo que

ela teve a vantagem de não ter o seu horário de trabalho impedido, ela também deu a contrapartida de responsabilidade ao fazer um trabalho de proteção à vida grande.

Tribuna - Como andam as tratativas para a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)?

Tramm - Uma outra luta que a CBPM teve no ano passado foi a defesa da FIOL. Nós tivemos um papel muito grande, porque é um projeto logístico que está parado ainda. É uma promessa do Governo Federal com mais de 10 anos. A FIOL tem o seu trecho que alende essa parte da mineração, com 80% pronto, parado. O processo estava na mão do Tribunal de Contas há quase três anos e nós fizemos um trabalho muito grande para que o processo entrasse no seu ritmo normal. No final do ano, o processo foi liberado pelo Tribunal de Contas e o ministério já marcou a

sai de lá e vai para o Porto de Santos, em São Paulo, vai conseguir vir para o Porto de Ilhéus. Com a FIOL, o frete vai ficar em torno de 20% a menos. Com a FIOL, vamos ter entre R\$ 400 e R\$ 500 milhões em dinheiro novo no Governo da Bahia e nas Prefeituras, porque 60% do imposto CFEM [Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais] fica no Estado. Imagina que desenvolvimento você vai ter nos nossos municípios? Imagine que a CFEM, por exemplo, no município de Jacobina, teve uma arrecadação de quase R\$ 25 milhões [R\$ 22 milhões]. Esse dinheiro não é produção do comércio local. É um dinheiro extra que a Prefeitura recebe para investir em obras de saneamento, educação... Juazeiro recebeu algo em torno de R\$ 12 milhões. Isso é dinheiro que entra na máquina do Governo. Itagiba, que não estava tendo extração, saiu de zero para R\$ 8 milhões. Então você imagine, com a FIOL funcionando, o que vai acontecer.

Tribuna - Existem outras questões envolvendo o escoamento dos produtos?

Tramm - Temos outra briga, que é a FCA, que é a estrada de trem que vem de Juazeiro

para cá. E tem outro trecho que vem de Jequié, fazendo voltas por aqui. Um pedaço de Camaçari, que vai terminar no Porto de Aratu e que vai para São Paulo. Essa estrada está praticamente sem movimento e a mineração precisa dela para colocar o produto na rua. Com a FCA funcionando direito... Nós temos na zona do norte, algo em torno de 15 a 20 milhões de toneladas para vir para aqui. Mas ela tem um problema: entre Cachoeira e São Félix tem uma ponte que leve problema nas ferragens, que oxidou, e o trem e a máquina confundiu para passar lá. Não passa. Tem anos que foi feito um projeto, houve interdições, mas ninguém apresentou solução. En-

quanto isso, a nossa Bahia não chupa cana porque a produção de cana também caiu. Então, a FCA vai ter uma audiência pública ago-

ra em que a Bahia precisa se mobilizar para dizer que quer ela funcionando. Essa FCA está na mão desse pessoal há 30 anos. Eles querem renovar por mais 30 sem tomar providências. Então, é preciso que a sociedade baiana, a imprensa, os políticos, as federações de indústria e comércio, as associações de interior se mobilizem para pedir ajuda. Com ela funcionando, será outro movimento de vantagens para a Bahia.

Tribuna - Quantos produtos minerais a Bahia possui atualmente?

Tramm - A Bahia é uma terra muito rica em minério. Nós temos quase 50 produtos minerais: desde a água até o ouro; petróleo; talco. Você sabia que a Bahia tem talco? A Bahia tem uma grande jazida de talco em Brumado. As pessoas precisam tomar conhecimento que a gente não vive sem minério, porque quando você quebra o dedinho e vai fazer uma emenda, é um produto mineral. Quando você quer consertar os dentes e colocar aqueles ferrinhos [inapareíveis ortodônticos], é minério. O agronegócio, que dizem que é 'porreta' e está na Globo, não existe sem o adubo e o fertilizante. Só existem aquelas máquinas fenomenais porque o metal está lá. O seu celular tem mais de 50 produtos minerais. Aquela menina bonita que está enfeitada com pó e batom, é produto mineral. O prédio onde você mora, a fundação dele, é feito com pedra, cimento e ferro. E um

produto mineral. O teto do seu prédio onde você mora, o para-raio, é um produto mineral. Então, precisamos nos convencermos da valência do produto mineral na vida da gente. A mineração não foi capaz ainda de vender essa grande verdade. Isso precisa ser dito e precisa ser falado.

Tribuna - Quais os problemas enfrentados pela atividade de mineração?

Tramm - Claro que ela tem problema, não tem atividade sem problema. Mas são problemas que você pode resolver. Ela faz o buraco, mas tem a obrigação de, quando acabar a jazida, recompor. Então, é preciso que a sociedade cobre isso, mas que saiba também dos seus deveres e direitos. E por isso que temos uma democracia, para você exercer deveres e direitos.

Tribuna - Quais são as expectativas para esse ano de 2021 em termos de pesquisa e desenvolvimento?

Tramm - As economias brasileira e internacional tomaram um solavanco com esse negócio aí [a pandemia].

Então, uma economia como a brasileira, que é fraca, o grande potencial de geração de emprego e renda está concentrada em três atividades principais: a mineração, o agronegócio e a economia agrícola e familiar. Sendo que a mineração é a agrícola familiar geram emprego. O agronegócio não gera emprego, gera riqueza para o dono do negócio. A mineração distribui mais, é mais parceira. Isso é um fato. Se nós temos essa posição de crescimento, a tendência do mercado é se manter nestes níveis de preço. Com o dólar neste nível de preço, a mineração terá um desenvolvimento bom. Há uma esperança que a gente se mantenha, não em níveis de grandes crescimentos, mas manter os níveis que ela está vivendo. A mineração cresce na proporção que ela inova. Quanto mais ela inova, mais ela cresce.



‘Vamos retomar debate sobre auxílio com urgência’

ESTADÃO CONTEÚDO

O deputado federal e candidato à presidência da Câmara Baleia Rossi (MDB-SP) afirmou, em sua página oficial no Twitter neste domingo (31), que “vai ganhar eleição” e retomar o debate sobre o auxílio emergencial com “urgência e cuidado fiscal”.

“A #Vacinaparatodos ainda não é uma realidade. O final do #AuxilioEmergencial é. São 27 milhões de brasileiros na extrema pobreza. A Câmara independente agiu quando foi preciso. Não vai faltar agora”, escreveu o deputado, que é apoiado pelo atual presidente da Casa, Rodrigo Maia, e vem baseando sua campanha em

uma gestão independente do Planalto.

Mais cedo, Baleia Rossi publicou outro tuíte dizendo que o “negacionismo tem custo”, ao citar matéria do Estadão deste domingo (31) que mostra que o atraso na vacinação pode custar R\$ 150 bilhões para a economia brasileira.

“O negacionismo tem custo. Reportagem do @Estadão mostra que a economia brasileira deixará de movimentar R\$ 150 bilhões se 70% dos brasileiros não forem vacinados até agosto.

A previsão é atingir esse patamar só em dezembro. Não haverá retomada econômica sem vacinação.”

Tribuna

Caminhoneiros dizem que farão greve

Divididos, os caminhoneiros prometem parar a partir de hoje. Mas há muita incerteza

BRASILECONÔMICO

Pelo menos alguns grupos de caminhoneiros devem parar por tempo indeterminado a partir de hoje. A categoria protesta contra o aumento do preço do combustível, o marco regulatório do transporte marítimo e cobra pautas como o direito à aposentadoria especial.

A decisão sobre a greve foi tomada ainda no dia 15 de dezembro de 2020, em conselho com mais de 40 mil caminhoneiros. Apesar disso, algumas entidades específicas da categoria se disseram contra a paralisação, que gera preocupação

pela possibilidade de agravar o colapso no sistema de saúde e dificultar entrega de insumos contra a Covid-19.

Segundo Plínio Dias, presidente do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), a situação atual é pior para a categoria do que o cenário enfrentado em 2018, quando os caminhoneiros fizeram greve. Desta vez, o Conselho estima que até 80% dos caminhoneiros poderão aderir à mobilização. Dias afirma que a redução ou zeragem do PIS/Cofins sobre o diesel, cogitada pelo governo, não seria suficiente para terminar com a greve, porque o principal problema é a política de paridade ao preço internacional adotada pela Petrobras.



A CATEGORIA protesta contra o aumento do preço do combustível, no caso o óleo diesel

Petroleiros realizam ações em apoio aos caminhoneiros

A intenção é denunciar a política de preços que tem levado ao aumento do combustível

CLEUSA DUARTE
REPORTE

O Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro/BA) realiza duas ações, nesta segunda-feira, 1º, em apoio à greve dos caminhoneiros anunciada para essa data. As ações fazem parte de uma série de atividades que estão sendo desenvolvidas, em nível nacional, pela categoria petroleira. A intenção é denunciar a política de preços adotada pela atual gestão da Petrobras e que tem levado aos aumentos consecutivos dos preços dos combustíveis e gás de cozinha.

Na capital baiana, as atividades acontecem no

período da manhã: às 8h30 será realizada a ação da "Venda de Gás a Preço Justo", quando serão vendidos 200 botijões de gás de cozinha de 13 quilos, no bairro de Pityaçu, a famílias carentes, pelo valor de R\$ 40,00.

Às 11h30, a ação acontece em um posto de combustível no Dique do Tororó. Assim como o gás de cozinha, parte do preço do litro da gasolina também vai ser subsidiado pelo Sindipetro. O consumidor poderá pagar aproximadamente R\$ 2,90 pelo litro desse combustível. O Sindipetro vai subsidiar o restante do valor até o limite de 20 litros por veículo e de 10 litros por moto. Serão distribuídos 100 tickets de R\$36 para os 100 primeiros veicú-

los que abastecerem e 100 tickets de R\$18 para as 100 primeiras motos. A ação da entidade sindical proporcionará o desconto de R\$1,80 por litro de gasolina, com a disponibilização de 1000 litros desse combustível.

"Consideramos que o valor de cerca de R\$ 2,90 é um preço justo que a Petrobras poderia estar praticando para a sociedade se não tivesse feito a opção de internacionalizar os preços dos derivados de petróleo, favorecendo apenas os investidores e o mercado, em detrimento do povo brasileiro", afirma o diretor de comunicação do Sindipetro, Radiovaldo Costa.

Ainda de acordo com o Sindipetro, as ações vão

mostrar que é possível vender o gás de cozinha e a gasolina a um preço mais baixo do que está sendo praticado hoje no mercado, levando-se em consideração o custo de produção nacional, mantendo o lucro das distribuidoras, revendedoras, da Petrobras e a arrecadação dos impostos dos estados e municípios.

Com algumas pautas e reivindicações similares, a luta dos petroleiros e caminhoneiros se converge em pontos que são de grande interesse da população: o fim do Preço de Paridade de Importação (PPI) adotado pela Petrobras, que atrela os preços dos combustíveis no Brasil ao valor do barril de petróleo no mercado interna-

cional e o cancelamento da venda das refinarias da estatal.

Para Radiovaldo, ao produzir o combustível em real e vender em dólar, o governo vem impondo severos sacrifícios à população em geral e a alguns segmentos que fazem parte de categorias específicas como os caminhoneiros. "Os caminhoneiros, assim como os petroleiros, querem uma política nacional de preços dos combustíveis, o que vai beneficiar toda a população, inclusive a de baixa renda, pois haverá redução considerável do preço do botijão do gás de cozinha. Hoje o Brasil produz derivados de petróleo em real, mas vende em dólar para a sua po-

pulação", finaliza o sindicalista.

Outra questão é a ideia de privatização da Petrobras por este governo. Segundo Radiovaldo, um dos efeitos da privatização de seis das oito refinarias colocadas à venda pela direção da Petrobras: Refap (RS), Repar (PR), Regap (MG), RLAM (BA), RNEST (PE) e Reman (AM) é de que "vai abrir espaço e incentivar a criação de um oligopólio nacional e monopólios regionais privados e sem competitividade".

Para evitar a greve, o governo Bolsonaro anunciou a inclusão dos caminhoneiros no grupo que terá prioridade na vacinação contra a Covid-19. Além da isenção para importação de pneus.

Tribuna

Do impeachment ao auxílio: o que estará nas mãos dos novos presidentes do Congresso

BBC NEWS BRASIL

Após um início de governo de forte tensão com o Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro pode ter, a partir de fevereiro, dois aliados no comando do Poder Legislativo.

Na próxima segunda-feira (1º/02), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal elegem seus novos presidentes e, em ambas as Casas, nomes apoiados pelo Palácio do Planalto despontam como favoritos.

O governo está trabalhando com especial afinco na campanha de Arthur Lira (PP-AL), líder do Centrão que tenta ser o novo presidente da Câmara. O cargo tem especial importância porque dá ao seu ocupante o poder de barrar ou iniciar um processo de impeachment — a pressão pela cassação do presidente aumentou nas últimas semanas com o agravamento da pandemia de coronavírus e a pequena quantidade de vacinas obtidas pelo governo Bolsonaro neste momento para imunizar a população.

Há mais oito deputados concorrendo ao comando da Casa, mas o único que apresenta alguma ameaça à vitória de Lira é Baleia Rossi (MDB-SP), apoiado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e que se coloca como independente do governo.

Já no Senado, a candidatura de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) conseguiu atrair apoio de uma ampla gama ideológica, que vai de senadores próximos ao governo Bolsonaro à bancada do PT.

Lá, um fator importante que tem lhe dado vantagem na disputa contra sua principal concorrente, a candidata Simone Tebet (MDB-MS), é sua postura crítica à Lava Jato, enquanto a senadora é entusiasta de pautas associadas à operação, como a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

Mas, ainda que o favoritismo dos candidatos do Planalto se confirme, esse resultado não será garantia de vida fácil para o governo Bolsonaro no Congresso, afirmam analistas políticos ouvidos pela BBC News Brasil.

Entenda a seguir quais

podem ser os impactos das duas eleições para evitar (ou não) um processo de impeachment e para a votação de agendas prioritárias para o governo, como as reformas econômicas e pautas conservadoras.

Blindagem contra impeachment?

A aproximação de Bolsonaro com políticos do Centrão e, com Arthur Lira em especial, se intensificou a partir de abril de 2020, em um momento em que investigações acuavam o governo e filhos do presidente — caso de dois inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal para apurar ataques contra os ministros da Corte e a convocação de atos antidemocráticos e da investigação no Rio de Janeiro sobre um possível esquema de desvio de recursos do antigo gabinete do hoje senador Flávio Bolsonaro.

Naquele momento, o próprio presidente admitiu a distribuição de cargos entre partidos políticos: “Tem cargo na ponta da linha, segundo ou terceiro escalão, que estava na mão de pessoas que são de governos anteriores ao (do ex-presidente Michel) Temer.

Dívida do país fecha 2020 em patamar recorde

Em ano marcado por explosão das despesas governamentais e encolhimento da arrecadação tributária diante do baque da pandemia da Covid-19, o rombo fiscal do setor público atingiu patamares sem precedentes em 2020 e a dívida pública bateu recorde, a 89,3% do PIB, mostraram dados divulgados pelo Banco Central nesta sexta-feira.

Ainda que superlativos, inclusive na comparação internacional, os resultados vieram um pouco melhores do que o esperado por analistas e pelo próprio governo há algumas semanas, refletindo uma reação da arrecadação federal em dezembro, um represamento de despesas e também o impacto de efeito estatístico.

No ano, o setor público registrou déficit primário de 702,950 bilhões de reais, o equivalente a 9,5% do PIB e mais de quatro vezes superior ao que era até então o maior rombo da história, de 155,8 bilhões de reais, ocorrido em 2016.

Tribuna

Greve nacional dos caminhoneiros está mantida para o dia 1º

FILIFE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

Os caminhoneiros decidiram manter a proposta de paralisação anunciada no início do mês para o dia 1º de fevereiro. São diversas as reivindicações da categoria, sendo uma delas contra a alta no valor dos combustíveis, considerada abusiva. Entre outras pautas, os caminhoneiros também buscam o estabelecimento de um piso mínimo de frete para o transportador autônomo, aposentadoria especial, marco regulatório do transporte e uma fiscalização mais atuante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Para o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado da Bahia (Sindicam-Ba), Jorge Carlos - que no início da proposta de paralisação disse à Tribuna da Bahia que não haveria adesão dos caminhoneiros baianos - contou recentemente que o Sindicato

é favorável e espera adesão dos trabalhadores, com algumas ressalvas. "A orientação que estamos passando é que os caminhoneiros fiquem em casa e aguardem um posicionamento favorável do Governo Federal, ao invés de causar congestionamento nas ruas. Nossa pauta tem doze reivindicações e a gente espera que sejam atendidas. Eu, que dirijo dois caminhões, já parei para a manifestação", contou.

O presidente do Sindicam-Ba disse também que não pode estimar ainda qual vai ser o percentual de adesão dos trabalhadores, mas comentou que a categoria se arrependeu de apoiar o presidente Jair Bolsonaro durante as eleições em 2018. "Só no fim do dia primeiro teremos noção de como vai ser a adesão. Todos estão apreensivos e aguardam que a paralisação seja bem sucedida. O presidente disse que não é favor da greve, isso causou arrependimento nos trabalhadores caminhoneiros que o apoiaram e não tiveram as suas expectativas corres-

pondidas. Nos últimos dias nos mobilizamos, conseguimos atrair mais trabalhadores interessados e hoje sabemos que o melhor caminho é a paralisação", declarou.

O vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado Da Bahia (Setoeb), Antônio Siqueira, acredita que a proposta dos caminhoneiros vem de um grupo pequeno de oposição ao governo e não deve ter boa adesão. "[Vai ser] hiper pequeno. A imprensa de esquerda está apoiando para tentar derrubar o governo. Eles ficam falando dessa manifestação para ver se vai acontecer. Só que esse ano vai ser diferente, a Polícia Federal vai agir. Se quiserem se manifestar, que façam isso em casa. Agora ir pra pista e atrapalhar a mobilidade não vai acontecer. O Brasil hoje tem ordem", sugere. Para Siqueira, o impacto para as empresas de transporte será grande se os caminhões não puderem passar. "As empresas de transporte vão funcionar normalmente e carregar normal-



Foto: Romildo de Jesus

REIVINDICAÇÕES

Categoria reclama sobre a alta no valor dos combustíveis, considerada abusiva

mente. Aquele que não quiser trabalhar, não vá às empresas ofertar caminhão", encerra.

A Associação Nacional de Transporte no Brasil (ANTB) tem se posicionado a favor da paralisação. O presidente da instituição, José Roberto Stringasci, espera que os preços do combustível reduzam em todo o país e os reajustes sejam semestrais. "Nós não podemos mais trabalhar com preços internacionais de combustível, uma vez que recebemos nosso salário em real e isso nos custa caro. Não dá para ter reajuste de combustível toda semana. Para essa pauta a categoria não vai, de maneira alguma, abrir mão. Tem

que haver mudança na política de preços, com ajuste, pelo menos, semestral. De promessa a categoria está cheia", ressalta.

Em nota, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) se posicionou sobre os impactos que a paralisação pode causar no estado. "A FIEB acompanha com preocupação a possibilidade de uma nova paralisação dos caminhoneiros, anunciada para o dia 1º de fevereiro. O entendimento é de que o momento é especialmente delicado em razão da pandemia do novo coronavírus, que já tem impactado por demais o ambiente social e econômico. A expectativa da FIEB é de que as lideranças do movimento

entrem em acordo com o governo, no sentido de ampliar a negociação para evitar paralisação que comprometa ainda mais o ambiente de negócios e a sociedade, em um período em que todos enfrentamos muitas dificuldades".

A manifestação dos sindicatos da categoria acontece após o anúncio da Petrobrás referente ao reajuste de 5% no preço da gasolina. O combustível acumula alta de 13,4% em 2021. O diesel também será reajustado em 4,4%. Para tentar desmobilizar a paralisação, o presidente Jair Bolsonaro pretende em breve anunciar a redução do PIS/ Cofins que reflete sobre o preço do óleo diesel.

REGIÃO SUCURSAL CHAPADA

Por Cristina Villarino

Requalificação da Estrada do Feijão fortalece a economia

Uma das vias mais importantes para o escoamento de grãos, oleaginosas, minérios e da pecuária produzidos no oeste da Bahia, a rodovia BA-052, mais conhecida como Estrada do Feijão, passa por obras de requalificação em 159,85 quilômetros. O serviço é uma das principais solicitações dos moradores e produtores de toda região, beneficiando mais de 1,4 milhão de pessoas. As intervenções contam com investimento de R\$ 45 milhões, mantêm 150 empregos diretos e devem ser finaliza-

das até o início do segundo semestre deste ano. Com extensão de 545,4 quilômetros, o Sistema Rodoviário BA-052 tem início nas imediações de Feira de Santana, passa pelo município de Xique-Xique, de onde segue até Barra, na BA 160.

PONTE

Além da requalificação da rodovia, o Governo do Estado está construindo uma ponte sobre o Rio São Francisco com 1.014 metros de comprimento, interligando os municípios de Xique-Xique e Barra.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/01/2021	



GUEDES DIZ TER ECONOMIZADO R\$ 7 BI COM FUSÕES DE PASTAS



admin 31 Janeiro, 2021

O Ministério da Economia afirma ter economizado R\$ 7 bilhões com a fusão das pastas econômicas nos últimos dois anos. Vigente desde o início do governo Bolsonaro, a fusão consistiu em concentrar em uma estrutura só — o Ministério da Economia — as antigas atribuições dos ministérios da Fazenda; do Trabalho; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e do Planejamento. Segundo o Ministério da Economia, foram economizados R\$ 6,1 bilhões em orçamento de custeio e investimento, R\$ 500 milhões com a gestão de contratos de tecnologia da informação e R\$ 364 milhões com a racionalização e redução de contratos administrativos.

Houve também a economia anual de R\$ 36 milhões com a redução de 3,8 mil cargos comissionados, somando R\$ 72 milhões nos dois anos. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. A fusão das pastas foi uma forma encontrada pelo governo para concentrar diferentes áreas nas mãos de Paulo Guedes. Recentemente, no entanto, a recriação de uma pasta ou outra volta ao debate interno do governo, numa forma de entregar cargos para

o centrão em troca de apoio no Congresso. Um dos ministérios pedidos por deputados, inclusive, é o de Indústria e Comércio Exterior, hoje sob comando de Guedes.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/01/2021	Caderno: Notícias



Domingo, 31 de Janeiro de 2021 - 08:00

Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década, aponta FGV



O Brasil iniciou o ano de 2021 com um salto na taxa de pobreza extrema do Brasil. O país tem hoje mais pessoas na miséria do que antes da pandemia e em relação ao começo da década passada, em 2011.

Neste mês de janeiro, 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8,20 ao dia), linha de pobreza extrema calculada pela FGV Social a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) Contínua e Covid-19, dia a Folha.

No total, segundo projeção da FGV Social, quase 27 milhões de pessoas estão nessa condição neste começo de ano.

Trata-se de um aumento significativo na comparação com o segundo semestre de 2020, quando o pagamento do auxílio emergencial a cerca de 55 milhões de brasileiros chegou a derrubar a pobreza extrema, em agosto, para 4,5% (9,4 milhões de pessoas), o menor nível da série histórica.

A taxa neste começo de década é maior que a do início da anterior (12,4%) e que a de 2019 (11%).

O efeito negativo da pandemia sobre a renda dos mais pobres já tenderia a ser prolongado levando-se em conta a recuperação difícil que o Brasil tem à frente (quase sem espaço no Orçamento público para novas rodadas de auxílio emergencial), o aumento das mortes pela Covid-19 e o atraso no planejamento da vacinação.

ECONOMIA

Publicado em 31/01/2021 às 09h00.

Ford foi terceira maior fornecedora de bens patrimoniais do governo em 2020

À frente da Ford em fornecedores, só a General Motors e uma concessionária da Peugeot

Redação



Foto: Divulgação/Ford

De saída do país, a Ford foi a terceira maior fornecedora de bens patrimoniais ao governo federal em 2020. Os dados são do Portal da Transparência. Segundo a coluna de Lauro Jardim, do jornal O Globo, foram R\$ 43,9 milhões em contratos, o que equivale a 5% dos R\$ 827,4 milhões que a União fechou com empresas no ano passado. A Polícia Rodoviária Federal é responsável por uma das maiores aquisições. Comprou 120 veículos por R\$ 19,3 milhões.

A montadora também é a escolhida para a comitiva presidencial em Brasília. À frente da Ford em fornecedores, só a General Motors e uma concessionária da Peugeot.



ECONOMIA

Publicado em 29/01/2021 às 17h15.

Ministério inclui Salvador e Porto Seguro em lista de destinos tendências para 2021

Levantamento citou outros 19 destinos no país

Redação



Foto: Max Haack/ Agecom

O Ministério do Turismo incluiu as cidades de Salvador e Porto Seguro, que abriga os distritos de Trancoso, Caraíva e Arraial d’Ajuda, na lista de destinos tendências para este ano. Municípios baianos aparecem entre os 21 destinos apresentados em levantamento realizado tomando como base os principais sites de pesquisa do setor, além de publicações e dos destinos que se alinham à demanda do novo turista.

Na região Centro-Oeste aparecem Brasília e os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante onde está localizado o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, eleito um dos 25 melhores “Parques Nacionais” do mundo pela National Geographic. A mesma publicação elencou o cerrado brasileiro como único destino brasileiro indicado na lista de 25 melhores viagens para planejar no futuro.

ECONOMIA

Publicado em 29/01/2021 às 17h01.

Indústria plástica Valfilm Nordeste investirá R\$ 35 milhões no Polo de Camaçari

Ampliação permitirá à unidade baiana produzir mais 11,2 mil toneladas/ano de filme plástico flexível, usado nas cadeias de bebidas, alimentos e medicamentos

Redação



Foto: Ascom SDE

A Valfilm Nordeste confirmou junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado o investimento de R\$ 35 milhões na ampliação da unidade no polo de Camaçari. O protocolo de intenções prevê um aumento da produção em 11,2 mil toneladas anuais. A Valfilm produz filme plástico flexível, insumo usado nas embalagens de bebidas, alimentos e medicamentos.

“Temos planos de crescimento da planta, temos terrenos disponíveis para construção. Então, com a obtenção dos incentivos isso vai proporcionar para nós uma maior flexibilidade e condições para conseguir essas ampliações e novas contratações dentro do Polo Industrial de Camaçari”, disse o diretor Industrial da empresa, Renato Braga Júnior.



ECONOMIA

Publicado em 29/01/2021 às 13h41.

Contas públicas tiveram déficit de R\$ 702,9 bilhões em 2020

Saldo negativo foi devido à crise econômica e a pandemia

Agência Brasil



Foto: Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas

As contas públicas fecharam o ano de 2020 com saldo negativo recorde devido à queda na atividade econômica, e conseqüentemente na arrecadação, e às despesas extraordinárias necessárias para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 702,950 bilhões no ano passado, o pior resultado da série histórica iniciada em dezembro de 2001, e que representa 9,49% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Foi o sétimo ano consecutivo de resultados negativos nas contas públicas, com alta de R\$ 641,078 bilhões em relação a 2019, quando o déficit primário foi de R\$ 61,872 bilhões, o que corresponde a 0,84% do PIB. Os dados estão no [relatório das Estatísticas Fiscais](#) divulgado hoje (29) pelo Banco Central (BC).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/01/2021	



Indústria plástica investe R\$ 35 milhões na ampliação de unidade no Polo de Camaçari

29 janeiro 2021



A Valfilm Nordeste, indústria do setor Plástico, vai ampliar sua unidade produtiva no Polo de Camaçari, e prevê para isto investimentos de R\$ 35 milhões e pretende chegar a 250 empregos, entre aqueles já existentes e as novas vagas. O protocolo de intenções assinado nesta sexta-feira (29), com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), prevê ainda um incremento na capacidade de produção de 11,2 mil toneladas/ano.

“Nós precisamos cuidar de Camaçari. Com a saída da Ford, nós precisamos abraçar todas as empresas do Polo Petroquímico, do setor plástico, de todos os setores industriais, porque nós temos que renovar os empregos da montadora automotiva que estamos prestes a perder. O que nós queremos? Encontrar outra montadora para substituir a Ford e tomar conta dessas empresas que estão aumentando a sua capacidade produtiva como a Valfilm, que é uma empresa sadia, com mais de 10 mil funcionários no mundo”, afirma o secretário titular da SDE, João Leão.

A empresa produz filme plástico flexível, classificado como produto de primeira necessidade, porque atinge toda cadeia produtiva dos setores de Bebidas, Alimentos e Medicamentos, e é utilizado diretamente na embalagem final de produtos distribuídos em todo Brasil e também no exterior.

Para Renato Braga Junior, diretor da unidade industrial da Valfilm na Bahia, o protocolo assinado vai viabilizar maiores condições e benefícios à companhia. “Vamos conseguir colocar mais investimentos, obviamente aumentar o número de empregados. Nós temos planos de crescimento da planta, temos terrenos disponíveis para construção. Então, com a obtenção dos incentivos isso vai proporcionar para nós uma maior flexibilidade e condições para conseguir essas ampliações e novas contratações dentro do Polo Industrial de Camaçari”, diz.

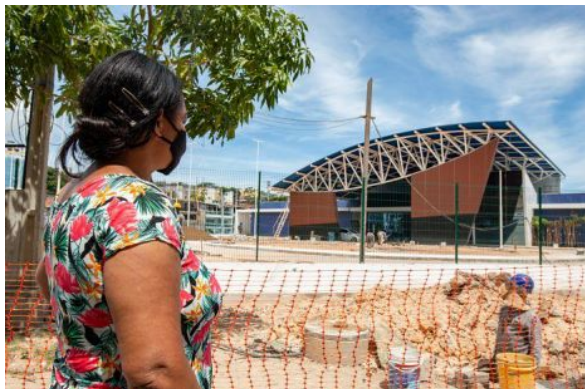
Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 29/01/2021	



Policlínicas de saúde em Salvador entram em fase final de obras

29 janeiro 2021



Policlínica em Nalandiba - Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

Em fase final de obras, as policlínicas de saúde que estão sendo construídas pelo Governo do Estado nos bairros de Escada e Nalandiba, na capital baiana, devem estar concluídas em março. Para a entrega das duas unidades, estão sendo investidos cerca de R\$ 45 milhões entre obras e equipamentos.

Nas policlínicas, serão oferecidas consultas especializadas em Angiologia, Cardiologia, Endocrinologia, Neurologia, Gastroenterologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Urologia, Pequenos Procedimentos Cirúrgicos, Ginecologia, Pneumologia, Dermatologia, Reumatologia, Anestesia e Ortopedia. Ainda há especialidades não-médicas como Farmácia Clínica, Enfermagem, Psicólogo e Nutricionista.

Entre os exames que serão oferecidos estão ecocardiograma, eletroencefalograma, endoscopia digestiva, ultrassonografia Doppler, raio-x, e tomografia. Na unidade de Escada será oferecido ainda serviço de fisioterapia e em Nalandiba estará disponível exame de Ressonância Magnética.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, explica que conforme acordo firmado entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador, após a conclusão das obras, o equipamento de saúde será cedido pela gestão estadual à Secretaria da Saúde do Município de Salvador. “É mais um reforço na área da saúde que o Estado está fazendo em Salvador”, destaca.



Policlínica em Escada – Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

A moradora de Narandiba Leide Miranda conta que não vê a hora de a policlínica começar a funcionar. “Vai ser de uma grande utilidade pra todos, inclusive pra mim, que dependo do SUS [Sistema Único de Saúde] para ter atendimento”. Ela ainda comemora o fato de a unidade ficar ao lado do pequeno salão de beleza do qual é dona. “Já tenho quatro meses neste ponto aqui. Vi essa obra subir. Tenho certeza que, além de trazer saúde, vai chamar mais clientela para mim”, comemora.

Além dela, o morador Gabriel Souza Santos aprova a instalação da unidade. “Saúde é o que mais a gente precisa neste momento. Pela qualidade que estamos vendo, até pensei que seria uma clínica particular. Agora já sei que o atendimento será pelo SUS e todos nós seremos beneficiados”, afirma.



Policlínica em Narandiba – Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Política Livre	
Data: 31.01.2021	Caderno: Economia



31 de janeiro de 2021 | 17:08

Bahia vacina mais de 192 mil pessoas e registra 2.148 novos casos de covid-19

BAHIA

Com 192.437 vacinados contra o coronavírus (Covid-19) até às 14 horas deste domingo (31), a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados. Neste final de semana (30 e 31) a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) está distribuindo 65 mil vacinas para atender a um público-alvo de aproximadamente 58 mil idosos com mais de 90 anos.

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 2.148 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,4%) e 1.995 recuperados (+0,4%). Dos 588.106 casos confirmados desde o início da pandemia, 565.171 já são considerados recuperados e 12.838 encontram-se ativos.

Para fins estatísticos, a vigilância epidemiológica estadual considera um paciente recuperado após 14 dias do início dos sintomas da Covid-19. Já os casos ativos são resultado do seguinte cálculo: número de casos totais, menos os óbitos, menos os recuperados. Os cálculos são realizados de modo automático.

Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (21,90%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram: Ibirataia (11.859,98), Itororó (10.102,05), Itabuna (9.250,41), Muniz Ferreira (9.135,00) e Conceição do Coité (8.956,34).

O boletim epidemiológico contabiliza ainda 974.194 casos descartados e 135.877 em investigação.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 30 a 01/02/2021	Caderno: Economia



Ideia que vem e volta: o imposto sobre grandes fortunas

Reforma tributária deveria focar outras prioridades, como a simplificação e unificação dos impostos

Celso Ming, O Estado de S. Paulo

29 de janeiro de 2021 | 19h55

O escritor **Nelson Rodrigues** ensinou que uma ideia comunicada apenas uma vez ou duas vezes continua inédita.

É assim também com as análises sobre a ideia de criação de um imposto sobre grandes fortunas. A proposta vem e volta, seja para atender à quebra de arrecadação, seja para a necessidade de desconcentrar a renda. Esta Coluna já [tratou do assunto em outras oportunidades](#), mas aí entra a observação do Nelson Rodrigues. Considerado esse grau de ineditismo, é preciso voltar ao tema, porque lá no Congresso, ao longo da discussão do projeto mais amplo de reforma tributária, há muita gente soprando nessa direção.

Do ponto de vista estritamente tributário, este é um imposto que implica administração complicada e trabalhosa por parte da autoridade fiscal e que, no entanto, arrecada pouco. (Veja o gráfico.) Exige declaração prévia de bens. O contribuinte deve apontar, item por item, quanto vale seu patrimônio a preços de mercado e o Fisco se encarrega de conferir a procedência dos valores apontados e de cobrar o imposto devido.

Um dos problemas é o de que grande número de ativos que devem integrar uma lista de bens não tem valor de cálculo fácil para servir de base para a taxaço.

Ações e investimentos financeiros podem ser automaticamente inventariados e corretamente avaliados, porque têm cotação diária. Mas glebas, imóveis, intangíveis (como marcas e direitos), semoventes (animais), obras de arte e empresas cujas ações

ou cotas não são negociáveis em bolsa têm avaliação subjetiva e quase sempre contestável. Quanto vale a padaria do seu Manoel ou o depósito de bebidas situado na periferia de uma cidade? Para saber seu preço exato de mercado, teriam de ser vendidos. É um ponto em que as discordâncias entre o contribuinte e a Receita tendem a aumentar a judicialização de cobranças e estender a decisão final por anos a fio. Essa dificuldade é uma das razões pelas quais a declaração do Imposto de Renda apenas exige o valor histórico, ou seja, o preço de compra do bem apontado e não o valor atualizado.

O maior risco é o de que, uma vez instituído esse imposto, seja deflagrada uma fuga de capitais para países onde isso não existe. A **França**, por exemplo, teve de rever seu imposto sobre grandes fortunas quando artistas (caso do ator **Gérard Depardieu**), atletas, celebridades e empresários decidiram mudar seu domicílio fiscal para outro país para escapar à taxaço.

Em dezembro, a **Argentina** aprovou esse imposto. Passa a incidir sobre contribuintes cuja fortuna supera os US\$ 2,4 milhões. Deve ser cobrado apenas uma vez. Pelos cálculos da receita da Argentina, cerca de 12 mil pessoas serão alcançadas pelo leão local. A expectativa é de arrecadação de 300 bilhões de pesos argentinos ou US\$ 3,4 bilhões pelo câmbio de hoje.

A **Bolívia** também foi por esse caminho, com a diferença de que **o imposto será cobrado todos os anos**. Alcançará fortunas superiores a 30 milhões de pesos bolivianos (US\$ 4,3 milhões). O governo sabe que apenas 152 pessoas estarão sujeitas a essa taxaço. Esse dado, por si só, mostra a limitação desse instrumento fiscal. Parece mais um teatro para dizer à população que a justiça tributária está sendo cumprida.

Pelas dificuldades operacionais que impõe a qualquer entidade arrecadadora, em quase todos os países onde foi instituído, esse imposto foi flexibilizado ou deixou de ser cobrado. Essa é a principal razão pela qual esse tributo, previsto na Constituição de 1988, nunca foi aprovado por aqui. A própria Receita Federal do Brasil o tem considerado administrativamente inviável.

Não confundi-lo com o imposto sobre heranças que, no caso brasileiro é cobrado pelos Estados, em geral à alíquota de 4%. Seu nome e sobrenome é Imposto sobre

Transmissão, Causa Mortis e Doações (ITCMD). Mas, atenção, para que gere o imposto, o dono da fortuna tem de morrer ou fazer doação ainda em vida.

O sistema tributário brasileiro é tão confuso e tão regressivo (os mais pobres pagam mais proporcionalmente a seu salário), que a reforma tributária deve focar outras prioridades, como a necessidade de simplificação e de unificação dos impostos, e não essa encrenca aí.

****CELSO MING É COMENTARISTA DE ECONOMIA***

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.brGabriel Galípolo
Caso GameStop traz
reflexão sobre formação
de preços no mercado

SÃO PAULO O fenômeno da valorização da GameStop, que surpreendeu Wall Street na semana passada após uma ação orquestrada de pequenos investidores, traz grandes reflexões sobre os preços dos ativos no mercado financeiro, segundo Gabriel Galípolo, professor da PUC-SP e presidente do Banco Fator.

"É quase um ramo amador de uma análise de psicologia de massas. Às vezes, tem de estar menos atento ao que realmente são os números da empresa, e nesse caso foi clássico", diz.

Alguns interpretaram o caso GameStop com uma visão romântica dos pequenos investidores contra os grandes. Tem um caráter de pessoas que se juntaram para provocar a valorização ou a defesa do preço de um ativo. Acho que isso é verdade. Existe um sentimento de desintermediação que está em várias esferas das nossas vidas.

Antigamente, para ser um portador de uma notícia ou opinião, você precisava ser uma pessoa especializada ou trabalhar em um grande canal de comunicação. E as redes sociais permitiram dar voz a muitas pessoas, o que tem lado bom e ruim. Isso está chegando no mercado financeiro.

Antes, esses processos de mobilização de recursos para um lado ou outro eram feitos por grandes gestores, por quem tem poder de controle sobre grandes volumes. E talvez as redes sociais estejam conferindo esse poder, ainda que você não seja uma grande instituição financeira.

Mas também é preciso estar atento se foram só pequenos investidores que estavam lá. Acho que é um movimento de massa mesmo, mas me parece que há investidores que não são tão pequenos e entraram na onda e se beneficiaram dessa valorização.

Que reflexão esse fenômeno traz sobre os preços? Por ter sido feito de uma forma pública, porque envolveu uma rede social, eu acho que desperta na maioria das pessoas essa percepção de que os preços dos ativos na economia são formados muito mais por processos de convicção e crenças, convenções formadas. Gera um desconforto por que a economia gosta de se colocar na posição de ciência exata, de que preços são resultado de metodologias complexas, cálculos, como resultado de uma conta. Mas o mercado é diferente.

Na matemática, se você faz a conta, chega no número, mas, para o mercado existir, obrigatoriamente, precisa ter duas pessoas com visões distintas da mesma coisa. Ou seja, para o mesmo conjunto de informações disponível alguém precisa achar que o preço daquele ativo vai subir e outro precisa achar que vai cair. Só assim tem compra e venda.

O mercado só existe por que há visões dissonantes, ou opostas, sobre o mesmo ativo. Não resulta de dedução lógica com resposta única. Só que isso chega ao ponto do movimento do ser humano em sociedade: se as pessoas acreditam que algo existe e se comportam como tal, aquilo existe e acontece como se existisse.

É quase um ramo amador de uma análise de psicologia de massas. Às vezes, tem de estar menos atento ao que realmente são os números da

empresa, e nesse caso foi clássico, e mais atento ao que as pessoas estão olhando e deduzindo sobre aquela empresa.

É curioso, porque às vezes você pode ter uma grande sacada, que ninguém viu, mas no mercado financeiro não é um grande negócio, porque se você estiver sozinho naquela visão, provavelmente, vai ficar em situação fragilizada.

A regulação falhou? Os fundos fizeram o que chamamos de shortear. É permitido. O que é discutível é o novo. A maior parte da regulação se dá muito mais para tentar evitar que grandes instituições façam esses movimentos de valorização para se beneficiar.

A regulação sobre o investidor pessoa física terá de avançar. Você não está olhando mais só para o investidor que é uma instituição financeira, um gestor. Agora são vários investidores que se uniram para fazer isso através da tecnologia.

Eu entendo que a regulação no Brasil é mais rígida e mais avançada que a dos EUA. Mas é uma situação sui generis. Se um grupo de Telegram com 12 mil pessoas se junta para formar preço, como você vai fazer? Abrir processo contra todos? Vai ter que pensar como a regulação vai avançar, mas é um tema que está acontecendo em vários ramos da vida.

O interessante de isso estar acontecendo no mercado financeiro é a exposição de que os preços, muitas vezes, são formados de maneira absolutamente descolada de fundamentos econômicos. Eles são formados por convenções sociais, convicções.

Os fundos se submeteram a um nível de risco exagerado? É sempre uma aposta sobre o futuro. Os fundos fizeram a conta, olharam para a GameStop, viram que era uma empresa que está sofrendo financeiramente, que a chance de ela subir era baixa. Ou seja, ele tinha uma chance alta de acertar ou de perder pouco. Mas, por um movimento das pessoas, a empresa teve uma valorização inacreditável.

Tem alguma analogia com o subprime da crise de 2008? Não. É diferente. Ali se estava concedendo crédito para as pessoas que não tinham condição de pagar, e depois se empacotavam esses créditos em produtos financeiros que tinham demanda. O que poder ter em comum é a lógica das convicções: de que se as pessoas convencionarem que aquilo vai bem, vai continuar encontrando demanda e subindo. Mas lá tinha um caráter institucional, com grandes bancos e agências de rating sancionando.



Gabriel Galípolo

Presidente do Banco Fator, é também professor da graduação da PUC-SP e do MBA de PPPs e concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em parceria com a London School of Economics and Political Science.

Questionado, Tesouro
avalia mudar garantias
de dívidas de estados

Continuação da pág. A15

"A inexecução de contragarantias reforça o risco fiscal, à medida que implica a transferência de riscos dos entes à União e consequente ameaça à sustentabilidade federal no médio e longo prazo", diz a CGU.

Na avaliação do órgão, o próprio Tesouro deve reavaliar a concessão de garantias, por meio de diferentes medidas. Uma delas é fazer uma apuração mais rígida sobre quais exequíveis são as contragarantias oferecidas pelos entes.

ACGU aponta necessidade de melhoria na portaria que prevê o mecanismo, de 2017. Para o órgão de controle, o texto não considera as despesas obrigatórias (como pessoal, saúde e educação) no cálculo que verifica a suficiência

“

A inexecução de contragarantias reforça o risco fiscal, à medida que implica a transferência de riscos dos entes à União e consequente ameaça à sustentabilidade federal no médio e longo prazo

Controladoria
Geral da União

das garantias dos entes.

Mudar o entendimento forneceria uma informação mais realista e reduziria um dos principais problemas observados hoje, segundo a CGU.

"A obrigatoriedade de pagamento de despesas obrigatórias, combinada a um quadro de desequilíbrio fiscal, constitui objeto principal da alegação dos entes para pleitear a suspensão da execução da contragarantia junto ao Poder Judiciário", afirma o órgão de controle, em nota.

O Tesouro vai avaliar as recomendações, embora internamente haja um entendimento de que o principal problema está na Justiça e nas decisões que costumam dar ganho de causa aos entes na maioria das vezes.

O Tesouro ressalta que processo de concessão de garantias já passou por diversos aprimoramentos ao longo dos anos. Um deles é o aprimoramento da metodologia para avaliar a capacidade de pagamento de estados e municípios, dando aval à contratação de garantias aquele que possuir nota A ou B.

Mesmo assim, o Tesouro afirma que busca melhorar procedimentos, que faz avaliação constante dos métodos e que todos os apontamentos da CGU serão avaliados.

"O Tesouro Nacional atua sempre em consonância com as recomendações oriundas da CGU, sobretudo na busca de melhorias constantes dos seus processos de trabalho, sendo, portanto, todas essas recomendações levadas em consideração para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades desenhadas e mitigação de eventuais riscos", afirma, em nota.



Caminhões parados em posto na Rodovia Presidente Dutra, em SP. Mathilê de Missionero - 26.nov.20/Folhapress

Bolsonaro faz novo apelo
a caminhoneiros e rejeita
zerar tributo do diesel

Presidente disse neste sábado que redução da PIS/Cofins do combustível teria impacto bilionário; categoria planeja greve para esta segunda (1º)

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez um novo apelo neste sábado (30) para que os caminhoneiros não façam uma paralisação nesta segunda (1º).

Ele afirmou ainda que a redução da PIS/Cofins do óleo diesel traria um impacto bilionário para os cofres públicos e que, para adotar essa medida, o governo precisa indicar de onde viria a compensação pela perda dos recursos.

"A gente apela para os caminhoneiros, eles realmente são o sangue que leva o progresso, todo o movimento dentro do Brasil. Não é eu que vou perder, o Brasil vai perder. Os senhores também vão perder", disse o presidente durante passeio de moto por Brasília.

"Nós fizemos já alguma coisa por eles [caminhoneiros]. Agora, fui em cima da Petrobras, para pegar números. Eu não interfiro na Petrobras. O preço do combustível registrado pelo [Roberto] Castello Branco, seu presidente, leva em conta basicamente o preço da cotação do dólar internacional e o preço do dólar

internamente", disse. Sobre a redução da PIS/Cofins sobre o diesel, hoje em R\$ 0,33 por litro, o presidente disse que a eliminação da contribuição traria um impacto de R\$ 26 bilhões.

"Eu gostaria — não sei se estou certo, porque tem que falar com o Paulo Guedes [ministro da Economia] antes — que não tivéssemos esse impedimento na Lei de Responsabilidade Fiscal, [de] adotar o diminuir imposto ser obrigado a achar a fonte para compensar o que foi diminuído em outro local. Se não tivesse, eu zeraria agora imediatamente os R\$ 0,33", disse.

O preço do combustível é um dos pontos que critica dos pela categoria, insatisfeita com a decisão de reajuste de 4,4% do óleo diesel nas refinarias anunciada pela Petrobras nesta semana.

Entidades que representam caminhoneiros prometem iniciar uma greve para pressionar o governo a negociar uma pauta com dez exigências, em uma tentativa de repetir o movimento que, em 2018, parou o país por 11 dias e deu origem à tabela de preços mi-

nistrados para os fretes rodoviários. A categoria, no entanto, está dividida, além de enfrentar a oposição de grupos patronais e do setor produtivo. O Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Carregamento (CNTRC), uma das entidades que convocou o protesto, encaminhou na sexta (29) um documento a Bolsonaro, informando sobre o início da greve a partir da segunda.

No texto, a entidade orienta os caminhoneiros a ficarem em casa durante a paralisação. Para quem estiver em trânsito, a recomendação é que sigam os protocolos de segurança contra a Covid-19. O CNTRC afirma que a paralisação é um direito e que cabe ao trabalhador "decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

Além da CNTRC, confirmaram adesão à greve CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), ANTB (Associação Nacional de Transportes do Brasil) e Abrava (Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores). Com UOL

ÉOLICA RESPONDEU POR 34,9% DA CAPACIDADE ADICIONADA EM 2020

Energia gerada pelo vento foi a segunda em acréscimo no sistema brasileiro

Dos 174,7 mil megawatts (MW) de capacidade instalada para a geração de eletricidade no Brasil, a força dos ventos responde por 17,2 mil MW (9,8%), atrás apenas da produção hidrelétrica e da termelétrica, que somam 146 mil MW (83,4%). Esses e outros números da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atestam o avanço nacional da energia eólica nos últimos anos: com 822 usinas, o segmento tem outras 135 em obras, igualando-se à térmica, no patamar de 4,2 mil MW (36%), na liderança do ranking de potencial autorizado pela Aneel recentemente: um total de 11,5 mil MW, incluídas as demais fontes de energia.

A geração eólica foi a segunda em acréscimo de energia ao sistema elétrico brasileiro em 2020, tendo elevado sua contribuição em 1,7 mil MW, correspondente a 34,9% de toda a capacidade adicionada, que abrangeu 2,2 mil MW (45,3%) agregados pelas termelétricas. O balanço anual da Aneel aponta o segmento como o de maior participação percentual de entrada em operação comercial no mês de dezembro: mais 5,49 MW de potência (69,4% da capacidade instalada no mês). Ao longo do ano, 53 novas usinas eólicas foram acionadas, quase todas do Nordeste, a região brasileira com maior potencial de ventos.

A escalada da produção eólica no país é resultado da combinação de vários fatores, a começar pela abundância de ventos, com destaque para a região Nordeste. Líder nacional do segmento, o Rio Grande do Norte abriga um dos primeiros

parques eólicos do Brasil, o Rio do Fogo, inaugurado em 2006 pela Neoenergia, como projeto pioneiro no âmbito do antigo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

— A qualidade do recurso eólico no país nos coloca num patamar de aproveitamento muito maior do que o de países da Europa e da América do Norte. De maneira geral, a mesma turbina eólica gera mais energia no Brasil — afirma a diretora de energias renováveis da Neoenergia, Laura Porto.

GANHO DE EFICIÊNCIA

Outros fatores são o avanço da tecnologia, que possibilita a fabricação de aerogeradores com torres mais altas e pás maiores, e o desenvolvimento de uma indústria nacional no segmento. Como resultado, a geração eólica teve os custos de operação e manutenção reduzidos e ganhou eficiência, escala e competitividade na comparação com outras fontes de energia.

No último leilão de energia da Aneel, em 2019, enquanto o megawatt/hora (MWh) das hidrelétricas foi cotado em R\$ 157,08, o das eólicas ficou em R\$ 98,89, valor corrigido no fim de 2020 para R\$ 103,50, pela Associação Brasileira de Empresas de Energia Eólica (Abeeólica).

Fernando De Lapuerta, CEO da Statkraft Energias Renováveis, que opera um parque eólico com 95,2 MW de potência na Bahia, destaca duas outras vantagens que vêm estimulando a geração elétrica movida a vento:

— A fonte eólica no Brasil tem duas grandes virtudes alinhadas aos princípios

Avanço da tecnologia. Os aerogeradores com torres mais altas e pás maiores reduzem os custos de operação e manutenção e proporcionam ganhos de eficiência, escala e competitividade



CRESCIMENTO CONTÍNUO

Desde o primeiro leilão de energia eólica promovido pela Aneel, em 2009, o segmento cresce ano a ano. De 2011 a 2019, segundo estudo da consultoria GO Associados, a geração eólica recebeu investimentos de R\$ 66,9 bilhões, recursos aplicados em toda a cadeia produtiva: fabricação de máquinas e equipamentos, manutenção e reparos e fornecedores de produtos e serviços, além de construção e operação. Somente em 2019, os aportes chegaram a R\$ 13,6 bilhões, calcula o serviço de informações de mercado Bloomberg New Energy Finance (BNEF), que antevê as fontes eólica e solar gerando 50% da eletricidade da América Latina em 2050.

ESG (Meio Ambiente, Social e Governança), pois é sustentável, praticamente não causa prejuízo ambiental e tem impactos socioeconômicos extremamente positivos, com geração de emprego e renda para a população — afirma Lapuerta.

As perspectivas do mercado de energia eólica são vistas com otimismo pelo executivo, que invoca o papel reservado a essa fonte renovável no Plano Decenal de Expansão de Energia. Na última versão do plano, elaborada pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), a capacidade instalada da geração eólica é prevista em mais de 32 MW, quase o dobro da atual. Laura Porto também vê futuro promissor para o segmento, que começa a mirar na produção eólica no mar.

— O Brasil tem enorme potencial para a eólica offshore. Já temos alguns projetos sendo desenvolvidos e acreditamos que, no médio prazo, esta tecnologia será viável no país — diz a diretora da Neoenergia.

Enquanto o aproveitamento do vento no oceano ainda é um sonho, as duas empresas estão empenhadas em triplicar a capacidade de geração eólica em terra. Com potência instalada de 516 MW em 17 parques no Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, a Neoenergia está construindo mais 27 unidades em dois grandes complexos, na Paraíba e na divisa Piauí-Bahia. A Statkraft acaba de iniciar as obras de segundo complexo eólico na Bahia, com investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões, parte financiada pelo Banco do Nordeste.



ARTIGO

Rumo ao novo marco fiscal

PEDRO
PAULO
CARVALHO



Estados e municípios ganharam uma poderosa ferramenta de ajuste das contas públicas, abrindo novo horizonte para o equilíbrio fiscal dos entes federativos. A sanção da Lei Complementar 178/21 estabelece bases inéditas para a renegociação de dívidas com a União, ao remodelar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Não se trata de um afago ou tábua de salvação — e sim de um novo marco fiscal no país, que inclui contrapartidas, medidas de austeridade e transparência.

Como autor do Projeto de Lei Complementar 101/2020, que deu origem à nova lei, minha preocupação foi acertar o passo de todas as esferas de governo no rumo de uma consolidação fiscal. O PLC foi aprovado em dezembro último, após ampla negociação com parlamentares, representantes do governo e dos entes federativos. Os estados terão um alívio de R\$ 210,4 bilhões nos próximos nove anos.

O texto permite que estados e municípios com baixa capacidade de pagamento voltem a contratar operações de crédito com aval da União. A adesão ao RRF exige, porém, grande esforço fiscal dos entes interessados. Esse esforço inclui reformas previdenciária e administrativa, bem como um teto de gastos e revisão dos benefícios fiscais. Vale ressaltar que não haverá perdão das dívidas — e sim um novo modelo de negociação entre credor e devedor. A lei estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), mecanismos que não existiam na legislação anterior.

Vale ressaltar que não haverá perdão das dívidas, e sim um novo modelo de negociação entre credor e devedor

Em todo o mundo, a política fiscal tem o papel de apoiar a economia no curto prazo e de evitar uma desaceleração ainda mais profunda do ritmo de atividade neste início do ano.

Nos EUA, o Congresso aprovou pacote de estímulo à economia no valor de US\$ 900 bilhões (mais de R\$ 4,6 trilhões). É uma ajuda direta aos setores mais afetados pela crise, sem exigência de garantias e contrapartidas — muito diferente do programa aprovado no Brasil. Aqui, o crédito é condicionado a uma série de ajustes.

De toda forma, estamos apenas no começo dessa jornada. Vamos buscar apoio para derrubar vetos presidenciais que põem em xeque pontos essenciais do programa. Um dos vetos impede a suspensão do pagamento de juros e amortizações da dívida com organismos multilaterais por um ano. Esse é um quesito estratégico para a recuperação do município do Rio, que tem compromissos firmados até 2023 e um desafio fiscal de R\$ 10 bilhões. A costura de um acordo com o governo federal e a base parlamentar será peça-chave para avançarmos nessa questão.

Enquanto isso, a prefeitura do Rio faz seu dever de casa para colocar as finanças em ordem e desfazer o cenário de caos deixado pelo governo anterior. Logo no início da atual gestão, o prefeito Eduardo Paes publicou decretos que reduzem em 30% o total de cargos comissionados, em 50% os encargos de livre destinação e cortes de 30% nos contratos em vigor. Em paralelo, foram lançados projetos de emergência fiscal, de mudança na previdência dos servidores e de reforma tributária. São medidas de austeridade cruciais para trazer de volta o Rio que os cariocas merecem.



Pedro Paulo Carvalho é deputado federal licenciado (DEM-RJ) e secretário municipal de Fazenda e Planejamento do Rio

N. da R.: Bernardo Mello Franco excepcionalmente não escreve hoje

Vencedor do 5G terá que fazer rede para o governo

Portaria não traz restrição à participação da Huawei. Texto determina que fornecedora de equipamentos para infraestrutura da União siga normas de governança do mercado brasileiro

JUSSARA SOARES
E MANOEL VENTURA
reportagem especial de
economia

O governo finalizou ontem as regras que deverão ser seguidas por operadoras que vencerem o leilão de 5G. O texto não proíbe a Huawei de fornecer equipamentos para as redes implantadas no Brasil. O documento exige que as companhias instalem uma rede privada, em Brasília, para o governo federal. Para essa rede específica, o regulamento afirma que a fornecedora de equipamentos deverá seguir as normas de governança do mercado acionário brasileiro.

De acordo com a minuta da portaria, a rede privada deverá utilizar equipamentos projetados, desenvolvidos, fabricados ou fornecidos por empresas que observem padrões de governança corporativa compatíveis com os exigidos no mercado acionário brasileiro.

As prioridades de políticas públicas foram definidas pelo Ministério das Comunicações e vão regular o edital da Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a implementação da tecnologia de quinta geração das redes de comunicação móveis. Entre as exigências para as vencedoras do certame está a implementação de uma rede privada de comunicação da administração pública federal.

INVESTIMENTO NO NORTE

Segundo uma fonte que participou da elaboração da portaria, as regras mais rígidas foram definidas para dar mais segurança às informações estratégicas do governo, observando os padrões internacionais de transparência e governança exigidos pelo mercado acionário brasileiro. A expectativa é que os conselheiros da Anatel votem o edital de licitação em reunião extraordinária, marcada para segunda-feira.

Líder do mercado de tecnologia 5G, a chinesa Huawei é alvo da desconfiança por parte de integrantes do governo, que temem a segurança dos dados. A pressão começou com o governo Donald Trump, mas o novo presidente dos EUA, Joe Biden, já deu sinais de que também tem restrições à Huawei.

Além da portaria, a minuta do edital que será votada pela Anatel não trata de restrições explícitas à empresa chinesa. Técnicos da agência afirmam que não estava nos planos do órgão regular fazer qualquer restrição por meio do edital. Dentro da agência, o entendimento é que eventuais restrições precisam ser aplicadas pelo Palácio do Planalto ou pelo Ministério das Comunicações.

O texto preparado pela pasta do ministro das Comunicações, Fábio Faria, também exige que as operadoras invistam na estrutura de telecomunicações na Região Norte do país. No ano passado, o governo lançou o programa Norte Conectado, para a instalação de fibra óptica em cidades à margem dos rios Negro, Solimões, Madeira, Purus, Juruá e Rio Branco, que totalizam cerca de 13 mil quilômetros e alcançam 20 milhões de pessoas.



Entrada. Loja da Huawei em Foz de Iguaçu: a empresa é alvo de desconfiança

O governo, no entanto, anunciou apenas 650 quilômetros de construção da estrutura. Agora quer, a partir do leilão do 5G, expandir toda a rede de fibra óptica subfluvial, começando por Macapá (AP). Atualmente, a

internet na região é via rede, e a implementação da nova tecnologia oferece uma conexão mais veloz.

De acordo com uma fonte do governo, após a publicação da portaria, caberá à Anatel estipular no edital as praz

zos e as metas para que as vencedoras do leilão cumpram as exigências. O Ministério das Comunicações acredita que, apesar da contrapartida exigida das vencedoras, não desestimulará a participação das empresas.

O leilão é o primeiro passo para a implementação do 5G no Brasil, que ainda dependerá da expansão da infraestrutura das operadoras de telefonia. Não há data para a entrada em operação do 5G no país.

O edital vai definir os blocos que serão leiloados, além das obrigações mínimas de investimentos. Com esses dados em mãos, a área técnica da Anatel vai calcular os valores mínimos de investimentos, além da arrecadação do governo federal com a licitação.

Mais que uma internet de altíssima velocidade para celulares, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará novo marco para a indústria, para agricultura de precisão, na criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas.

Dívida pública chega a 89,3% do PIB, maior patamar da História

Endividamento do país aumentou com gastos para enfrentar pandemia

GABRIEL SII PINHEIRA
gabrielsii@folha.com.br
matéria

O aumento nos gastos do governo para o enfrentamento dos efeitos da pandemia causou um crescimento na dívida pública, que encerrou 2020 em 89,3% do PIB, maior patamar da série histórica iniciada em dezembro de 2006. O dado foi divulgado ontem pelo Banco Central.

O endividamento já vinha subindo mesmo antes da crise, em janeiro, mas o crescimento se acelerou com os gastos para a saúde e do auxílio emergencial ao longo do ano. No total, o aumento foi de 15 pontos percentuais só em 2020.

Marcela Rocha, economista-chefe da Claritas, ressalta

que o nível da dívida é preocupante, mas veio abaixo das projeções feitas nos momentos mais agudos da crise.

— Apesar de termos uma dívida bruta abaixo de 90%, não podemos esquecer a rápida deterioração do endividamento. Ele já era alto, indo para patamares preocupantes, e que necessitam ser reduzidas.

AGENDA DE REFORMAS

O indicador chegou a superar os 90%, mas o Banco Central recalculou com base na revisão das estatísticas do PIB feita pelo IBGE.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, projeta que a trajetória de alta no endividamento continue em 2021 e defende o avanço das

reformas e privatizações.

— Se o governo não conseguir melhorar essa percepção, de que o Congresso vai fazer as reformas, e se não conseguir fazer as privatizações, vamos ter nova alta das despesas.

O aumento da dívida é reflexo do maior déficit no setor público já registrado desde 2011, início da série histórica. De acordo com o Banco Central, o resultado de 2020 foi de R\$ 703 bilhões (5,49% do PIB), muito acima do registrado em 2019, de R\$ 61,9 bilhões (0,84% do PIB).

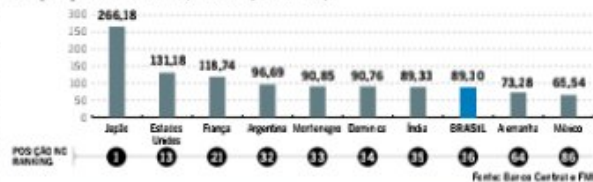
A alta no endividamento é generalizada no mundo. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o efeito deve atingir países em todos os continentes.

ENDIVIDAMENTO ACELEROU AO LONGO DO ANO

Dívida bruta (em relação ao PIB, em %)



Comparação internacional (dívida em relação ao PIB, em %)



O número exclui gastos com juros da dívida e é referente ao chamado setor público consolidado, que engloba União, estados, municípios e empresas estatais. O dado é acompanhado de per

to pelo mercado financeiro para medir a capacidade do país de pagar suas dívidas, o chamado nível de solvência.

O déficit ficou concentrado no governo central, que registrou resultado de R\$

745,4 bilhões, esuavizado pelos governos regionais, que tiveram superávit de R\$ 38,7 bilhões, e pelas empresas estatais, que também registraram resultado positivo, mas de R\$ 3,6 bilhões.

Caso GameStop faz reguladores de EUA e Brasil agirem

SEC e CVM prometem investigar se houve atos ilícitos na movimentação de investidores que impulsionou papéis no mercado

DA BLOOMBERG NEWS
REUTERS

O frenesi em torno das ações da GameStop, que acumulam valorização superior a 1.500% no ano, está forçando as autoridades reguladoras a tomarem medidas. Ontem, a Securities and Exchange Commission (SEC, a xerife do mercado acionário americano) informou que busca identificar potenciais atos ilícitos. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, o regulador local) alertou que "a atuação de um ou mais indivíduos deliberados de influir no regular funcionamento do mercado pode caracterizar ilícitos administrativos e penais".

A autarquia informou que "tem monitorado os movimentos no mercado e as comunicações nas redes sociais" e que, se houver indícios de ilícitos, vai instaurar processo administrativo e comunicar o Ministério Público.

'SANGUE NO CHÃO'

A decisão das séries do mercado ocorre depois de uma semana turbulenta, em que pequenos investidores do varejo, reunidos em um fórum do Reddit, compraram ações de uma rede varejista de jogos, a GameStop. Grandes fundos hedge apostavam na queda do papel e operavam na chamada venda a descoberto — tomar um papel emprestado e vendê-lo no mercado, com

compromisso de recompra (short selling, no jargão do mercado), para então devolvê-lo ao proprietário. A diferença entre o valor de venda e o de compra é o lucro, ou seja, só há ganho se a cotação cair.

Só que, com o movimento do Reddit, o valor da ação da GameStop disparou. Quem estava "vendido" (apostando na queda) teve de recomprar os papéis — impulsionando ainda mais sua cotação — e a amargar a perda.

Na Bolsa brasileira, as ações do IRR saltaram quase 18% na quinta-feira, também devido a um movimento de investidores, só que no Telegram. Ontem, caíram 6,13%.

A SEC alertou investidores sobre esquemas ilegais para



GameStop. Movimento que catapultou as ações é visto como luta contra tubarões

elevar o preço de ações e disse que está trabalhando com outros reguladores, Bolsas e órgãos federais para identificar atividades ilícitas. E disse que vai examinar atentamente as medidas tomadas por entida

des sob sua jurisdição "que possam prejudicar investidores ou indevidamente restringir a capacidade deles de operar determinadas ações".

Na quinta-feira, aplicativos voltados para pequenos

investidores, como o Robinhood, suspenderam a negociação das ações da GameStop e de outras empresas, como AMC e Nektia, também alvo do grupo do Reddit. O Robinhood virou alvo de processo dos investidores e teve de voltar atrás.

Para Donald Langevoort, professor da Universidade Georgetown, a SEC precisa se posicionar sobre a existência ou não de ilícito.

— Há sangue no chão. Ontem, as ações da GameStop fecharam em alta de 67,87%, depois de cair 44% na sexta. Na semana, acumularam ganho de 400%. Muitos veem o movimento do Reddit como a revolta dos pequenos contra os tubarões de Wall Street. Keith Gill, de 34 anos, conhecido no fórum on-line como "DeepF—ing Value", disse ao Wall Street Journal que não esperava que o movimento tomasse tais proporções. (©Comércio)

Previdência de servidor e militar sente efeito de reforma e déficit recua

Na contramão, regime dos trabalhadores da iniciativa vê aumento no saldo negativo de mais de R\$ 40 bi

Por Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

01/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Conta salgada

Mesmo com redução de déficit de servidores públicos e militares, gasto total com previdência pressionou contas públicas (em R\$ bi)



Fonte: Tesouro Nacional

Após ter superado a marca de R\$ 100 bilhões em 2019, o saldo negativo de aposentadorias e pensões de servidores públicos civis e militares (pensionistas e inativos) recuou no ano passado. Os números do Tesouro indicam que a reforma da Previdência já começou a causar impacto, principalmente do lado da arrecadação, fazendo que o que déficit tenha passado de R\$ 104,9 bilhões para R\$ 98,4 bilhões de um ano para o outro, em valores atualizados pelo IPCA.

Na reforma concluída em 2019, ficou definida a cobrança de alíquotas progressivas de contribuição previdenciária dos servidores públicos, que podem chegar a até

14%. Com isso, a arrecadação entre os civis cresceu 18,7%, enquanto nos militares o

Além da maior carga previdenciária, o Tesouro também apontou que pesou na melhora do saldo negativo uma trajetória mais comportada das despesas, que até cresceram, mas com menos vigor devido a medidas como o congelamento de alguns salários - pois algumas aposentadorias estão vinculadas aos vencimentos da ativa.

O especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), concorda que esse recuo no déficit é resultado das mudanças nas regras previdenciárias, mas acredita que esse movimento pode ser transitório, principalmente, no caso dos militares que tiveram uma reestruturação de seus planos de carreira. “Quando você tem a reestruturação da carreira, se tem um aumento da renda e isso vai impactar as contas públicas no momento da ‘aposentadoria’”, explica Afonso.

Na direção contrária do que ocorreu com a previdência do setor público, o déficit do INSS subiu no ano passado para R\$ 269,8 bilhões, ante R\$ 227,3 bilhões de 2019, considerando valores corrigidos pela inflação. Em termos nominais, esse resultado negativo saiu de R\$ 213,179 bilhões para R\$ 259,132 bilhões. Vale lembrar que o regime do setor público atende a um universo muito menor que o regime geral de previdência para os trabalhadores da iniciativa privada.

Nesse caso, o desempenho da arrecadação também foi na contramão. Refletindo mais o aumento no desemprego e a paralisação de empresas ao longo do período mais agudo da pandemia de covid-19, a arrecadação líquida caiu R\$ 23,4 bilhões. Combinado com uma alta de despesas de quase R\$ 20 bilhões, o déficit aumentou. Mesmo assim, o resultado ficou melhor do que o esperado pelo governo, dado que a estimativa de despesas era R\$ 7 bilhões maior do que o que efetivamente ocorreu.

Na avaliação de Afonso, o comportamento do déficit da Previdência em 2021 e nos anos seguintes vai depender do impacto da retomada da atividade econômica nas receitas. Isso porque, o ritmo de expansão das despesas será mais controlado devido às mudanças implementadas com a reforma com a fixação de idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

O economista Arnaldo Lima, ex-secretário no antigo Ministério do Planejamento e diretor da MAG Investimentos, destaca que os números do Tesouro evidenciam duas tendências importantes: melhora na arrecadação da previdência pública com despesa mais controlada e menor receita no regime geral, devido a um movimento de migração de trabalhadores da CLT para regimes como microempreendedor individual, que reduz a base de incidência da contribuição previdenciária.

Nesse contexto, ele destaca que um movimento que vai se intensificar é de previdência complementar do setor público. Pela reforma da Previdência, Estados e municípios com regime próprio têm que criar a previdência complementar até novembro deste ano. “A implantação da previdência complementar ao contribuir para redução futura das despesas de pessoal e dívida pública permite uma maior redução dos juros praticados na economia”, diz, ressaltando que isso poderá impactar positivamente os investimentos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Brasil não pode replicar fórmula fiscal dos EUA, diz Bacha

Economista reproduz estudo americano e afirma que respiro no Brasil não deve durar muito tempo

Por **Alex Ribeiro** — De São Paulo

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, fez um estudo que mostra os limites de replicar no Brasil a estratégia do presidente americano, Joe Biden, de aproveitar os juros estruturalmente baixos para estimular a economia com um gigantesco programa de gastos públicos.

A base teórica para o pacote fiscal é um recente trabalho do professor de Harvard Jason Furman e do ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos Larry Summers que mostra que, devido a uma queda estrutural dos juros, o governo americano pode ter uma dívida pública mais alta.

Bacha replicou a metodologia de Furman e Summers para o Brasil, levando em conta a queda dos juros ocorrida nos últimos anos e a tendência de alta da dívida pública. Sua conclusão é que, embora o governo tenha ficado mais endividado nos últimos anos, o custo para carregar essa dívida está em níveis historicamente baixos.

Mas essa folga não deve durar muito: o mercado financeiro já espera uma alta de juros por aqui. Bacha calcula que o peso do pagamento de juros, comparado com o tamanho da economia, deverá dobrar até 2023. “Isso significa que o respiro será temporário”, diz o economista, no estudo. “O melhor é se preparar para consertar as contas fiscais antes que o tempo se esgote.”

Um dos métodos tradicionais de medir se um país tem as contas fiscais sustentáveis é por meio do tamanho da chamada dívida bruta do setor público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Entre os economistas, há um receio de que, quando a dívida pública se aproxima de 100% do PIB, o risco de insolvência do governo aumente muito e caia a capacidade de crescimento da economia. A dívida bruta brasileira fechou o ano passado em 89,3% do PIB, segundo dados do Banco Central.

Furman e Summers escreveram em novembro um comentado trabalho (“Reconsideração da Política Fiscal na Era de Juros Baixos”, numa tradução livre) que propõe a troca da relação dívida/PIB como principal indicador de solvência fiscal por um outro, a relação entre o pagamento de juros sobre a dívida e o PIB.

O argumento central é que nas últimas décadas os juros americanos caíram de forma estrutural devido a uma redução nos investimentos (fatores como avanço tecnológicos reduziram a necessidade de capitais para novos projetos) e a um aumento da poupança (devido a fatores como concentração de renda nos mais ricos, que guardam mais dinheiro, e reformas nos sistemas previdenciários).

No Brasil, os juros medidos pela taxa Selic se reduziram desde o pico de 2016, quando estavam em 14,25% ao ano, para o percentual atual de 2% ao ano. Muitos

economistas argumentam que, por trás desse recuo, há fatores estruturais, como a redução do crédito direcionado e as aprovações do teto do gastos público e da reforma da Previdência. Em termos reais, o pico dos juros foi em 2017, quando chegaram a 6,7% ao ano - no ano passado ficaram um pouco acima de 1% ao ano, considerando a taxa efetiva no período.

Ao mesmo tempo, a dívida bruta entrou em uma trajetória de alta. Desde 2010, início do período analisado por Bacha, até o ano passado, essa medida de endividamento apresentou uma expansão de 62%, considerando os valores médios apurados ao longo do ano.

Apesar da alta do endividamento, a conclusão do economista é que a queda das taxas de juros, até 2020, mais do que compensou o aumento do endividamento. Ou seja: o país tem uma dívida maior, mas os encargos em relação ao PIB caíram, devido à queda da taxa de juros. Essa despesa era de 2,8% do PIB em 2010, subiu a um pico de 4,9% do PIB em 2017 e caiu a estimado 1,1% do PIB em 2020.

“Do ponto de vista do custo da dívida, a posição fiscal do Brasil é menos preocupante do que a relação dívida/PIB sugere”, escreve Bacha. “Essa é a parte boa da história.” A parte ruim é que os juros vão subir. Caso se confirmem as previsões dos economistas e o que dizem os juros negociados em mercado, a despesa chegará a 2,9% do PIB em 2023.

Os cálculos levam em conta aos dados até novembro do ano passado, antes de o Banco Central reestimar a dívida de anos recentes com base em novos dados do PIB divulgados pelo IBGE. Essa revisão do PIB provocou uma queda de dois pontos percentuais na dívida bruta, mas a diferença é pequena para mudar as conclusões do trabalho de Bacha. O texto está disponível no site da Casa das Garças.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

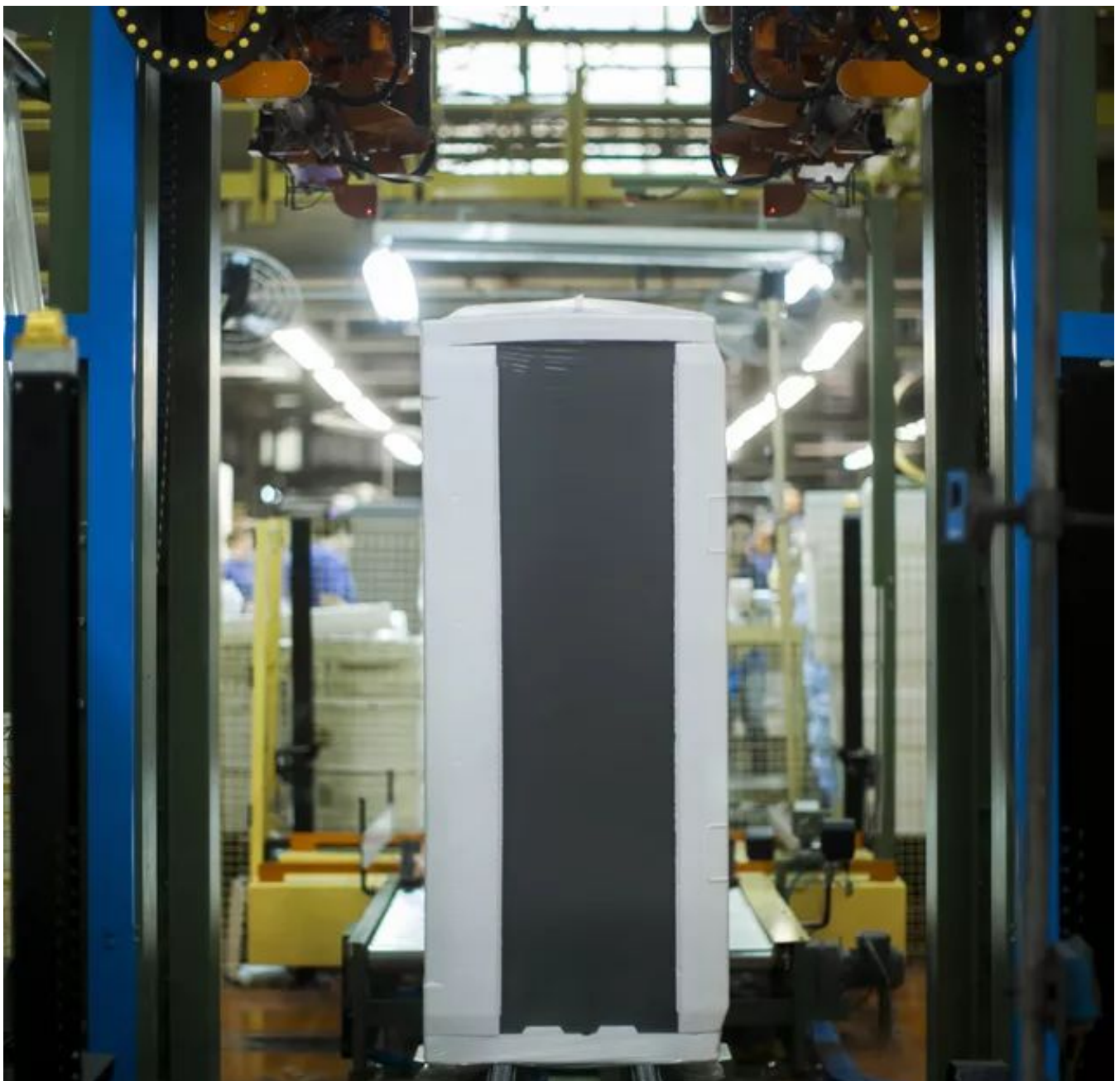
CONFORT PÉ

Brasil precisa de uma agenda

Perda de competências industriais compromete o desempenho econômico do país

Por Dan Ioschpe

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



A notícia recente do fim das atividades produtivas da Ford no Brasil colocou sob holofote as dificuldades enfrentadas pela indústria brasileira nos últimos anos e a gravidade das distorções do ambiente econômico no qual o setor opera no país.

A despeito de suas motivações particulares, as quais não nos cabe avaliar, a decisão tomada pela empresa, assim como por tantas outras, é um indicativo do quanto o Brasil está defasado em termos de competitividade, produtividade e sofisticação tecnológica em relação ao restante do mundo. E mais do que isso, reflete a ausência de comprometimento, expresso não apenas no plano das ideias e intenções, mas também em decisões concretas, de que as causas do atraso serão corrigidas sem demora. Uma agenda!

Avanço no quadro social torna o mercado consumidor mais pujante e eleva a produtividade do trabalho

Vem ficando cada vez mais claro que estamos diante de uma encruzilhada, dadas as profundas transformações tecnológicas em andamento e que devem ser aceleradas no pós-pandemia, com o reforço das estratégias industriais das principais potências globais. Ou enfrentamos definitivamente nossos problemas ou a perda de competências industriais irá se acelerar, comprometendo ainda mais o desempenho econômico do país.

O Iedi, que desde sua fundação busca se distanciar dos interesses de setores específicos e de soluções provisórias, fomentando o diálogo sobre as orientações necessárias ao avanço da nossa estrutura produtiva e ao desenvolvimento econômico e social do Brasil, vem insistindo há algum tempo em um conjunto de temas que deveriam ser prioridade no debate nacional. São pilares para uma economia mais eficiente, uma sociedade mais justa e um país mais responsável em termos ambientais.

É fundamental que continuemos perseguindo o equilíbrio macroeconômico, a despeito dos desafios adicionais trazidos pela pandemia, de modo a reduzir a volatilidade cambial e a escalada da inflação, assegurando níveis de taxas de juros

consonantes com os padrões internacionais. O resultado será uma evolução mais vigorosa dos investimentos, tão necessários para a modernização de nosso parque produtivo.

Para que este primeiro pilar seja obtido, o país deve ser capaz de estabelecer uma trajetória favorável das contas públicas, promover a tranquilidade institucional, a redução da desigualdade social e a preservação do meio ambiente.

São estas as condições para os demais ajustes igualmente imprescindíveis, que devem estar centrados na promoção da competitividade e da produtividade e que ataque pela raiz as causas do chamado “Custo Brasil”, a começar pela disfuncionalidade de nosso sistema tributário.

Nessa área precisamos inicialmente substituir os impostos incidentes sobre o consumo de bens e serviços por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), com cobrança no destino e alíquotas isonômicas, que reduza a complexidade e a insegurança jurídica, elimine a cumulatividade, assegure a rápida devolução dos créditos gerados no sistema e desonere as exportações. Já existem projetos de lei em debate, devemos partir para a ação.

Precisamos também avançar com a reforma administrativa, focada na melhoria da prestação dos serviços pelo poder público, na digitalização, desburocratização e na redução do custo da prestação destes serviços ao longo do tempo. E avançar rapidamente na ampliação e modernização da nossa infraestrutura a partir das concessões em todos os setores, em especial no saneamento, estradas, ferrovias, portos, aeroportos e conectividade. E com a participação efetiva do Estado, preferencialmente através de parcerias público privadas, naqueles projetos não viáveis do ponto de vista econômico, mas desejáveis sob a ótica do desenvolvimento social. Será necessário seguir aperfeiçoando as relações trabalhistas, por conta da modernização nas formas de trabalho, assim como reduzir a insegurança jurídica em todos os campos.

Esta agenda envolve ainda a aceleração da pesquisa, desenvolvimento e inovação em nosso país, tornando mais simples, horizontais e eficientes os mecanismos de fomento, com imediata revisão da Lei do Bem e alocação continuada, sem contingenciamento, de recursos a entidades meritórias como a Embrapa e os

Institutos de Ciência e Tecnologia. Desta forma poderemos avançar com a modernização do parque produtivo através de instrumentos abrangentes, não setoriais e com o desenvolvimento e difusão das tecnologias digitais e ambientalmente responsáveis, possibilitando a maior participação nas cadeias internacionais de valor dos setores de produtos manufaturados de maior intensidade tecnológica.

Para isso, será importante o aprofundamento da participação do BNDES na aceleração da infraestrutura, no fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação e no avanço no comércio exterior, áreas em que a capacidade de aporte do Banco é realmente diferenciada.

Ao mesmo tempo, é imprescindível promover uma maior integração do Brasil com a economia mundial, preferencialmente por meio de acordos comerciais, que confirmem transparência, horizontalidade e gradualismo ao processo. Neste sentido, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia é um divisor de águas, pois possibilitaria a adoção rápida de acordos análogos com os principais polos comerciais do mundo. Diga-se de passagem, foi esta a estratégia de integração ao mundo praticada pela maior parte dos países. Obviamente a não conclusão deste acordo será um grande retrocesso nesta agenda.

Paralelamente, devemos promover a adoção dos devidos mecanismos de proteção, usados ao redor do mundo e difundidos pela OMC, em especial a aplicação dos mecanismos de antidumping, quando justificados tecnicamente. O ingresso na OCDE também é importante, pois promoveria a adoção por aqui de padrões de sucesso em diferentes pontos do nosso ordenamento.

O IEDI acredita, que a correção das distorções do quadro econômico deveria vir acompanhada do desenvolvimento social, da redução da desigualdade e da promoção da sustentabilidade ambiental, partes indissociáveis do desenvolvimento de uma nação.

O enorme contingente de brasileiros sem as condições mínimas de renda e de acesso à moradia, à educação de qualidade, à segurança e ao saneamento a clara a necessidade de adotarmos políticas públicas no campo social que promovam a redução da desigualdade, em especial através do aumento da mobilidade social.

Um país com baixa mobilidade social está condenado a ser menos competitivo e pouco inovador. O avanço no quadro social do país tem a capacidade de tornar o mercado consumidor ainda mais pujante e de elevar a produtividade do trabalho, o que fortaleceria a indústria, assim como todos os demais setores da economia. O reforço do nosso compromisso com o meio ambiente evitará que nos isolemos ainda mais do mundo e garantirá o direito de gerações futuras às nossas riquezas naturais.

Temos a obrigação de construir um futuro mais justo para os brasileiros e mais produtivo e eficiente para os nossos empreendedores. Sem uma agenda clara e exequível, dificilmente chegaremos lá.

Dan Ioschpe é presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

Carf afasta tributação sobre permuta de imóveis

Contribuinte conseguiu mudar jurisprudência com novo critério de desempate no tribunal administrativo

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Thais Veiga Shingai: Receita vencia disputa por causa do voto de qualidade — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O contribuinte conseguiu, com o fim do voto de desempate, reverter a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre permuta de imóveis. A Câmara Superior, última instância do órgão, decidiu que esse tipo de operação, comum no mercado imobiliário, não deve ser tributada.

Prevaleceu, depois de um empate na 1ª Turma, o entendimento a favor do contribuinte, com base no novo critério de desempate estabelecido pela legislação no ano passado. Os conselheiros entenderam que apartamentos dados em troca de um terreno, por exemplo, não podem compor a receita bruta de uma empresa no lucro presumido - no caso de não haver alguma diferença de valor.

“O próprio conceito de permuta, de existência milenar, exprime um negócio de troca, que na sua própria natureza depreende-se equivalência e neutralidade econômica”, diz o conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, representante dos contribuintes, que foi o redator do voto vencedor. O acórdão foi publicado no dia 21.

O caso julgado é da Verticali Construções e Incorporações, que conseguiu reverter derrota sofrida na primeira instância do Carf. Na autuação fiscal, a Receita cobrava Imposto de Renda (IRPJ) referente ao período de 2001 a 2003.

A fiscalização alegava, no processo, que constatou sonegação de informações, pelo fato de a empresa ter deixado de escriturar a venda de unidades imobiliárias, e fraudes reiteradas, por meio de contratos particulares ou escrituras públicas de compra e venda de valores inferiores aos realmente praticados (processo nº 11080.001020/2005-94).

A jurisprudência, até então, era favorável à Fazenda Nacional, mesmo com precedente da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) contrário à tributação de permutas (REsp 1733 560). Naquele caso, o relator, ministro Herman Benjamin, apontou a inexistência de comprovação de lucro da empresa.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a decisão inverteu a jurisprudência e que não há muitos processos no Carf sobre a matéria, que diz respeito à aplicação do regime previsto na Instrução Normativa SRF nº 107, de 1988 para as empresas imobiliárias optantes pelo lucro presumido.

De acordo com Thais Veiga Shingai, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, como a permuta presume troca de bens, a Receita Federal, inicialmente, com a edição da instrução, previa que não haveria lucro tributável. Porém, com o avanço da prática no mercado, passou a entender que a norma de 1988 não valeria para empresas no lucro presumido - apenas para as do lucro real. “Com base no voto de qualidade, o Carf decidia da mesma forma que a Receita”, diz.

Com a jurisprudência desfavorável, segundo Bruno Sigaud, do escritório Sigaud Advogados, muitas empresas autuadas optavam por discutir a questão diretamente na esfera judicial, onde há precedentes a favor. “A permuta é uma prática comum que, durante a crise, auxiliou as construtoras a conseguirem terrenos”, afirma.

O julgamento sobre permuta de imóveis é apenas um exemplo do que pode ocorrer no Carf com o fim do voto de qualidade - o desempate pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda. A PGFN teme que o novo modelo adotado, que dá a vitória automática ao contribuinte, mude jurisprudências importantes da Câmara Superior.

A mudança ocorreu por meio da Lei nº 13.988, de 2020, que alterou o artigo 19-E da Lei nº 10.522, de 2002. A redação dada ao dispositivo, no entanto, acabou dando margem para diferentes interpretações.

O dispositivo libera do voto de qualidade o “processo administrativo de determinação e exigência de crédito tributário”. O Carf, nos seus julgamentos, tem afirmado que o texto envolveria apenas uma parcela dos processos julgados.

No entendimento do órgão somente os decorrentes de autos de infração - deixando de lado casos processuais, sobre responsabilidade solidária e embargos de declaração. Na Portaria nº 260, de julho de 2020, o Ministério da Economia referenda a posição do tribunal administrativo.

No ano passado, o novo modelo foi pouco utilizado. Um dos motivos seria o fato de não terem sido analisados pelo Carf casos de maior valor, que envolvem as principais teses. Levantamento mostra que, em 2020, houve unanimidade em 91,22% dos julgamentos, ante 81,47% em 2019. O voto de qualidade foi aplicado em

1,94% dos casos e o desempate a favor do contribuinte em 0,14%. Em 2019, o voto de qualidade foi adotado em 5,27% dos julgamentos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Todos com mais de 40 anos precisam destes óculos para visão de perto & longe

HYPHER FOCUS

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Dados fracos da Iguatemi já eram esperados, diz BTG Pactual

VALOR INVESTE

ADR da Eletrobras cai 8,6% no pré-mercado de NY após renúncia de presidente

VALOR INVESTE

Fala de ministro acirra polêmica na véspera de ato dos caminhoneiros

Por Fabio Graner, Fernanda Pressinott e Hugo Passarelli — De Brasília

01/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo avalia que a paralisação dos caminhoneiros anunciada para hoje será bem mais limitada que a de 2018, por não contar com apoio de empresas transportadoras nem o de algumas importantes associações de autônomos. Mas o clima no fim de semana esquentou com o vazamento de um áudio de conversa do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, com representantes da Associação dos Caminhoneiros e Condutores de Capão da Canoa/RS.

Na conversa, Freitas disse que uma eventual greve “fecha a porta” para negociações com governo e insinuou que a escolha da data de início mostra conotação política. O objetivo seria desgastar o governo, pois ocorre no mesmo dia das eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

“O movimento, diga-se de passagem, interessante, montado para o dia 1º de fevereiro, que é dia da eleição da mesa [do Congresso]. Por quê? Por quê? Aí vem dizer que não tem conotação política. Tem gente por trás. Não faz sentido marcar um movimento para o dia da eleição das Casas. Você acha que isso é coincidência? A turma se infiltra, tem muita gente apostando na derrota do governo agora”, disse Freitas, sem deixar claro a quem se referia. “A paralisação fecha a porta, enquanto tiver paralisação, eu não converso com ninguém”.

Embora em geral Freitas tenha falado o que já costumava dizer nas conversas com o setor de transporte, o áudio, que circulou em grupos de Whatsapp durante o fim de semana, exaltou os ânimos.

Alguns caminhoneiros se mostraram irritados, outros levaram a ele seu apoio, criticando o vazamento como uma violação de uma relação aberta entre as partes.

“Tá na cara que eles estão com medo. Olha o ministro, é a voz dele, claro, tá se c... de medo da greve”, diz um caminhoneiro do interior da Bahia. “Malditos, na hora da eleição queriam nosso apoio. Agora fogem de negociar qualquer coisa”, diz outro, de São Paulo. Outros reiteraram seu apoio ao governo. Um deles disse: “Estão nos manipulando. Vocês não sabem que tem eleição na Câmara e no Senado segunda? Vocês são tudo massa de manobra mesmo.”

Por meio de nota, o Ministério da Infraestrutura confirmou que Freitas falou com o caminhoneiro do áudio vazado. “Durante a conversa [o ministro] reafirmou o seu posicionamento em referência às ações setoriais adotadas pela pasta; a total abertura para o diálogo com todas as entidades que demonstram interesse em fazer parte da formulação da política pública; o posicionamento de não negociar com qualquer indicativo de paralisação ou locaute; e sua opinião, de amplo conhecimento de todo o setor, sobre temas de interesse, como a tabela de frete e a necessidade de estimular a economia para ampliar o mercado do transporte rodoviário de cargas”, diz a nota.

A tabela de frete é um dos temas que mais incomodam aos caminhoneiros, pois na prática não tem funcionado, apesar de ter sido uma das “conquistas” da paralisação de 2018. Freitas, porém, acha que o mecanismo não tem eficácia e que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgá-lo inconstitucional. O ministro também ressaltou que o governo não pode resolver todos os problemas do setor. E salientou que a greve pode ser contraproducente, pois prejudicaria a economia já fragilizada, reduzindo a demanda para o setor.

A paralisação segue marcada para esta segunda em todo o país com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL), filiada à CUT, o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) e o Sindicato das Indústrias de Petróleo.

O presidente do CNTRC, Plínio Dias, negou motivações políticas. “Não vamos levantar tipo nenhum de bandeira partidária. Temos a nossa pauta, que envolve a

sociedade também nessa questão do PPI [preço de paridade de importação, mecanismo para reajuste dos combustíveis].”

O presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes -- que é contra a paralisação --, criticou o trecho da fala de Freitas no áudio no qual afirma que os caminhoneiros precisam “desmamar” do governo. “Por muito menos que isso eu já vi o circo pegar fogo. De repente, todo o trabalho que as entidades representativas estão fazendo pode ir por água abaixo, por um deslize de um ministro que debochou de um defensor dos caminhoneiros”, disse.

A Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) se diz contrária à parada, assim como a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) -- entre outras entidades.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

O tênis que não machuca

POOUPE

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

Governo de SP prepara PPP do Trem Intercidades

Consulta pública do projeto deverá sair até o terceiro trimestre, quando o TCU deve dar aval a renovação antecipada da MRS

Por Taís Hirata — De São Paulo

01/02/2021 07h28 · Atualizado há 3 horas



Em 2020, Metrô de São Paulo perdeu R\$ 1,2 bilhão de receita por conta da pandemia, afirma o secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy — Foto: Imagem Valor Econômico

Prestes a leiloar as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o governo paulista se prepara para lançar, até o terceiro trimestre, a consulta pública do Trem Intercidades (TIC), que será licitado em lote com a Linha 7-Rubi, segundo o secretário de Transportes Metropolitanos,

Alexandre Baldy. A princípio, será feita uma Parceria Público-Privada (PPP) para viabilizar o empreendimento, que vai ligar o centro da capital paulista à cidade de Campinas, no interior do Estado.

O projeto ainda depende da aprovação da renovação antecipada do contrato da MRS, concessionária que opera uma malha ferroviária federal. Em troca da prorrogação contratual de mais 30 anos, a companhia deverá fazer uma série de investimentos. O principal deles será a segregação das linhas destinadas a carga e a passageiros - operações que hoje são compartilhadas. A ideia do TIC é usar uma dessas novas linhas para transportar passageiros entre São Paulo e Campinas em cerca de uma hora.

Até 2022, gestão planeja fazer 50% das obras de extensão da Linha 2-Verde e iniciar operação do monotrilho

A renovação da MRS estava inicialmente prevista para 2020, mas sofreu atrasos. Hoje, a previsão do grupo é obter o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) até o terceiro semestre de 2021.

O governo paulista, que acompanha de perto as negociações, pretende deixar as minutas de edital e contrato prontas para, assim que sair a autorização do TCU ao aditivo da MRS, soltar a consulta pública do novo projeto, explica o secretário. “Queremos três tipos de viagem: um trem expresso, em 60 minutos; um trem intermetropolitano, que não deve parar em todas as estações; e um trem parador, agregando estações de Vinhedo, Valinhos e as que já existem na linha 7-Rubi da CPTM, que fará o trajeto em cerca de duas horas”, diz o secretário.

O governo de São Paulo ainda segue em negociações para definir o formato final da nova concessão - uma dúvida é quais investimentos serão feitos pela MRS e quais ficarão dentro do edital paulista. A princípio estão previstos ao menos R\$ 5 bilhões de investimentos na concessão, mas o valor pode mudar a depender dessas definições.

Devido ao tamanho do empreendimento, a expectativa é fazê-lo em forma de PPP, na qual o governo contribui financeiramente. A gestão também espera que a

outorga obtida no leilão das linhas 8 e 9, marcado para março, possa ser usada no apoio ao projeto do TIC.

Outro empreendimento que a gestão pretende tirar do papel é a extensão da Linha 2-Verde, que deverá chegar até a estação Penha (zona leste da capital) e fazer interligação com a Linha 3-Vermelha do Metrô. Em dezembro, o governo obteve autorização para um financiamento externo, que deverá viabilizar as obras. Baldy reconhece que não será possível concluir o projeto até 2022, mas o plano é entregar ao menos 50% até o fim do próximo ano.

O governo também trabalha para, antes do fim do mandato, iniciar a operação o monotrilho da Linha 17-Ouro do Metrô (entre o aeroporto de Congonhas e o Morumbi) e, assim, destravar a obra que ficou paralisada por anos - a previsão inicial era entregar a linha até 2014. O secretário acredita que, até abril de 2022, será possível iniciar a operação controlada, em fase de teste.

Mesmo com o estoque de obras travadas, o governo também tem trabalhado em novas linhas do Metrô, como a 20-Rosa, que deverá ir da Lapa (zona oeste da capital) até Santo André. Segundo Baldy, uma proposta seria licitar, em bloco, a construção da nova linha juntamente com a Linha 2-Verde do Metrô, cuja operação já está consolidada. O projeto, porém, ainda é muito inicial.

Os planos de expansão do Metrô ocorrem em meio a uma crise provocada pela pandemia e que afetou diretamente o caixa das empresas - privadas e estatais - que operam metrôs e trens urbanos. No caso do Metrô de São Paulo, houve queda de R\$ 1,2 bilhão na receita em 2020, entre as tarifárias e não-tarifárias. "Foi um ano difícil. O governo se viu obrigado a injetar em torno de R\$ 1,6 bilhão no Metrô e na CPTM", diz Baldy.

A retomada concreta, afirma, dependerá da vacina e, em grande medida, da volta às aulas. "A educação representa 30% do transporte público, então, com a retomada das escolas, haveria um volume de 75% dos passageiros."

Questionado sobre as acusações de corrupção que levaram a sua prisão em agosto, Baldy voltou a negar envolvimento e afirmou que a ação criminal já foi descartada

pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto de 2020, uma operação da Polícia Federal acusou o secretário de envolvimento em supostos desvios de verbas públicas da Organização Social Pró-Saúde de Goiânia. Em outubro, o ministro do STF, Gilmar Mendes, enviou as investigações para a Justiça Eleitoral de Goiás. “Nunca fiz nada de errado, o processo eleitoral deverá ter o mesmo caminho [do criminal], a inocência”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Prepare-se para o ENCCEJA com a UNIASSELVI e o canal Termine Seus Estudos.

UNIASSELVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Dados fracos da Iguatemi já eram esperados, diz BTG Pactual

VALOR INVESTE

Governo economiza R\$ 3 bi com ‘home office’

Com trabalho remoto, gasto estatal com energia e material de escritório, por exemplo, é reduzido

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A pandemia ajudou a conter os gastos da administração pública federal. O custo de funcionamento da máquina ficou cerca de R\$ 3 bilhões menor em 2020, na comparação com o ano anterior, segundo informou o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, ao **Valor**. A economia decorreu diretamente do sistema de trabalho remoto adotado pelo governo, o chamado “home office”.

Funchal explicou que o trabalho remoto dos servidores resultou em menos gastos da União com energia elétrica, água, telefone, material de consumo, diárias, passagens, serviços de terceiros, apoio de cozinha, entre outras despesas que são normais quando o trabalho é presencial.

O Tesouro deverá divulgar, nos próximos dias, informações detalhadas sobre cada item dessas despesas. No primeiro semestre de 2020, o custo de funcionamento da máquina pública federal ficou em R\$ 20,6 bilhões, contra R\$ 22 bilhões no mesmo período de 2019, de acordo com o secretário. “Vamos divulgar esses valores semestralmente.”

Com a economia obtida no ano passado, o secretário do Tesouro disse que o mínimo necessário para “rodar” a máquina era um antes da pandemia e foi outro durante a pandemia, por causa do trabalho remoto. “As despesas discricionárias [custeio e investimento] ficaram em R\$ 108 bilhões em 2020 e não houve ameaça de paralisação de serviços públicos, ou seja, ameaça de “shutdown”. observou.

Funchal não considera que os R\$ 108 bilhões registrados no ano passado sejam uma espécie de “piso” para as despesas discricionárias, que são aquelas que o governo não está impedido legalmente de cortar, “Acho que é possível que fique abaixo disso sem problemas”, afirmou. Ele acredita que, neste ano, essas despesas poderão ficar em patamar semelhante ao de 2020.

Em novembro, quando divulgou o relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao quinto bimestre do ano passado, o governo estimou que as despesas discricionárias ficariam em R\$ 115,8 bilhões. Pouco mais de um mês depois, a execução desse gasto ficou em R\$ 108,2 bilhões - R\$ 7,6 bilhões menor que a estimativa inicial.

Funchal explicou que a diferença decorreu da não execução de emendas parlamentares, particularmente de emendas feitas pelo relator geral da proposta orçamentária. “A emenda de relator criou uma rigidez adicional para a execução do Orçamento”, disse. Os dados divulgados pelo Tesouro mostram que, em 2020, houve um “empoçamento” de R\$ 21,7 bilhões. Neste total, estão as emendas parlamentares impositivas.

O “empoçamento” ocorre quando o Tesouro libera os recursos para a execução da despesa programada no Orçamento, mas o ministério ou órgão público não consegue gastar. O dinheiro fica parado e o governo não pode utilizá-lo para outra despesa.

Outro dado significativo registrado nas contas da União no ano passado está relacionado à despesa total com benefícios previdenciários, que ficou R\$ 13,8 bilhões abaixo do que foi programado na lei orçamentária. Em novembro, no relatório do quinto bimestre, o governo estimou que o gasto com benefícios previdenciários ficaria em R\$ 670,9 bilhões. Pouco mais de um mês depois, a execução efetiva ficou em R\$ 663,9 bilhões - um erro de estimativa de R\$ 7 bilhões.

Mattos Filho vê com ceticismo cenário para reformas

Autor da primeira proposta de reforma tributária pós-88, Mattos Filho vê com ceticismo chances de reformas estruturais avançarem no atual governo

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Autor da primeira proposta de reforma tributária após a Constituição de 1988, junto com um grupo de especialistas que comandou, o professor sênior da escola de direito da Fundação Getulio Vargas (FGV) Ary Oswaldo Mattos Filho é cético quanto ao avanço dessa e de outras reformas estruturais nas contas públicas no atual governo.

“É o presidente errado, com a maioria errada no Congresso, e com uma percepção errada de que só mexendo do lado da receita a coisa anda”, disse ao **Valor**. O especialista se referia à movimentação do ministro da Economia, Paulo Guedes, para criar o tributo sobre transações. “Vejo com profundo desânimo essas propostas.”

Com a eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado, a expectativa da equipe econômica é que a pauta de votações seja destravada. Guedes não poupou ataques ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), identificado no entorno do ministro como comprometido com a candidatura de João Doria em 2022.

O pessimismo desse experiente observador de Brasília, que já presidiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se alinha ao de líderes empresariais ouvidos pelo **Valor** nas últimas semanas. Eles expressaram preocupação com o andamento das reformas, diante da escalada da disputa política.

A proposta de reforma tributária é a parte mais conhecida do trabalho da comissão presidida por Mattos Filho. Mas a proposta era mais ampla e contemplava redução de despesas. Por uma simples razão: sem conter o crescimento dos gastos, que já se colocava como problema há 29 anos, não haveria receita que bastasse.

“Na minha visão, é importante fazer uma reforma tributária”, diz. “Mas, se você não mexer nas despesas, a receita sempre vai ficar correndo atrás delas, sempre faltando dinheiro para o investimento.”

Os “caminhões” de propostas de reforma tributária que estão na praça têm traços em comum: a criação de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) unificado, a reforma no Imposto de Renda e uma migração de parte da carga tributária que recai hoje sobre o consumo para a renda e o patrimônio.

A reforma, diz ele, vai desapertar a carga sobre determinados setores e apertar sobre outros. Por isso é tão difícil. O papel do governo é arbitrar esse conflito. No entanto, Mattos Filho não vê condições políticas para isso. Reformas “fortes” como a tributária, a administrativa e a do pacto federativo só têm chance de serem aprovadas no início de um governo que tenha sido eleito com grande vantagem.

“Quando o governo é eleito sem nenhuma base, e ainda menospreza a que tinha, como este fez no primeiro ano e meio, chega um momento em que tem de se adequar.” E a adequação se dá com o “pior lado do Parlamento”, que está “sempre esperando uma participação efetiva dentro da máquina pública, visando o seu interesse eleitoral”. Não é campo fértil para duros ajustes nas contas públicas.

Desde 1988, afirma o professor, governos falham em ajustar a estrutura de gastos por falta de liderança do Executivo, pressão de grupos de interesse no Legislativo e, durante muito tempo, pela relação entre doações de campanha e atendimento aos beneficiados.

O tributo sobre transações financeiras foi a única parte da proposta de Mattos Filho usada pelo governo. A comissão que presidiu, criada por Fernando Collor em 1992, não tinha acabado o trabalho quando veio o impeachment.

O professor conta que, após a troca, pediu audiência com Itamar Franco. Acompanhado pelo economista Sergio Werlang, expôs a reforma tributária que estava mais adiantada. Disse que só faltava um levantamento sobre incentivos fiscais concedidos por países concorrentes do Brasil. Itamar disse ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, presente à reunião, que se orgulhava de não ter passaporte. E que considerava bobagem fazer tal comparação internacional.

A eliminação de incentivos fiscais ineficientes, que estava na mira do levantamento, nunca teve apoio do Legislativo. O comentário mostrou que o Itamar não respaldaria essa discussão.

“Vamos embora de Brasília”, disse Mattos Filho a Werlang, após a reunião. “Estamos na festa errada, na hora errada e com a roupa errada.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

Pauta econômica terá dificuldade para avançar, diz pesquisadora

Especialista em tributos vê com ceticismo capacidade de Bolsonaro em fazer reformas

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

01/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Andréa Freitas: “os partidos do Centrão têm preferência por aumentos de gastos, em especial em suas bases” — Foto: Divulgação

A agenda econômica do governo Jair Bolsonaro, com a aprovação de reformas, terá mais dificuldade para avançar na Câmara seja quem for o vitorioso na eleição desta segunda-feira para a Mesa Diretora. A análise é da professora Andréa Freitas, do departamento de Ciência Política da Unicamp.

Com a saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do comando da Casa, o ministro da Economia, Paulo Guedes deve enfrentar a pressão por mais gastos. A ampliação de investimentos e de repasse de recursos é defendida tanto por aliados de Arthur Lira (PP-AL) quanto de Baleia Rossi (MDB-SP), os dois principais candidatos na disputa.

Coordenadora do Núcleo de Estudos das Instituições Políticas e Eleições do Cebrap, Andréa avalia que Rodrigo Maia tinha a agenda econômica como um princípio. “Ele não virou presidente da Casa e adotou essa agenda. Essa sempre foi a agenda dele no Legislativo. Mas essa não é a de Arthur Lira nem de Baleia Rossi”, avalia.

Os projetos conservadores, de interesse das bancadas da Bíblia (evangélica) e da bala (segurança), foram barrados por Rodrigo Maia nos dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro e Baleia Rossi tende a não pautá-los também. Lira, no entanto, deve fazer com que essas medidas avancem. Para Bolsonaro, a aprovação de uma pauta de costumes é um aceno à sua base de apoio, para ajudá-lo a pavimentar a candidatura à reeleição em 2022.

A eventual eleição de Lira, diz a pesquisadora, deve facilitar a aprovação de propostas que aumentam gastos. “Os partidos do Centrão têm preferência por aumento de gastos, de investimentos, em especial em suas bases. Estão pensando na própria reeleição”, afirma. Dentro do próprio governo, lembra Andréa, há pressão pelo aumento de gastos, incluindo o próprio presidente.

“O governo nunca enviou, efetivamente, uma agenda econômica para o Legislativo”, diz Andréa. “Guedes tem muita dificuldade no processo de negociação. Para ele, era essencial ter um apoiador no Legislativo”, afirma a professora, que tem como uma de suas linhas de pesquisa os padrões de interação entre Executivo e Legislativo.

A pesquisadora reforça que além de pautar uma proposta, o presidente da Câmara tem papel importante na aprovação da medida. “Colocar na pauta é relativamente simples. Garantir que seja aprovado são outros quinhentos. Exige dedicação e alinhamento com o governo, mas não sabemos nem qual é a agenda de Bolsonaro. O governo é mais de ‘microfone’ do que agenda legislativa.”

O empenho do presidente para eleger Lira é justificado, em parte, como forma de impedir a abertura de um processo de impeachment na Câmara. A professora da

Unicamp, no entanto, avalia que a eleição de Lira afasta momentaneamente a possibilidade de impeachment, mas não blinda totalmente o presidente. Se o Centrão, que apoia o candidato do PP, não receber as promessas que Bolsonaro tem feito, tanto em relação a cargos quanto em relação a verbas, poderá deixar o processo correr na Câmara. E se a pressão pelo impeachment aumentar, sobretudo com o agravamento da pandemia, o Centrão deve “pular fora do barco” de Bolsonaro, para não afundar com ele, e Lira poderá dar o primeiro passo para a saída do presidente do cargo.

“A possibilidade de impeachment seria maior com Baleia Rossi do que com Arthur Lira, mas achar que o presidente ficará blindado é um excesso”, diz. “Se pegarmos o histórico de Bolsonaro com aliados, vemos que ele costuma dispensá-los, queimá-los. Isso pode acontecer com Lira”, afirma a pesquisadora. “E se Bolsonaro não cumprir as promessas, talvez a Câmara volte ao mesmo estado de dificuldade que tinha com Rodrigo Maia, que acenou para Bolsonaro no início do governo.”

O novo presidente da Câmara terá em uma das suas primeiras pautas a possibilidade de retorno do auxílio emergencial. Na avaliação da pesquisadora, o debate sobre o benefício deve avançar, mas o ambiente para negociar um aumento do benefício é diferente do que existia no início da pandemia, quando Paulo Guedes queria R\$ 200, o Congresso aumentou o valor e Bolsonaro fixou em R\$ 600.

Passada a eleição para a Mesa Diretora, DEM, PSDB e MDB deverão se unir novamente, se quiserem ter manter-se influentes no Congresso. As bancadas se dividiram no apoio dos candidatos na Câmara e no Senado, mas terão de superar as divergências para não perderem espaço. “Essas bancadas só são fortes porque votam unidas. Com a divisão agora, na eleição para a Câmara e Senado, perdem força e influência. Correm o risco de se tornarem apêndice do Centrão. “Ficar como apêndice do Centrão é péssimo, tanto do ponto de vista eleitoral quanto de negociação no Congresso.”

PGFN tenta liberar ações e cobrar dívida bilionária de empresas em recuperação

Com base em nova lei, órgão pede ao STJ que execuções fiscais voltem a tramitar

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

01/02/2021 05h01 · Atualizado há 56 minutos





Relator, ministro Mauro Campbell Marques: julgamento de repetitivos ainda sem data definida — Foto: Divulgação

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai tentar, com base na nova Lei de Recuperações e Falências, levantar os mais de R\$ 100 bilhões devidos em tributos pelas empresas em recuperação judicial. Na semana passada, poucos dias depois de a norma entrar em vigor, os procuradores apresentaram pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que sejam liberadas todas as ações de execução contra esses contribuintes.

Esses processos estão suspensos em todo o país desde 2018. A 1ª Seção optou por sobrestar as execuções fiscais ao decidir, naquele ano, que julgará, em caráter repetitivo, se o patrimônio das empresas em recuperação judicial pode ser penhorado.

Existem mais de três mil ações paradas na primeira e na segunda instâncias à espera desse julgamento - somente em relação à cobrança de tributos federais.

Essa discussão existe porque as dívidas fiscais não são tratadas no processo de recuperação. A cobrança é feita por meio de uma via própria - a ação de execução fiscal - e, nesse processo, a Fazenda Pública pode requerer a penhora de bens e valores do devedor.

Ocorre que em muitas das vezes há interferência do juiz da recuperação judicial. Isso é visto, por exemplo, nos casos em que a constrição de determinado bem pode prejudicar o plano de pagamento dos credores particulares - que estão sujeitos à recuperação - ou por esse bem ser considerado essencial para o funcionamento da empresa.

A 1ª Seção do STJ vai decidir, portanto, se as empresas em recuperação judicial que estão em situação irregular com o Fisco (não têm a Certidão Negativa de Débitos) podem ou não ter o patrimônio penhorado. Não há ainda, no entanto, uma data prevista para esse julgamento.

O tema será analisado por meio de três recursos (REsp nº 1.694.316, REsp nº 1.694.261 e REsp nº 1.712.484) - todos sob a relatoria do ministro Mauro Campbell - e a decisão, quando proferida, servirá como orientação para os juízes de todo o país.

Para a PGFN, porém, a situação mudou desde a entrada em vigor da nova lei (nº 14.112). Na petição endereçada ao ministro Campbell, os procuradores citam o parágrafo 7-B do artigo 6º. Esse dispositivo permite o andamento das execuções fiscais durante o processo de recuperação judicial e determina que o juiz da recuperação só poderá liberar bens e valores considerados essenciais ao funcionamento da empresa se indicar outros bens e valores em substituição.

Filipe Aguiar, um dos procuradores que assina a petição, diz que, da forma como a jurisprudência foi construída, ficou praticamente impossível de a União reaver os valores que lhe são devidos.

“Se criou um paraíso fiscal dentro da recuperação judicial”, afirma. “Primeiro, os juízes começaram a liberar as empresas de apresentarem a CND e depois passaram a impedir as penhoras. Isso fez com que as empresas não tivessem interesse em se regularizar. Tem empresa em recuperação judicial que não paga um centavo. Isso gera, inclusive, um problema de concorrência no mercado.”

O procurador espera, com a nova lei, que os devedores procurem à Fazenda Nacional para parcelar as suas dívidas ou tentar uma negociação individual, por meio das chamadas transação tributária - em que são concedidos até 70% de descontos em juros e multas.

A nova lei prevê um parcelamento especial para as empresas em recuperação. Essas companhias podem escolher entre duas modalidades: pagar os seus débitos em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Aquelas que aderirem ao parcelamento ou acordo e não cumprirem com os pagamentos, no entanto, correm o risco de ter a falência decretada.

As empresas em recuperação judicial têm dívida acumulada de R\$ 106,5 bilhões, segundo levantamento realizado no mês de novembro pela PGFN. Desse total, só R\$ 8,9 bilhões estão em situação regular (o contribuinte apresentou garantia à dívida ou aderiu a um parcelamento, por exemplo).

O procurador Marcelo Kosminsky, que assina a petição em conjunto com Filipe Aguiar, informa que o índice de regularidade, “de meros 8,38%”, está muito abaixo do que se verifica para as empresas em geral. O débito total das pessoas jurídicas ativas é de R\$ 1,3 trilhão. Do total, R\$ 429 bilhões estão em situação regular, o que gera um índice médio de 32,2%.

Regime de cidades menores tem alta maior de ativos

Pequenos e médios municípios estão se saindo melhor que as capitais e os Estados na hora de obter recursos previdenciários

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Pequenos e médios municípios estão se saindo melhor que as capitais e os Estados quando se trata de amearhar recursos previdenciários. Até 2018 as cidades de menor porte acumulavam R\$ 109,7 bilhões em ativos financeiros em seus regimes próprios de previdência social, contra R\$ 41,4 bilhões dos Estados e R\$ 14,3 bilhões das capitais.

A diferença em favor dos pequenos e médios municípios não está relacionada apenas a uma questão quantitativa - excluindo as capitais há outras 5.544 cidades no país. Grande parte dessas prefeituras criou seus regimes de previdência após mudanças-chave na Constituição.

Projeção do economista Raul Velloso, autor do levantamento, aponta um total atualizado próximo de R\$ 200 bilhões em ativos nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de Estados e municípios. O montante é 21% superior aos R\$ 165,4 bilhões em ativos contabilizados ao fim de 2018. "Esse volume vem crescendo ano a ano", afirma o especialista em finanças públicas. "A maior parte desses recursos está aplicada em títulos públicos, algo em torno de 90%."

A expansão dos ativos previdenciários tem sido capitaneada pelos municípios de pequeno e médio porte. Entre 2016 e 2018, o crescimento foi de quase 59% para

RPPSs foi de 27,7% no período (de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 14,3 bilhões). Para os Estados, o percentual de expansão ficou em 18,6%.

De maneira geral, a grande maioria dos municípios criou seus regimes previdenciários após a entrada em vigor das emendas constitucionais 20 (de 1998) e 41 (de 2003), explica o economista Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS).

As mudanças acabaram com a possibilidade de novos servidores públicos, contratados a partir do início da vigência das emendas, se aposentarem com o salário integral que tinham na ativa. Também caiu por terra (para os novos funcionários públicos) a paridade. Antes, uma vez aposentados, os servidores tinham o direito de receber os reajustes dados às suas categorias na ativa nas mesmas datas e com os mesmos percentuais. As alterações abriram oportunidades para a constituição de regimes previdenciários mais equilibrados.

O passivo atuarial nas capitais é alto, esclarece Tafner, porque os sistemas previdenciários delas são geralmente muito mais antigos, anteriores às emendas. E, em muitos casos, há mais inativos do que servidores na ativa.

“Boa parte desse grupo de municípios com regimes previdenciários jovens, por ter logo aderido ao regime capitalizado, registra hoje resultados positivos. Ou seja, nos fundos entra mais dinheiro do que sai, e, assim, não precisa resgatar seus investimentos no curtíssimo prazo”, explica Velloso. No regime financeiro de capitalização, o próprio trabalhador, enquanto estiver em atividade, vai produzir o montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário.

Apesar do aumento no volume total de ativos previdenciários, a situação financeira dos regimes próprios de Estados e municípios piorou no cômputo geral. Os déficits previdenciários estaduais praticamente quadruplicaram entre 2011 e 2018. Subiram de R\$ 25 bilhões para R\$ 89 bilhões. Nas capitais e demais municípios, o resultado financeiro dos regimes gerais passou de um superávit de R\$ 12,6 bilhões para um déficit de R\$ 7,9 bilhões no mesmo período.

Excluindo-se da conta as capitais, o resultado financeiro dos regimes previdenciários próprios dos municípios foi positivo em R\$ 2,19 bilhões em 2018, conforme indica o estudo de Velloso.

“Os municípios possuem uma idade média de servidores mais baixa e esse desafio fica para o longo prazo”, diz José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). O economista considera fundamental separar a gestão dos planos de previdência próprios da administração do governo. “Infelizmente, muitos governos locais que formaram fundos financeiros de previdência e acumularam poupança, tiveram ela sacada para cobrir déficit estadual ou municipal”, acrescenta.

Diante de um cenário em que a taxa básica de juros (Selic) continua em 2% ao ano, o especialista em finanças públicas sustenta que os municípios terão de buscar alternativas mais rentáveis para investir seus recursos previdenciários, em vez de recorrerem à compra de títulos públicos federais. Do contrário, não terão como arcar com o pagamento de futura pensões e aposentadorias.

“Esses municípios [pequenos e médios] estão bem porque a Selic estava bem alta [alguns anos atrás]. Agora, o burocrata que administra o fundo de previdência municipal vai ter de trabalhar”, conclui Velloso.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil



‘Pandemia vai deixar Brasil com enorme vulnerabilidade fiscal’

Brasil sairá da pandemia com enorme vulnerabilidade fiscal e chances reduzidas de fazer avançar reformas estruturantes, diz Daniel Goldberg, da gestora Farallon

Por Talita Moreira e Mônica Scaramuzzo — De São Paulo

01/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Daniel Goldberg, sócio da Farallon na América Latina, é cético em relação às reformas estruturantes para este ano — Foto: Claudio Belli/Valor

Responsável na América Latina pela gestora de recursos Farallon, que soma US\$ 35 bilhões em ativos, Daniel Goldberg, 45 anos, vê o mercado financeiro bastante descolado dos efeitos da pandemia. “Acho que o mercado claramente dá o tema da pandemia por encerrado ou quase lá”, diz. Ex-secretário de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, Goldberg, que também foi presidente do Morgan Stanley, teme que as novas variantes da covid-19 atrasem significativamente a corrida para solucionar o problema sanitário. “Mas isso claramente não está no radar da maioria dos participantes de mercado”, afirma ao **Valor**.

E o tema o preocupa. O Brasil, segundo dele, deverá sair extremamente vulnerável da pandemia. Ele também vê a agenda de desestatização muito tímida e está cético em relação ao avanço de reformas estruturantes neste ano.

Goldberg tem atuado como um dos conselheiros do apresentador da TV Globo Luciano Huck. Contudo, evita falar sobre uma eventual candidatura para 2022 do apresentador, que também tem se consultado com políticos e com o economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central. “Acredito que o cenário de 2022 vai exigir uma candidatura que fuja da polarização e, ao mesmo tempo, apresente um projeto de país.”

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Com juros baixos e estímulos, a bolsa bateu recordes de alta, apesar da crise política e da pandemia. A euforia se justifica?*

Daniel Goldberg: Certamente, o mercado tem uns bolsões de euforia. Como classe de ativos para quem busca retornos de longo prazo, de forma geral, hoje é melhor investir em ações do que em determinados segmentos do mercado de renda fixa. Isso não quer dizer que as ações estão baratas nem que há bolsões de irracionalidade aqui e ali. E acho que há mesmo. Em um mundo de rendimento real negativo, a maioria das alternativas ao “equity” [ação] está proibitiva do ponto de visto de preços. Os prêmios de risco estão muito apertados, mas esse não é o principal problema. O custo de capital baixo é que o determina um nível extremamente tímido de retornos esperados em uma vasta gama de ativos.

“

Para quem busca retornos de longo prazo, hoje é melhor investir em ações do que em certos segmentos de renda fixa”

Valor: *A piora da pandemia não representa um risco?*

Goldberg: No que diz respeito aos riscos, acho que o mercado claramente dá o tema da pandemia por encerrado ou quase lá. Enquanto isso, a enorme quantidade de infecções da covid, associada à demora na imunização da população e à pressão seletiva natural, aumenta a chance, a cada semana, de surgimento de uma variante do vírus com desafios adicionais do ponto de vista da imunização ou dos protocolos terapêuticos. As variantes de Manaus e da África do Sul, por exemplo, para além de serem mais transmissíveis, aparentemente têm mutações que as tornam resistentes aos anticorpos monoclonais vistos atualmente como uma das grandes esperanças terapêuticas. E isso claramente não está no radar da maioria dos participantes de mercado. A questão do acesso global às vacinas e as dificuldades de certos países emergentes tampouco estão sendo apreciadas por mercados como o norte-americano, por exemplo.

Valor: *O Tesouro injetou centenas de bilhões de reais na economia e o Banco Central adotou uma série de medidas de liquidez que ajudaram a segurar a economia em 2020. O que esperar deste ano?*

Goldberg: Apesar do nosso reduzido espaço fiscal, acho difícil evitar algum tipo de alívio adicional, em especial se os lockdowns voltarem. Idealmente, isso teria de vir

acompanhando de uma sinalização de que a trajetória da dívida voltará ao controle. O Brasil sairá desta pandemia em condições extremas de vulnerabilidade, em especial no campo fiscal.

Valor: *Alguns economistas e gestores criticam a atuação do Banco Central ao reduzir a taxa Selic para 2% ao ano. A inflação está subindo. O regulador errou a mão?*

Goldberg: Acho que não. Até agora a atuação do Banco Central me parece impecável. Além disso, é muito louvável o fato de que a equipe do BC esteja conseguindo seguir com uma ambiciosa agenda regulatória, mesmo em meio às demandas da crise. O que o Banco Central colocou de pé no caso do Pix no meio da crise é impressionante. E, claramente, a política de fomento à competição está a todo o vapor. Acho que, no longo prazo, o modelo de “open banking” que essa turma do Banco Central quer implementar vai ser transformacional.

Valor: *O que o Brasil precisa fazer para recuperar o crescimento econômico de forma sustentável?*

Goldberg: No longo prazo, o que realmente importa é produtividade. O resto é resto. Esse desafio existe no mundo inteiro, onde a tendência há décadas é de ganhos muito tímidos de produtividade e crescimento anêmico. No Brasil, o problema é ainda mais agudo. O esforço de melhoria no nosso ambiente institucional é essencial e, feliz ou infelizmente, requer muito trabalho no “encanamento da economia”. Nosso sistema de regras, leis, incentivos é complexo, e reformas que parecem intuitivas esbarram em desafios de execução. Um bom exemplo é a reforma tributária, talvez a mais importante de todas no campo dos ganhos de produtividade. Entra governo, sai governo, ela continua na lista de desejos... e não sai do papel.

“

O cenário de 2022 vai exigir uma candidatura que fuja da polarização e, ao mesmo tempo, apresente um projeto de país”

Valor: *Jair Bolsonaro foi eleito com a promessa de fazer reformas, inclusive a tributária, e privatizações, mas até agora avançou pouco nessa agenda. A que o sr. atribui essa dificuldade?*

Goldberg: Algumas coisas avançaram. Em alguns casos, por mérito do Executivo, em determinados casos por protagonismo claro do Congresso. Bem ou mal, tivemos a Previdência, novo marco do saneamento, reforma da lei de falências. Mas a agenda de desestatização tem sido muito tímida e a de reformas institucionais continua claramente andando de lado. No caso da privatização da Eletrobras, há claramente uma parcela do sistema político e do funcionalismo que boicota a implementação da venda. No Brasil de hoje, a venda de uma estatal como a Eletrobras é uma corrida de obstáculos que depende de articulação, planejamento, estratégia, habilidade política. Já no caso da reforma tributária, talvez o Executivo devesse ter aproveitado uma reforma imperfeita, mas que estava amadurecendo na linha do que [o economista] Bernard Appy vinha defendendo, em vez de tentar redesenhar as medidas.

Valor: *O sr. acredita que, com as discussões sobre a volta do auxílio emergencial, e passadas as eleições no Congresso, as reformas tendem a começar a avançar?*

Goldberg: Espero que sim, mas confesso que estou mais cético do que a maioria em relação a esse tema. Não acredito que vá ter reformas estruturantes neste ano. E teremos as eleições presidenciais no ano que vem.

Valor: *As mudanças na lei de falências acabam de entrar em vigor. As empresas em recuperação judicial conseguirão atrair mais investidores? Vai ser mais fácil sair desses processos?*

Goldberg: Acho que há duas mudanças importantes e muito positivas na lei. A primeira é a que permite a aprovação de um plano alternativo dos credores. Ou seja, acaba a história do acionista sair da recuperação melhor do que o credor que tomou o calote. O poder de barganha dos credores vis-a-vis a empresa devedora muda totalmente. A segunda alteração, na qual eu pessoalmente investi algum tempo nas discussões com o relator na Câmara dos Deputados, Hugo Leal [PSD-R], é aquela que regulamenta o empréstimo DIP [“debtor-in-possession”], que tinha um regime falho. Em qualquer lugar do mundo em que a lei de falências funciona, o

dinheiro que entra para a empresa já na fase de reorganização é sagrado, tem prioridade absoluta. De forma geral, acho sim que essas mudanças vão atrair mais capital para o financiamento das reestruturações.

Valor: *O mercado de crédito privado passou por um grande estresse em 2020. Que diagnóstico o sr. faz dele agora? Veremos muitas empresas com dificuldades para gerir suas dívidas?*

Goldberg: A crise da covid-19 foi muito peculiar. É extremamente simétrica do ponto de vista geográfico - todos os mercados sofreram, nas mais diversas jurisdições -, mas por outro lado incrivelmente assimétrica na forma como diferentes setores da economia foram afetados. De forma geral, a atividade vai voltar forte, mas setores diretamente afetados pela covid, como aqueles ligados à mobilidade urbana, hotelaria, transporte aéreo e eventos, vão continuar sofrendo e muitas dessas companhias vão acabar tendo de reestruturar suas dívidas em juízo.

Valor: *O sr. tem atuado como um conselheiro do apresentador Luciano Huck. Ele está disposto a disputar a Presidência em 2022?*

Goldberg: Na verdade, o Luciano é uma pessoa que gosta de escutar. É um traço distintivo da personalidade dele. Nos últimos anos, ele tem se dedicado a estudar os enormes desafios do Brasil e discutir políticas públicas que melhorem a vida as pessoas. Assim como fala comigo, fala com muita gente - de diferentes matizes ideológicas e formações técnicas. Esse círculo de conversas tem girado em torno de diversos núcleos - saúde, educação, política urbana, infraestrutura, tecnologia...

Valor: *Quais as chances de ele sair candidato a presidente? Como vê o cenário para 2022?*

Goldberg: Acredito que o cenário de 2022 vai exigir uma candidatura que fuja da polarização e, ao mesmo tempo, apresente um projeto de país. Pouca gente rodou o Brasil como o Luciano - a despeito de uma eventual candidatura, o fato é que ele já se tornou uma liderança cívica, reconhecido no terceiro setor e pelos movimentos comunitários. As pessoas não fazem ideia do quanto ele tem se engajado em atividades transformadoras, procurando insistir nesse tema da oportunidade e

inclusão. Mas a eleição está longe. Luciano fez muito bem em não fomentar discussões pré-eleitorais.

Valor: *Quem participa do grupo que está ajudando o apresentador a discutir um projeto?*

Goldberg: É bom reiterar que hoje não há projeto eleitoral. Há, sim, um movimento para pensar o cenário pós-pandemia e um caminho moderno para o Brasil. Não me cabe dar os nomes das pessoas que têm investido tempo em pensar esses desafios, mas o que posso dizer que há muita gente séria e comprometida em ajudar, de diferentes formas, a melhorar o país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças que não podem faltar no seu guarda-roupa

AMARO

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Fez o ENEM? Não espere a nota para se matricular.

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Queima de estoque do Xiaomi m5 e ainda frete grátis para todo Brasil

SMFÁCIL

por taboola

Conteúdo Publicitário